

CELINA GOMES OLIVEIRA

**A GÊNESE DA CUT: OPOSIÇÃO SINDICAL (E NOVO SINDICALISMO)
NA CONSTRUÇÃO DA CENTRAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes.

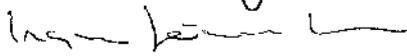
Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 01/09/95.

Banca:

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes - Orientador



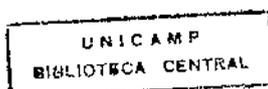
Prof. Dr. Iram Jácome Rodrigues



Profa. Dra. Arlete Moysés Rodrigues



Setembro/1995.



UNIDADE	30
Nº ORDEMADA:	
	F/UNICAMP
	OL4g
V.	Ex.
Nº DO INÍCIO	2.197
PRD.	30/100
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	27/11/96
Nº CPD	

021.000.95.175-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Oliveira, Celina Gomes

OL4g A gênese da CUT: oposição sindical (e novo sindicalismo) na construção da Central / Celina Gomes Oliveira. -- Campinas, SP: [s.n.], 1995.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sindicalismo - Brasil. 2. Movimentos sociais urbanos. 3. Central Unica dos Trabalhadores (Brasil). I. Antunes, Ricardo L. C. (Ricardo Luis Coltro), 1953 - II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

ÍNDICE

Apresentação	1
Capítulo I -	
- Antecedentes da Central Única dos Trabalhadores	5
Capítulo II -	
- Distintos Movimentos Criando a Central Única dos Trabalhadores	39
- O Movimento das Oposições Sindicais	43
- O Sindicalismo dos "Autênticos"	56
- O Papel da Pastoral Operária	78
Capítulo III -	
- A Polêmica no Interior dos Congressos Sindicais	88
- A CONCLAT/81 e a Consolidação do "Bloco Combativo"	99
- O CONCLAT/83 e a Criação da Central Única dos Trabalhadores	108
- O 1º CONCUR/84	112
- O 2º CONCUR/86	124
Conclusão	140
Fontes	152
Bibliografia Citada	155

À
Maria Regina, minha irmã.

AGRADECIMENTOS

Finalizar um trabalho de pesquisa, por mais limitado que seja, envolve sempre um número muito grande de pessoas. São pessoas que nos atendem nos arquivos, pessoas que opinam, pessoas que criticam, pessoas que sugerem, pessoas que realizam o - árduo e sempre sujeito à revisão - trabalho de digitação, pessoas que ouvem, ou mesmo, pessoas que simplesmente nos fazem companhia. Assim foi com este trabalho, e eu gostaria nesta oportunidade de me referir carinhosa e detidamente a cada uma dessas pessoas. Infelizmente não posso fazê-lo. Não que não as tenha todas na memória, mas porque a lista seria infundável. Registro, então, apenas o meu profundo agradecimento à todas as pessoas que no passado (José Augusto, Valéria, Joseli, Fábio, Maria, Milene, Andréia...) e no presente (Pércila - grande amiga -, Carlinhos, Moacir, Malú, Luís, Hildemar...), de uma forma ou de outra, emprestaram-me tão necessário apoio.

Agradeço também a todo pessoal da Secretaria de Pós-Graduação do IFCH/UNICAMP pela maneira sempre atenciosa com que me receberam ao longo dos anos de nossa convivência.

Registro, aqui, a importância do auxílio financeiro que obtive dos órgãos de financiamento à pesquisa - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundo de Apoio ao Ensino e a Pesquisa (FAEP) - sem o qual esta pesquisa não teria sido possível.

Finalmente, e sobretudo, me refiro, com especial reconhecimento, ao professor Ricardo Antunes, meu orientador, pela paciência, compreensão e tolerância com que me acompanhou durante todo o processo de elaboração deste trabalho. Orientador dedicado - extremamente humano e, ao mesmo tempo, profissional rigoroso - sempre ajeitando um tempinho para dirimir dúvidas, apontar caminhos, ouvir, compreender e ajudar na solução dos problemas de seus orientandos, incentivando-os - com o entusiasmo de quem ama o que faz - a seguir criando. Por tudo isso, e pela relevância de suas oportunas intervenções na elaboração do presente trabalho, destino à ele toda minha gratidão.

Por fim, nunca é demais ressaltar que todos os limites e equívocos que este trabalho possa apresentar, devem ser creditados única e exclusivamente a autora.

APRESENTAÇÃO

Apesar da patente relevância de se conhecer o processo de construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), para que se tenha uma justa apreensão dos limites e das possibilidades de atuação da classe trabalhadora brasileira, as pesquisas focalizando exclusivamente este tema são ainda - em termos quantitativos - incipientes. Dois trabalhos apenas foram dedicados inteiramente ao tema em questão: o livro pioneiro de Leôncio Martins e o estudo de Iram Jácome Rodrigues.¹ Outros autores, contudo, fizeram importantes alusões à CUT, ao tratarem de outros aspectos relacionados ao movimento sindical brasileiro das décadas de 70, 80 e 90².

Temas como sindicalismo/Estado, sindicalismo/greve, sindicalismo/organização de base, sindicalismo/democracia, sindicalismo/socialismo etc., há muito fazem parte das preocupações acadêmicas e do próprio meio sindical. Atualmente, a abordagem destes assuntos inclui necessariamente a CUT, uma vez que as polêmicas que contêm perpassam todo o processo de construção da entidade. Em especial dois aspectos, relativos ao sindicalismo brasileiro, de um modo geral, são tratados com ênfase quando se faz referência à Central. O primeiro diz respeito à controvérsia que envolve a opção política e ideológica

1- Trata-se das pesquisas realizadas por: RODRIGUES, Leôncio Martins. CUT: Os Militantes e a Ideologia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990. e RODRIGUES, Iram Jácome. Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: A Trajetória da CUT. Tese de Doutorado/USP, 1993.

2- Destaque para as análises de: ANTUNES, Ricardo. O Novo Sindicalismo. São Paulo, Brasil Urgente, 1991. e BOITO JÚNIOR, Armando. Reforma e Persistência da Estrutura Sindical. in: BOITO JÚNIOR, Armando. (org.) O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. Outras publicações, embora não integradas ao debate acadêmico, foram também dedicadas à avaliação do processo de formação e consolidação da CUT. Trata-se das publicações de Vito Giannotti e Sebastião Neto. (CUT Por Dentro e Por Fora e CUT Ontem e Hoje).

dos vários setores cutistas e ao papel da entidade na sociedade brasileira. O segundo - decorrente do primeiro - refere-se à estrutura sindical atrelada ao Estado e à sua influência no processo de organização dos trabalhadores.

A propósito destes dois aspectos, seria instigante dialogar com a bibliografia, adentrar a polêmica existente na esfera acadêmica, e arriscar algumas hipóteses acerca das causas da permanência da estrutura sindical oficial até os dias que correm, ou, ainda, questionar determinadas conclusões que postulam a inviabilidade da alternativa socialista no mundo contemporâneo. Entretanto, tal nível de debate excede os limites deste trabalho, cujo objetivo restringe-se a mapear o ambiente que deu origem à CUT e aos conflitos a ela intrínsecos. De modo que as controvérsias contidas na bibliografia serão apenas assinaladas ao longo desta dissertação.

Sobre o enfoque do presente trabalho, cumpre notar que embora ciente da extrema importância da participação do sindicalismo rural, no processo de formação da CUT, tal setor não será aqui contemplado, posto que elegeu-se como objeto de pesquisa apenas o contexto sindical urbano. E, no que tange ao sindicalismo urbano das últimas décadas - a par da predominância de atenção (por parte da bibliografia) dirigida ao *Novo Sindicalismo*, erigido a partir do ABC paulista -, a ênfase nesta dissertação será dada ao desempenho das oposições sindicais ("OS") no quadro do sindicalismo brasileiro e à sua importante contribuição para a realização do projeto de construção da CUT. Isto é, será privilegiado o enfoque à leitura que as oposições sindicais - em contraponto com o *Novo Sindicalismo* - fizeram das possibilidades postas ao sindicalismo brasileiro na primeira metade dos anos 80.

Sob a perspectiva acima aludida, o primeiro capítulo deste trabalho visa contextualizar o tema, buscando levantar *pistas* que possam auxiliar na apreensão de algumas

determinantes, de ordem político-ideológica, que levaram o sindicalismo brasileiro à divisão, em 1983, colocando, de um lado, setores vinculados à *Unidade Sindical* (“US”) e, de outro, os agrupamentos identificados com o *Novo Sindicalismo*. Em outras palavras, o que se pretende nesta primeira parte do trabalho, é apontar alguns antecedentes os quais influíram decisivamente na grande cisão do sindicalismo brasileiro da década de 80 e, ao mesmo tempo, promoveram a aproximação entre os sindicalistas “Autênticos” e as oposições sindicais.

O segundo capítulo objetiva, através de um recuo histórico (década de 60 e 70), resgatar a origem das duas grandes forças sindicais fundadoras da CUT: oposições sindicais e “Autênticos”. Buscando destacar as particularidades que caracterizaram o desenvolvimento destas duas vertentes, este capítulo procurará dar conta da natureza das questões que as distinguiram desde a década de 60.

De posse de alguns elementos que marcaram o desenvolvimento do sindicalismo das oposições sindicais e do sindicalismo “Autêntico”, respectivamente, o terceiro capítulo pretende demonstrar - mediante a exposição das principais polémicas que se fizeram presentes no CONCLAT/83, CONCUR/84 e CONCUR/86 - que as profundas diferenças existentes entre estas duas grandes vertentes sindicais foram, inicialmente, abrandadas, secundarizadas, em função da necessidade de se fazer frente ao sindicalismo da *Unidade Sindical* e de consolidar a CUT, para depois retornarem com mais vigor.

Finalmente, a conclusão trata de pontuar as principais controvérsias que foram gradativamente demarcando as diferenças político-ideológicas existentes no interior do sindicalismo/CUT e, também, de situar, ainda que em linhas gerais, o debate acadêmico acerca destas controvérsias.

Em síntese, o raciocínio que se pretende articular, ao longo do presente trabalho, é que a criação da CUT, na primeira metade da década de 80, tornou-se viável devido a aproximação de duas importantes vertentes sindicais: oposição sindical e sindicalistas “Autênticos”. Estas duas vertentes, em função do objetivo maior de criar e consolidar a entidade, desconsideraram provisoriamente suas profundas diferenças. Entretanto, o movimento sindical brasileiro, dividido formalmente, em 1983, - de um lado, oposições sindicais e sindicalistas “Autênticos” definindo o campo da CUT e, de outro, setores do sindicalismo conservador aliados à esquerda tradicional -, seguiu revelando e aprofundando suas divergências, tanto entre os dois blocos distintos, quanto no interior dos mesmos. Cada um dos dois blocos opostos abarcou internamente forças políticas, cuja diversidade ideológica, embora não tenha inviabilizado a unidade, promoveu uma série de tensões que caracterizaram o desenvolvimento de ambos os blocos. É, pois, a particularidade da pluralidade ideológica da CUT que este trabalho visa apontar.

ANTECEDENTES DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Quando, em 1991, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) realizou seu 4º Congresso Nacional (4º CONCUR/91) - eivado por uma grave crise resultante do amadurecimento de suas contradições internas - deixou entornar para além de suas fronteiras, de forma despolitizada,¹ o trágico grau de dificuldades que enfrentava (e ainda enfrenta) para manter sua unidade. Mesmo à uma parcela dos militantes desta Central Sindical, os

01. A chamada *crise de sucessão* que teve seu desfecho, de forma violenta no 4º Congresso Nacional da CUT realizado em São Paulo, em 1991, transbordou para a sociedade com a aparência de uma crise que esgotava-se na luta pela presidência da central. No entanto, observadores mais atentos tinham outra avaliação e apontavam seu conteúdo político-ideológico e a importância que seu resultado teria para o futuro político da CUT. A esse respeito, pouco tempo depois do 4º CONCUR/91, um militante da vertente sindical CUT pela Base fez a seguinte análise:

“O que estava em jogo no 4º CONCUR.

Aparentemente uma pura disputa de poder (*sic*). Uma disputa mesquinha, despolitizada, individual. A realidade é bem mais complexa (...). Esse congresso discutiu tudo à luz das grandes opções decorrentes da alternativa global dos rumos estratégicos da CUT. A discussão sobre a filiação ou não à CIOSL foi enfocada nesta luz (*sic*) aproximação ou não da visão social-democrata e pró-capitalista desta central sindical.

“Além destas questões a grande discussão do 4º CONCUR foi sobre o tipo de organização que deve ter a Central. A democracia (proporcionalidade qualificada, o direito de expressão, defesa das CUTs regionais, ampliação da participação da base nos congressos) passou a ser o centro da discussão.

“Essa exigência de democracia era apresentada, pelo bloco que ao final obteve 48% dos votos, como intimamente ligada ao rumo estratégico que a central deveria tomar. Para montar uma central de enfrentamento de classe, esse bloco via como essencial garantir uma central com a mais ampla democracia interna em todas as instâncias.

“O que estava em jogo neste congresso era a definição dos rumos da central. Reafirmação ou redefinição de seu objetivo estratégico e de seu funcionamento. Este congresso, desde sua preparação, foi o mais disputado e mais politizado. Desde quando apareceu o caderno de Teses, no fim do primeiro trimestre do ano, os principais temas da CUT passaram a serem (*sic*) objeto de discussões, seminários, cursos, debates nos mais variados fóruns (...).

“O que estava em jogo nas diferentes teses era a definição do rumo da central na década de 90. A principal questão era se a CUT deveria marchar para ser uma Central de negociação, de contratação apenas ou se deveria combinar seu papel de negociar com sua característica inicial de central de enfrentamento, de confronto com o projeto global da burguesia”. Cf. GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião, CUT Ontem e Hoje. O que mudou das origens ao IV CONCUR. São Paulo, Vozes, 1991. Sobre o 4º CONCUR, ver também: RODRIGUES, Iram Jácome. O IV CONCUR; in: Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: A Trajetória da CUT. Tese de Doutorado/USP, 1993 pp. 186 a 197.

acontecimentos do 4º CONCUT/91² foram assimilados como um momento desprovido de conteúdo político e de agudização da *briga entre tendências* em busca do poder com uma finalidade única.

Entretanto, alguns elementos que acompanham origem e desenvolvimento da CUT autorizam concluir que a crise, sem precedentes, que se abateu sobre essa entidade, em 1991, significou, antes, um aprofundamento das tensões de caráter político-ideológico que permeiam a Central desde sua criação, mas que progrediram nos últimos anos.

O Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, (CONCLAT)³ realizado em 1983, se comparado ao 4º CONCUT/91, expõe claramente a enorme distância - do ponto de vista da

2. No 4º CONCUT/91, as profundas divergências ideológicas existentes entre os principais blocos que compõem a CUT, levaram as suas respectivas militâncias a um enfrentamento violento face aos desacordos acerca de questões consideradas de extrema importância para o futuro da central. A análise de Iram Jácome Rodrigues, a propósito desta questão é bastante esclarecedora: "Se os Congressos Nacionais cutistas sempre primaram pelo alto grau de politização de seus representantes, mesmo quando eram Congressos de Massas, a exemplo dos encontros anteriores, o IV CONCUT levou esse politicismo (grifo do autor) às últimas consequências, transformando em alguns momentos, a luta política em pugilato, em pancadarias mesmo, ocasionando ferimentos em vários ativistas sindicais.

"Quais as principais questões que teriam levado a uma exacerbação, sem precedentes, das divergências no interior da CUT. Afora o tema que está presente em todos os Congressos, que diz respeito ao papel que a central deve e/ou deveria desempenhar na sociedade brasileira (aspecto que polariza a luta de tendências na Central Única dos Trabalhadores), outros assuntos, neste congresso, concentraram a atenção dos delegados e levaram à explosão das divergências em níveis inimagináveis. Dentre esses podemos destacar: 1) filiação da CUT à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOLS); 2) a superestimação, segundo a esquerda, de delegações de alguns Estados - notadamente Pará e, em parte, Espírito Santo - e a "redução" das bancadas de Minas e Bahia, onde a oposição era majoritária; 3) a chamada proporcionalidade qualificada.

"Observa-se, nessas questões, à primeira vista, uma ausência de temas mais propriamente políticos. No entanto, como no xadrez moderno, para se ter domínio do centro o jogador tenta, em geral, minar a defesa adversária a partir dos flancos... Nesse sentido, dependendo da correlação de forças, o segundo e o terceiro pontos seriam fundamentais para o equilíbrio das forças ou, até, para a superação, pela esquerda socialista (em números de votos) dos setores vinculados à corrente Articulação e seus aliados. Já o primeiro item se relaciona aos projetos que, por ventura, cada uma das facções - em que se dividiu o congresso - têm para a CUT." Cf. RODRIGUES, Iram Jácome. O III CONCUT.in: Trabalhadores...op.cit.pp.190/191

3. O Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT/83 - Congresso de Fundação da CUT), reuniu vários segmentos do sindicalismo brasileiro. Apesar de sua plural composição ideológica, este congresso contou com posições consensuais, por parte de seus delegados, a propósito de questões como: Autonomia e Liberdade Sindical, Democracia Sindical, Organização dos Trabalhadores a partir da Base etc. Já no 4º CONCUT/91, o debate sobre estas mesmas questões revelou fortes discordâncias entre os delegados cutistas. Ver notas anteriores.

convivência interna e, portanto, da unidade alcançada pelos vários agrupamentos políticos abrigados na Central - que separa esses dois eventos. Naquele as divergências de opiniões e propostas não resultaram na formação de blocos opostos - ao contrário - enriqueceram o debate e fortaleceram a unidade no interior do sindicalismo pró-CUT. O mesmo não ocorreu no 4º CONCUT/91. Neste manifestaram-se, de forma drástica, as tensões que vinham ganhando destaque no sindicalismo/CUT e promovendo rachaduras em sua unidade, sobretudo, a partir do seu 2º Congresso Nacional realizado, em 1986, no Rio de Janeiro.

Ocorre que em 1983, por ocasião da fundação da CUT, o sindicalismo brasileiro havia recém-passado por uma experiência onde o desenvolvimento de concepções sindicais radicalmente distintas, tornou inevitável a divisão entre o *Novo Sindicalismo* e a *Unidade Sindical* ("US") ou *Bloco Reformista*. Essa cisão agiu, de certo modo, no sentido de incentivar a busca de unidade entre aqueles setores sindicais que viriam constituir-se em fundadores da CUT.

Contudo, os vários setores que uniram-se no esforço de criação da Central Única dos Trabalhadores, levaram cada qual diferentes contribuições ideológicas para o interior dessa entidade. Essa diversidade ideológica, embora não tenha inviabilizado a união desses setores no início dos anos 80, imprimiu no sindicalismo da CUT uma feição singular, um desenvolvimento irregular carregado de polêmicas e controvérsias, as quais, se por um lado, incentivaram o convívio democrático no interior da central, por outro lado, ameaçam, por vezes, a sua unidade.

É certo que a diferença, por si só, não compromete a unidade entre forças políticas, sobretudo quando os objetivos estabelecidos pelos vários segmentos coincidem. Entretanto, particularmente no caso da CUT, foi se evidenciando ao longo do tempo uma diferenciação crescente no que se refere à finalidade política de cada agrupamento que a compõe. Esta

constatação introduz algumas questões que podem orientar a análise de episódios semelhantes aos ocorridos no 4º CONCUR/91. O fato, por exemplo, de algumas propostas terem sido aprovadas nesse congresso por uma maioria contestável,⁴ mostrou que a ausência de uma homogeneidade ideológica, ou mesmo de um setor hegemônico na central, faz com que os diversos agrupamentos nela contidos busquem, através de embates e/ou aproximações políticas conjunturais, o predomínio de suas posturas.

Situações dessa natureza demonstram o grau de influência e limitação que as agudas divergências internas passaram a exercer sobre a definição (ou não definição) do papel a ser desempenhado pela CUT na sociedade brasileira, bem como na opção de sua forma organizativa. De tal maneira que um projeto político para a CUT vai se definindo de maneira irregular ao longo de sua história, segundo a dinâmica e a correlação de forças adquiridas eventualmente pelos vários segmentos sindicais cutistas. Por isso mesmo, esse projeto ainda não se concluiu, uma vez que nenhum desses setores logrou ser hegemônico.

De modo que a CUT apresenta uma certa dificuldade em definir um projeto político claro e abrangente o suficiente para orientar sua ação e garantir sua unidade interna. E tal dificuldade parece estar ligada à pluralidade de sua composição ideológica, isto é, à diversidade de formulações ideológicas que a central abriga, as quais têm desenvolvido, nos últimos anos, concepções e práticas sindicais dispares ou mesmo opostas. O desenvolvimento de concepções sindicais distintas, e até excludentes entre si, no sindicalismo cutista encontra, nos parece, explicação nas condições de origem de cada

4. A proposta que polarizou ao extremo as posições, no 4º CONCUR/91, foi aquela que pretendia introduzir nos Estatutos da Central a *proporcionalidade qualificada*. Tratava-se de uma alteração nas normas da entidade, relativas à distribuição dos Cargos da Direção da Executiva. Há denúncias, por parte dos defensores desta proposta, de que o resultado da votação da mesma tenha sido desrespeitado pela direção da CUT. Ver a esse respeito: GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. CUT Ontem: op.cit, pp.74 e seguintes; e RODRIGUES, Iram Jácome. Trabalhadores... op.cit.

agrupamento inserido nesse sindicalismo.

Com efeito, a gênese da Central Única dos Trabalhadores está estreitamente relacionada ao movimento grevista que emergiu, no Brasil, em fins da década de 70, e sua consolidação, com os contornos que assumiu, vincula-se à configuração das forças políticas e sociais que manifestaram-se no interior desse movimento e a partir dele se desenvolveram. Os obstáculos enfrentados pelo movimento de trabalhadores do referido período, bem como a posição das forças que o compunham, promoveram prolongamentos dentre os quais figura o surgimento da CUT. Como um dos desdobramentos necessários do movimento operário ativo de fins da década de 70, o processo de formação da CUT foi marcado por avanços e recuos, insuficiências e contradições inscritos nesse momento.

Do período que vai de 1977 (momento em que surgiram as primeiras manifestações no sentido de se organizar o 1º Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - 1º CONCLAT), até 1983 (ano em que o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT/83 - cria a Central Única dos Trabalhadores), várias alternativas foram postas pela realidade social ao movimento sindical brasileiro acirrando suas divergências. Tais divergências foram, pouco a pouco, delimitando as forças, definindo os espaços e propiciando situações de aberta oposição entre concepções sindicais distintas existentes nesse movimento. A unificação destas correntes sindicais em torno de objetivos comuns não foi a proposta que se concretizou naqueles anos. Basicamente duas tendências sindicais consolidaram-se nacionalmente e deram origem a duas centrais sindicais: a CUT e a CONCLAT⁵, mais tarde convertida em CGT.

5. A sigla CONCLAT é utilizada para designar três situações diferentes: a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT/81), o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT/83) e a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT/CGT), entidade de caráter nacional, criada pela *Unidade Sindical* e seus aliados, em 1983, e mais tarde denominada

A propósito das forças políticas que viriam atuar no processo de construção da CUT, alguns autores,⁶ ao avaliarem seus traços gerais e as opções políticas ensejadas por elas, têm revelado discordâncias entre si no que se refere ao seu conteúdo, seus objetivos e, sobretudo, as determinantes fundamentais de sua performance.

Contudo, tanto a bibliografia acerca do movimento sindical em geral dos anos 70 e 80, como os autores que enfocam exclusivamente a CUT, são concordantes quanto ao contexto que possibilitou a emergência de uma postura capaz de forjar uma nova qualidade de atuação sindical e de organização da luta dos trabalhadores. Em outras palavras,

Central Geral Trabalhadores. Uma descrição detalhada acerca da origem e desenvolvimento da CGT pode ser encontrada em: RODRIGUES, Leôncio M. *As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais*. in: BOITO JÚNIOR, Armando (org) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

6. Será priorizado no decorrer deste trabalho a referência à alguns autores que, embora adotem perspectivas teóricas e objetos de análise distintos, têm em comum a preocupação de situar polêmicas pertinentes ao movimento sindical brasileiro das décadas de 70 e 80. Ressalte-se que cada perspectiva de análise abarca um intenso e controverso debate. Contudo, essas análises não serão todas mencionadas, uma vez que este trabalho visa apenas focar alguns elementos significativos para o movimento sindical recente que permitam o desenvolvimento de um raciocínio coerente com o objetivo ao qual se propõe. Para este fim, elegeu-se basicamente as seguintes obras:

ANTUNES, Ricardo. *Crise e Poder*. São Paulo, Cortez, 1986. 4ª Edição.

ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho (O Confronto Operário no ABC Paulista: 1978/80)*, São Paulo, ed. UNICAMP, 1992; 2ª Edição.

ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo*. São Paulo, Brasil Urgente, 1991.

BOITO JÚNIOR, Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil*, Tese de Doutorado, USP/São Paulo, 1988;

BOITO JÚNIOR, Armando. (org) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80...op.cit.*

CEDAC, *Perspectivas do Novo Sindicalismo*, São Paulo, Loyola/CEDAC, 1980;

CEDEC, *Sindicatos em uma época de Crise*, Petrópolis, Vozes, 1984;

FARIA, Hamilton J. Barreto. *A Experiência Operária dos Anos de Resistência: A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário: 1964-1978*, Tese de Mestrado, São Paulo/PUC, 1986;

HUMPHREY, John. *Fazendo Milagre, Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira*. Rio de Janeiro, Vozes, 1982;

MOISÉS, J. Álvaro. *Lições de Liberdade e Opressão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982;

NOGUEIRA, Arnaldo. *A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, (1978-1983)*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1990;

RODRIGUES, L. Martins. *Partidos e Sindicatos: Escritos de Sociologia Política*. São Paulo, Ática, 1990;

RODRIGUES, L. Martins. *CUT: Os Militantes e a Ideologia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores...op.cit. e*

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1990*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

concordam os autores que: 1) na conjuntura de fins da década de 70 havia um quadro geral de crise econômica, política e social no Brasil que; 2) favoreceu e impulsionou a classe trabalhadora a um movimento grevista massivo que; 3) teve como consequência o caráter de explicitar a necessidade de se forjar uma postura sindical mais ou menos coerente com a extensão desse movimento. Evidenciou-se, portanto, a partir do vigoroso movimento grevista iniciado em 1978, no ABC paulista, a necessidade de um sindicalismo distinto daquele existente no pré-64⁷ e, sobretudo, oposto àquele predominante na fase ditatorial.

De fato, com uma dimensão inesperada, o ciclo grevista, iniciado em 1978, introduziu no país um período de mudanças político-sociais caracterizado pela atuação decidida e decisiva da classe trabalhadora. Os trabalhadores brasileiros adentraram a vida nacional em um movimento que revelou, de súbito, seu respeitável potencial de luta. Tal foi o alcance desse movimento que seus efeitos penetraram todas as esferas da sociedade brasileira influenciando nas decisões, definindo prioridades e gerando novas situações.

Uma decorrência importante do movimento em questão foi a realização de um deslocamento dos órgãos destinados à representação de classe (os sindicatos), de sua posição de distanciamento com relação aos seus representados, para uma posição de proximidade e acompanhamento dos conflitos sociais. Desde então, o sindicalismo brasileiro viu-se na premência de explicitar posturas, elaborar alternativas, encaminhar decisões, enfim, organizar minimamente a luta dos trabalhadores. Constituindo-se, pois, numa ameaça real à sobrevivência do sindicalismo brasileiro, tal qual era implementado até esse momento, o movimento de massas, de fins dos anos 70, agiu imprimindo-lhe mudanças e adaptações onde fosse possível ou, simplesmente, ignorando seus aspectos mais

7. Sobre as características do movimento operário e sindical anterior a 1964 ver, entre outros: DELGADO, Lucila de A. N. *Comando Geral dos Trabalhadores, 1961 - 1964*. Petrópolis, Vozes, 1986.

marcadamente inadequados à sua luta.

Como se sabe, o sindicalismo imposto à classe trabalhadora, nos anos de vigência do regime militar no Brasil, cumpria objetivos contrários a um movimento reivindicativo massivo. Este sindicalismo atuava em consonância com uma orientação política, cujo caráter mostrava-se nitidamente antipopular. Esboçados os primeiros sinais de esgotamento da política que lhe conferia sentido, este sindicalismo esbarrou no seu limite. E o limite do sindicalismo brasileiro da fase ditatorial, dado por sua perda de função, trouxe consigo a necessidade de se elaborar uma outra qualidade de ação sindical.

É, pois, neste contexto que emergem as forças políticas as quais darão origem, mais tarde, à Central Única dos Trabalhadores. Ou seja, as novas concepções sindicais que se manifestaram no Brasil, no final da década de 70, o fizeram tanto em oposição ao sindicalismo anterior à 1964 - o qual pautava sua atuação nas articulações de cúpula - quanto ao sindicalismo em vigor no período ditatorial, que permitiu que medidas desorganizadoras do movimento operário fossem adotadas e acatadas.

De fato, de 1964 a 1967, os sindicatos mais importantes do país sofreram intervenções e foram ocupados por dirigentes dispostos a colaborar com o regime. Ainda em 1964 foi decretada a Lei 4.330, praticamente inviabilizando a greve em todo território nacional. Em 1966 criou-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S) em substituição à Lei de Estabilidade. Os reajustes salariais passaram a ser da alçada do governo federal; enfim, uma série de medidas, amplamente conhecidas, foram tomadas no sentido de desorganizar e inviabilizar cada vez mais a resistência operária.⁸

8. Sobre os efeitos das medidas repressivas do Governo Militar ao movimento sindical do Brasil, ver especialmente: MARTINS, Heloísa T. de Souza. O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil. São Paulo, Hueltec, 1979.

Os sindicatos, dominados por lideranças atreladas ao regime, passaram a desempenhar a rotina estabelecida pela legislação trabalhista: homologação do reajuste salarial determinado pelo governo federal, desenvolvimento de assistência médica, jurídica e odontológica, festas etc. Os trabalhadores desprovidos, portanto, de associações que coordenassem uma luta contra a política salarial do governo que fixava reajustes quase sempre abaixo do índice da inflação, contra a rotatividade geradora de desemprego etc., recolheram-se à manifestações localizadas e de pequeno vulto até o final dos anos 70.⁹

Quando, em 1978, generalizou-se por todo país um movimento reivindicativo que iniciou-se com os trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista, inúmeras condutas forçadas e contidas no decorrer da década, saltaram de sua limitação e ensejaram influir nos rumos da sociedade brasileira.

No campo da política sindical, a princípio, basicamente três forças resultantes da configuração que a classe trabalhadora assumiu de 1964 em diante passaram a atuar, ainda que de forma difusa, no cenário brasileiro. São elas: a corrente que compunha a chamada Oposição Sindical, que estabeleceu-se no país a partir da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM/SP); o setor integrado pelos sindicalistas capitaneados pelas lideranças do ABC paulista, conhecidos como "Autênticos", e a corrente formada pelos sindicalistas que atuavam passivamente frente ao Estado ditatorial, aliados conjunturalmente à esquerda tradicional (PCB, PC do B e MR-8).

Estas vertentes presentes no movimento sindical brasileiro no período considerado, cada qual com suas especificidades, dadas sobretudo pelas suas condições de origem, lograram ocupar seus devidos lugares e neles agirem na medida de suas forças e

9. Cf. FARIA, Hamilton J. Barreto. *A Experiência Operária...op.cit.*

possibilidades. Inicialmente buscaram agir unitariamente no sentido de reorganizar o movimento sindical. No entanto, o desenvolvimento de interesses conflitantes entre os segmentos em questão, acabou por inviabilizar tal unidade.

O primeiro ensaio com vistas a uma atuação unitária, entre estas diferentes vertentes do sindicalismo brasileiro em fins da década de 70, ocorreu por ocasião do 5º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), realizado em 1978, no Rio de Janeiro. Neste congresso articulou-se um grupo que se posicionou criticamente em relação a submissão da diretoria desta entidade (presidida, à época, por Ari Campista) ao governo. Denominado inicialmente *Intersindical* e posteriormente, em 1979, conhecido como *Unidade Sindical*, esse grupo reuniu sindicalistas das mais diferentes matizes ideológicas e teve o significado de evidenciar o anacronismo da postura governista levada a efeito pela direção da CNTI, num momento em que o sindicalismo brasileiro, e a luta dos trabalhadores de um modo geral, buscavam alternativas à política governamental.¹⁰

Os sindicalistas (representantes de amplas parcelas dos trabalhadores brasileiros) que uniram-se em oposição a direção da CNTI, em 1978, embora apresentassem posições políticas e ideológicas bastante diferenciadas, entre si, procuraram manter e estender a outros segmentos do sindicalismo essa unidade até 1983, quando a criação de duas centrais sindicais caracterizou a cisão do movimento sindical brasileiro.

A sequência de acontecimentos que culminou com a consolidação de duas vertentes sindicais a nível nacional, em 1983, foi um processo difícil que, se observado, permite compreender alguns aspectos do desenvolvimento posterior do sindicalismo/CUT.

Ora, ainda em 1978, o grupo oposicionista articulado no 5º Congresso da CNTI, já

10. Cf. CEDL "CUT e CONCLAT: A Divisão Política do Movimento Sindical" in: *Trabalhadores Urbanos no Brasil/82 - 84*. São Paulo, Edição Especial, nº 6, 1986.

começava a dar sinais de fracionamento explicitando suas discordâncias políticas e ideológicas¹¹ internas, ao abordar temas como, por exemplo, a criação de uma central de trabalhadores. A relação conflituosa entre os segmentos sindicais presentes no período tinha “...como pano de fundo a luta pela hegemonia no movimento sindical” entre grupos políticos que discordavam, entre si, quanto à forma que deveria “...dar-se a organização dos trabalhadores dentro e fora da fábrica”.¹² Tais discordâncias viriam manifestar-se de forma mais clara, nos anos 80, na disputa entre a esquerda tradicional brasileira e o emergente Partido dos Trabalhadores por um espaço político junto ao movimento dos trabalhadores.

Não obstante os conflitos (ou talvez por causa deles), a partir de 1978, impulsionados pelas greves que se alastravam pelo país exigindo atitudes por parte dos organismos sindicais; os sindicalistas, conscientes da necessidade de promover reformas no sindicalismo, procuraram realizar vários encontros onde buscavam elaborar respostas unitárias para o movimento de massas em curso e para a própria crise do sindicalismo brasileiro. Neste sentido as várias frações, presentes no sindicalismo brasileiro, empenharam-se em obter a unidade de ação até onde foi possível.

Mas, apesar dos inúmeros encontros de trabalhadores realizados no país de 1978 a 1983, a almejada unidade sindical não se concretizou. Tais encontros foram de total importância na medida em que fizeram convergir duas das concepções sindicais existentes no período (a das Oposições Sindicais e a dos sindicalistas “Autênticos”), mas, ao mesmo tempo, favoreceram a grande cisão do sindicalismo brasileiro. Na verdade, as reuniões de trabalhadores que sucederam-se, naqueles anos, tinham como objetivo confesso a busca de

11. Cf. CEDI, “CUT e CONCLAT: A Divisão ... op.cit.pp.44. Ver também a respeito desse congresso: RODRIGUES, Iram Jácome: *Trabalhadores...*op.cit.pp.91/92.

12. Cf. CEDI, “CUT e CONCLAT: A Divisão ... op.cit.pp.45.

uma proposta sindical unitária. Entretanto, as questões ali tratadas, com destaque, revelavam conteúdos políticos com os quais nem todos os segmentos presentes identificavam-se. Assim, por exemplo, o 9º - Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, realizado em Lins/SP, em Janeiro de 1979, do mesmo modo que reafirmou os propósitos estabelecidos pelo 3º - Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, ocorrido três meses antes, de luta pela unidade no campo sindical, aprovou também propostas como: autonomia sindical frente ao Estado, extinção gradual do Imposto Sindical etc.; temas que, por si só, dividiam os interesses. Ainda assim, há nesse período "...uma movimentação constante de sindicalistas que, por formas mais variadas, tentam organizar-se para, inclusive, terem mais força no plano nacional. Nesse período a atividade mais combativa já era uma realidade e se fazia necessário promover encontros, seminários, congressos, etc.; visando a unidade mais orgânica dessas forças."¹³

Nestas circunstâncias, a aproximação daqueles sindicalistas que juntos, porém com objetivos distintos, opuseram-se à direção da CNTI em 1978, passa, em 1979, por um estreitamento em função do ascenso do movimento grevista no país, para em seguida sofrer modificações. Em 1980 alguns representantes de sindicatos sob a influência da esquerda tradicional reúnem-se (agora sem a presença dos "Autênticos") e formalizam a existência de um bloco sindical, com características próprias, no interior do movimento de trabalhadores no Brasil: *A Unidade Sindical* ("US").¹⁴

Paralelamente à definição da "US", enquanto um agrupamento que diferencia-se

13. Cf. RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores...op.cit.pp.94*

14. Cf. CEDI, "CUT e CONCLAT: A...op.cit.pp.45/46.

progressivamente dos demais setores emergentes no sindicalismo (“OS” e “Autênticos”), outras articulações passam a desenhar o cenário sindical brasileiro. Ainda em 1979 as Oposições Sindicais reúnem-se nacionalmente para debater e sistematizar suas bandeiras de lutas, numa iniciativa que denominou-se Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS). Já em 1980, em decorrência da necessidade de somar forças com os “Autênticos”, em função do fortalecimento destes que impulsionou uma redefinição na postura da “OS”, realiza-se o 1º - Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES). Ao mesmo tempo uma outra iniciativa reúne várias vezes “OSs”, Comissões de Fábrica, sindicalistas “Autênticos” e setores da Igreja Católica inseridos no movimento popular, expressando também o objetivo de unificar e organizar a luta dos trabalhadores. A atuação de destaque desta articulação ocorreu nos encontros por ela promovidos, cada qual visando debater questões pendentes no movimento sindical. Dos referidos encontros resultaram importantes documentos, cujo objetivo era orientar e unificar a ação dos participantes, são estes documentos conhecidos como: “Documento de Monlevade”, “Documento de São Bernardo”, “Documento Vitória” e “Documento Goiânia”. Neste último encontro - o de Goiânia - é criada a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) que atuará como órgão centralizador do sindicalismo “Autêntico” até a criação da CUT em 1983.

Estas articulações (com exceção da “US” que atuará em outro campo), ocorridas paralelamente, mas não excludentes entre si, podem ser avaliadas como embriões da CUT, uma vez que uma das propostas centrais apreciadas nestes encontros era a formação de uma central de trabalhadores a partir de um congresso amplamente democrático e representativo.

Em 1980, objetivando adiantar-se à estas articulações em andamento, a “US” tentou estabelecer contatos e realizar uma Conferência Nacional de Trabalhadores com vistas a

assumir o controle desta no que se refere à sua direção, organização, temário etc. Mas um esforço por parte dos sindicalistas “Autênticos” e das “OS” (articuladas nas iniciativas citadas) em conter a “US”, consegue adiar a 1º Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (1º CONCLAT) para 1981. Em fevereiro deste mesmo ano, após um ato público em São Bernardo do Campo contra a Lei de Segurança Nacional, membros de 70 entidades sindicais, representando seis estados, reuniram-se para avaliar o ato e resolveram convocar uma reunião nacional para preparar a 1º CONCLAT. A reunião seria no dia 21 de março e cada entidade poderia participar com 4 membros e apenas um voto. No dia marcado 183 entidades reuniram-se no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de São Paulo e resolveram elaborar uma convocação nacional para CONCLAT a ser realizada em agosto de 1981. Os encaminhamentos dados à CONCLAT nesta reunião foram: eleição de uma comissão executiva, estabelecimento de critérios de participação, definição de temas, apresentação de teses elaboradas a partir de encontros e/ou congressos estaduais (ENCLATS/CECLATS). Os ENCLATS ou CECLATS foram realizados e, finalmente, reuniram-se em Praia Grande/SP, 5036 delegados representantes de 1091 entidades de todo país e mais 11 delegações estrangeiras.¹⁵

O movimento sindical, ainda surpreso com os acontecimentos dos últimos anos, vinha procurando atuar unitariamente e, neste contexto, a CONCLAT/81 foi ainda uma iniciativa unitária. Porém, esta Conferência acabou por acirrar os ânimos provocando um confronto que definiu dois lados e duas concepções claramente distintas no movimento sindical brasileiro a partir de então. As divergências na forma de conceber a ação sindical, que vinham se desenvolvendo no interior do movimento dos trabalhadores desde as primeiras

15. ANAMPOS, Boletim/Setor Sindical. Nº 2, Abril de 1982.

greves de 1978, adquirem transparência nesta Conferência e progridem nos anos subsequentes.

A CONCLAT/81, elegeu uma Comissão Nacional (CN-PRÓ-CUT) cujo objetivo era colocar em prática os encaminhamentos no sentido da realização do Plano de Lutas aprovado em plenário e da criação da Central Única dos Trabalhadores a ocorrer num congresso em 1982. Nesta comissão, a "US" logrou compor maioria - fato que viria aguçar as diferenças entre esta e o bloco composto pelos "Autênticos" e pela "OS"¹⁶, conhecido como *Bloco Combativo*. As controvérsias culminaram com a decisão do grupo majoritário ("US") de aprovar o adiamento da CONCLAT marcado para 82, alegando que por ser este um ano eleitoral o congresso poderia vir a ser partidarizado, ou ainda, que o evento poderia comprometer o processo de democratização pelo qual passava o país.

Alguns integrantes da CN-PRÓ-CUT que não concordaram com o adiamento do CONCLAT, posto que sua realização em 1982 era uma deliberação tomada por mais de 5000 delegados na Conferência de 1981, resolveram se afastar da comissão. Os que permaneceram convocaram uma reunião ampliada da mesma, na qual compareceram aqueles membros que haviam se afastado. Esta reunião extremamente tensa que contou, inclusive, com a retirada de delegações inteiras face as divergências insolúveis ali manifestadas, decidiu marcar uma outra reunião para 26 e 27 de novembro de 1982. Em seguida realizam-se vários ENCLATS representativos que decidiram pela participação - daqueles que haviam

16. A esse respeito um boletim da ANAMPOS assim se pronunciou: "É preciso lembrar que a atual composição da Comissão Nacional Pró-CUT é resultado da desarticulação da corrente combativa dos sindicalistas, que não soube conduzir na composição da Comissão a maioria que as suas propostas classistas obtiveram nas Comissões e no plenário. (...) As Reformistas querem criar uma *casca* de CUT, que não avance no rompimento com a estrutura sindical, uma Central Única de dirigentes de entidades sindicais e não uma Central Única de Trabalhadores. Cf. ANAMPOS, Boletim/Setor Sindical, op.cit.

se retirado da reunião anterior - nesta reunião de novembro/82, onde decidiu-se, finalmente, realizar o CONCLAT nos dias 26,27 e 28 de agosto de 1983. Houve então uma reaproximação das tendências em conflito.

Entretanto, as discordâncias continuaram e acentuaram-se a respeito da greve geral (convocada para 21.06.83), da criação da CUT e da atuação dos trabalhadores frente a estrutura sindical oficial. Essas divergências trouxeram de volta a discussão sobre realizar ou não o CONCLAT/83 e, por conta disso, outras reuniões sucederam-se. Depois de longas discussões, sem acordos, parte da CN-PRÓ-CUT manteve a decisão de realizar a CONCLAT/83. Realizou-se, então, de 26 a 28 de agosto de 1983, o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em São Bernardo do Campo, e, na oportunidade, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores.¹⁷ Em novembro deste mesmo ano um outro congresso reúne em Praia Grande/SP, algumas confederações, federações e sindicatos ligados a esquerda tradicional ("US") e cria a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que três anos mais tarde se converteria em outra central sindical: a CGT.¹⁸

Grandes esforços foram envidados, à ocasião, por parte do *Bloco Combativo* no sentido de manter a unidade entre as diferentes forças sindicais. Foram esforços em vão, pois o que dividia as forças naquele momento eram questões de fundo relativas à concepção

17. As informações sobre os acontecimentos que antecederam ao CONCLAT/83 foram obtidas basicamente das seguintes fontes:

ANAMPOS. Problemas da Unificação do Movimento Sindical: Seminário apresentado por Armando Boito e Luiz Alves de Azevedo. São Paulo, agosto de 1982. (mimeo)

ANAMPOS, Duas Propostas de CUT. "Diferenças", julho/85;

ANAMPOS, Boletim Nacional, s/d;

CEDI, "CUT e CONCLAT: A Divisão Política do Movimento Sindical", in Trabalhadores Urbanos no Brasil/82-84, Edição Especial, nº6, São Paulo, 1986;

CONCLAT, História e Questões, 1987;

CUT PELA BASE, Concepções Práticas e Divergências. Para Onde Vai a CUT?;

Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical/Regional São Paulo;

No Caminho da CUT, Propostas Para o Primeiro CONCLAT, Vários Autores, Rio de Janeiro, 1980.

18. CEDI, Trabalhadores... op.cit.pp.44.

sindical que cada corrente postulava. Dentre os pontos em torno dos quais deveria realizar-se a unidade figurava, com relevo, a proposta de criação de uma central sindical não submetida à estrutura sindical oficial e isso, por si só, comprometia a unidade. A esse respeito a CUT, posteriormente, assim se manifestou: “A CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora) tem uma direção de cúpula, uma prática distanciada da base evitando a mobilização, as portas das fábricas e as greves; apoia-se na estrutura sindical atual (...). A CUT tem uma direção voltada para o respeito às decisões da base, busca incessantemente a mobilização dos trabalhadores em seus locais de trabalho; (...) entende que a construção da central sindical deva estar sob o controle dos trabalhadores e suas organizações de base, apoia chapas combativas e oposições, com o objetivo de derrubar a atual estrutura sindical”.¹⁹

De modo que o que estava em pauta, orientando as divergências (ou as aproximações políticas) entre as várias correntes sindicais nos anos que antecederam o CONCLAT/83, era a perspectiva ideológica que cada uma postulava, era a forma de conceber a organização sindical e política dos trabalhadores. Oriundas de caminhos diversos as vertentes sindicais, que emergem no bojo do movimento de massas de fins dos anos 70, procuram, através do jogo e articulações políticas, afirmarem-se junto a esse movimento. Lutam cada qual a sua maneira, por tornarem-se hegemônicas, por constituírem-se em alternativas ideológicas para a classe trabalhadora brasileira; ou pelo menos para nela encontrarem um espaço para sua ação política.

No momento em que se consumou a grande divisão do sindicalismo brasileiro (*Bloco Combativo x Bloco Reformista - 1983*), parece ter ocorrido uma acomodação das forças em

19. *Ibid* pp.45/46.

pugna. Finalmente, depois de tantos encontros (e desencontros), a militância sindical, agrupada de acordo com seu credo ideológico em entidades definidas, poderia desenvolver seu projeto político reconhecendo-se e vendo perspectiva na entidade que a acolhera. Mas, para estar assim, cada um no seu lugar, os agrupamentos políticos tiveram que abrir concessões, e somar forças, como única forma de garantir um espaço seguro.

Foi assim com os militantes da esquerda tradicional que, embora críticos ao sindicalismo conservador, aliaram-se à ele no intuito de fortalecerem-se enquanto opção política. Foi assim também com as "OSs" as quais firmaram-se como vertente sindical na luta contra a estrutura sindical oficial mas, que sob pena de ter de enfrentar o isolamento, renderam-se ao sindicalismo oficial e aliaram-se aos "Autênticos".²⁰ Em ambos os casos a estratégia, em certo sentido, deu frutos: o *Novo Sindicalismo* consolidou-se e o sindicalismo da *Unidade Sindical* (que futuramente, no final da década de 80, se converteria no *Sindicalismo de Resultados*) desenvolveu-se em nosso país.

Diferenciando-se ideologicamente, desde o início do *Novo Sindicalismo* - embora eventualmente agissem juntos - a "US" tentou, sob os mais diversos argumentos, adiar indefinidamente o CONCLAT/83 e criar toda sorte de problemas na CN-PRÓ-CUT. O que norteava essa atitude da "US" era exatamente a evidência de que estaria em desvantagem

20. A necessidade de somar forças era perfeitamente percebida por várias correntes sindicais do período, como demonstra a seguinte análise: "O que ocorre é que determinados setores de oposição não conseguem enxergar que existe uma fraqueza geral em termos de representatividade dentro do movimento, tanto de pelegos como da maioria das oposições. É que dentro do movimento a disputa de influência esta aberta na massa. Por outro lado, enganam-se aqueles que acreditam que só a explosividade atual do movimento operário é capaz de barrar a hegemonia de uma alternativa reformista no seu interior. É hoje, mais do que nunca, preciso consolidar um pólo combativo e anti-reformista dentro do Movimento Sindical. E nesse pólo tem que estar todos aqueles que têm uma prática de não conciliação (...). Tem que estar nesse pólo todos aqueles que desenvolvem na prática uma luta nos seus locais de trabalho (...). É nesse sentido que as Oposições devem procurar a mais estreita relação com os sindicalistas autênticos visando uma prática cada vez mais conjunta (...) é preciso quebrar o isolamento em que estão as oposições sindicais e prepará-las para tomar iniciativas mais gerais dentro do movimento, como é o caso do CONCLAT e do 1º de Maio" Cf. "Por Onde Unificar o Movimento Sindical" In: *Companheiro*. São Paulo, Avante, 1980, pp.49.

numérica neste Congresso e que a Central de Trabalhadores ali criada estaria fora de seu controle.²¹ A criação da CUT e a convocação de uma nova greve geral seriam propostas em destaque no CONCLAT/83. A “US” não queria vê-las aprovadas. Esta posição da “US” - parte de uma estratégia política mais ampla efetivada pela esquerda tradicional brasileira - lhe rendeu críticas severas e elucidativas nos discursos de abertura do CONCLAT/83: “Que fique bem claro: não foram as divergências em torno do regimento do CONCLAT o que provocou a divisão do movimento sindical. Esse foi apenas o pretexto. Os que tentaram o adiamento do CONCLAT defendiam a conciliação com o governo. E nós não concordamos com isso. Não pode haver conciliação com um governo que reduz os salários, que intervêm nos sindicatos, cassa dirigentes legitimamente eleitos por suas categorias e que reprime e demite grevistas”.²² Ou ainda num outro documento: “Este CONCLAT está diante de uma grande tarefa: votar contra a conciliação nacional (leia subordinação dos trabalhadores à uma proposta nacional) e votar a favor do avanço, o que significa votar pela fundação da CUT em 83, pela marcação da greve geral, pelo não pagamento da dívida externa, pelo fim da ditadura : fora Figueiredo e Delfim - eleições direta já!

“As direções pelegas que estão contra a realização do CONCLAT agora defendem, no seio da classe trabalhadora, esta proposta de *consenso nacional*; querem nos amarrar em alguma variante patronal para enfrentar a crise. A isto devemos responder não. A melhor resposta é avançar, fundar a CUT, organizar a greve geral, colocando-se na luta contra o FMI e a ditadura (...), os dirigentes sindicais pelegos que rompem com a CONCLAT, o

21. Ver a esse respeito: CEDL. “CUT e CONCLAT: A Divisão ...”. op.cit; ANTUNES, Ricardo, “A Criação da Central Única dos Trabalhadores.” In: O Novo Sindicalismo... op.cit.; GIANNOTTI, Vito e NETO Sebastião, “CUT Ontem... op.cit.

22. Cf. CUT/ CONCLAT. Nasce a Central dos Trabalhadores. Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1984, pp.213/214.

fazem exatamente porque estão à favor desta política de conciliação nacional (...). Fariam o CONCLAT se tivessem certeza de aprovar um programa de conciliação com os patrões. Porém, após a maioria dos CECLATs, ficou claro a vontade de avançar da classe trabalhadora; fundar a CUT e marcar a greve geral”.²³

Nesta perspectiva era, então, avaliada, pelos setores pró CUT, a decisão da “US” e dos sindicatos que em torno dela gravitavam de não participação na fundação da CUT em 1983. O teor deste discurso traduz a medida do abismo que separava, naquele momento, o recém nascido *Novo Sindicalismo da Unidade Sindical*.

A esquerda tradicional, sobretudo o PCB, herdeiro do velho sindicalismo político do período pré-64, pendeu para o lado do velho sindicalismo *pelego* almejando uma via de fortalecimento de sua política debilitada a nível nacional. Do mesmo modo, os sindicalistas vinculados ao *peleguismo* do período ditatorial absorveram, acolheram em seus sindicatos, o PCB, o MR-8, e mais tarde, o PC do B, como forma de engrossar fileiras, adequar-se à uma nova realidade do mundo do trabalho e modernizar-se para, então, fazer frente ao *Novo Sindicalismo* que nascia consistente.²⁴

Havia, pois, no início dos anos 80, uma acentuada polarização no campo sindical brasileiro: num polo concentravam-se os sindicalistas adeptos a uma atuação conciliadora e de cúpula, dados a alianças policlassistas e apegados à estrutura sindical atrelada e, no outro pólo, uma militância sindical combativa, classista e enraizada na luta dos trabalhadores. Esta propugnando “...o respeito às decisões de base através de assembléias, de reuniões por fábricas etc.”, buscando “...mobilizar os trabalhadores dentro das fábricas,

23. CONCLAT/83: Não à conciliação, fundar a CUT, organizar a greve geral . Boletim s/d

24. Ver a esse respeito: NOGUEIRA, Arnaldo. *A Modernização...op.cit.*

nos bairros, no campo etc.”, tentando “...novas táticas de luta e de organização como as Comissões de Fábrica e a presença permanente nas portas de fábricas” e entendendo que “...a construção da CUT [deveria] estar sob o controle dos trabalhadores e sua organização de base”. Já aqueles objetivavam “...uma direção de cúpula tomando as decisões de cima sem consultar as bases, os trabalhadores, ou passando por cima das decisões coletivas”. Realizavam “...uma prática distanciada das bases evitando a mobilização e as portas de fábricas, [mantendo] o controle dos trabalhadores evitando as greves e as mobilizações (...) e [tendo] como ponto de partida e base de organização dos trabalhadores a própria estrutura sindical atual : Confederações, Federações e sindicatos sob controle”.²⁵

Como se vê, o sindicalismo brasileiro, no início da década de 80, comportava duas correntes radicalmente distintas. A “US”, aglutinando PCB, MR-8 , PC do B e sindicatos ligados a burocracia sindical, rejeitava as propostas combativas contidas na perspectiva do *Novo Sindicalismo* e, por isso, vislumbrou uma outra direção para a concretização de sua política sindical. Esse agrupamento alegando discordância em relação a alguns itens previstos nos Estatutos da Convocatória do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT/83 - os quais permitiam, entre outros expedientes, a participação nesse congresso de trabalhadores eleitos pelas categorias cujas diretorias sindicais não houvessem convocado assembléia para este fim - realizou um outro congresso e criou uma outra entidade sindical de caráter nacional (CONCLAT/CGT).

A polêmica criada pela “US”, acerca do regimento interno do CONCLAT/83 (Art. 8º,9º), visava, na verdade, inibir o fortalecimento das posições dos sindicalistas

25. Cf. ANAMPOS, *Duas Propostas de CUT “Diferenças...”*. op.cit.pp.2 e 3

“combativos” que seria evidente com a participação das oposições sindicais nesse congresso. Neste sentido houve uma defesa intransigente por parte dos “Autênticos” pela manutenção destes artigos.

Assim, a luta pela hegemonia no movimento sindical havia levado, então, a esquerda tradicional brasileira a aliar-se à fração mais retrógrada desse movimento. A análise de Ricardo Antunes sintetiza com clareza esta questão: “A CGT reavivou na verdade, na sua origem, de maneira arqueiformada o projeto do antigo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) dos anos sessenta, que tinha então, a hegemonia da aliança PCB/PTB. Agora no início dos anos oitenta, a esquerda tradicional buscava no velho sindicalismo, atrelado e subordinado à burocracia sindical e no peleguismo, as bases para sua nova ação. Imaginava-se que este sindicalismo lhe serviria de base, naturalmente sob sua hegemonia, sob seu comando. Desse modo a esquerda tradicional aliou-se a Joaquim dos Santos Andrade (a nível nacional esta aliança reproduzia a ação a nível local, onde Luiz Antônio Medeiros do PCB, somava-se a Joaquinção na direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo). Aliou-se também o Antônio Rogério Magri, então presidente dos Eletricitários de São Paulo e sindicalista formado na tradição sindical norte americana. E, na sua ponta à esquerda, contava com as adesões de José Francisco da Silva, que dirigia a importante CONTAG, e de sindicatos vinculados ao PMDB. Era, como se vê, uma frente sindical, onde, especialmente o PCB, sonhava com o controle de sua base sindical e desse modo, imaginava-se voltar a ter base social, como no pré-64”.²⁶

E, a partir dessa aliança (esquerda tradicional/peleguismo), estavam dadas as condições para que um sindicalismo mais moderado (agora legitimado por uma atuação que

26. Cf. ANTUNES, Ricardo. O Novo Sindicalismo... op.cit.pp.60

prioriza a aproximação com o mundo fabril), com feição “moderna”, se desenvolvesse no nosso país. Essa oportunidade foi devidamente assimilada pelas forças que dariam contorno, no futuro, a um sindicalismo de direita, cujo o ideário, explicitamente pró-capitalista, restringe a luta dos trabalhadores à mera negociação dos salários: *O Sindicalismo de Resultados*.²⁷

Aqueles setores alinhados com o propósito de se criar uma Central de Trabalhadores comprometida de fato com os interesses essenciais dos trabalhadores, coube, no quadro do sindicalismo brasileiro, um espaço de atuação onde a denúncia aos efeitos nocivos de uma política sindical integrada ao projeto capitalista constituía presença marcante. De modo que, em oposição a concepção sindical daqueles setores reunidos em torno da “US”, a militância cutista passa, desde logo, a esboçar um projeto político sindical com fronteiras nitidamente anticapitalistas; passa a defender propostas francamente inviáveis no contexto de uma economia de mercado.

Nesta direção a CUT avança até 1986, quando então formaliza sua opção ideológica e define-se como central sindical de corte socialista. Essa era a questão mais geral que - mediada por discordâncias acerca de aspectos mais imediatos do sindicalismo brasileiro como, por exemplo, a questão da estrutura sindical atrelada ao Estado - esteve presente desde o início permeando os conflitos no interior do sindicalismo brasileiro. E foi essa a questão que apartou os interesses em 1983. Mas, esse mesmo tema que dividiu alguns interesses uniu outros - “Autênticos” e “OS” - que passaram a fazer parte do campo da CUT e

27. Cf. NOGUEIRA, Arnaldo. *A Modernização...* op.cit.. Nesta dissertação o autor avança no sentido de apontar para as causas que viabilizaram a gênese do que, posteriormente, se denominou *Sindicalismo de Resultados*, no Brasil. Analisa tal vertente a partir do seu pólo mais organizado - o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo - buscando apreender o desenvolvimento das propostas e ação deste sindicato identificando na sua elaboração política uma orientação neo-liberal, próxima ao sindicalismo norte-americano.

a destinar esforços no sentido de estruturar esta Central de Trabalhadores.

Contudo, tão logo inicia-se a fase de consolidação da Central Única dos Trabalhadores, momento decisivo na definição de sua política e da sua forma organizativa, a união entre “OS” e “Autênticos” expõe também seus conflitos. Pouco tempo depois da fundação da CUT, várias declarações feitas por membros à ela ligados dão conta de uma certa tensão na relação entre as forças políticas da Central. Estas declarações informam sobre a presença de graves discordâncias, no interior da CUT, que referem-se principalmente ao projeto político que essa entidade busca construir e indicam que a união de diferentes vertentes sindicais, viabilizando a fundação da CUT, começa a sofrer abalos.²⁸

O conteúdo dos debates internos à CUT revela o desenvolvimento de divergências entre as forças que construíram a entidade, sobretudo depois de seu 2º CONCUT/86. Tais divergências estão ligadas a temas, cujas polêmicas remontam a época de sua formação e que aparentemente haviam encontrado solução. Esses temas ressurgem, no entanto, estabelecendo tensões que denotam dificuldades para a concretização dos objetivos iniciais

28. Textos destinados ao debate interno da CUT revelam tais divergências. A título de exemplo: “Aos cinco anos de construção, a CUT ainda vive um momento de indefinições teóricas e práticas. (...) Mesmo as diferentes articulações sindicais existentes não possuem formulações fechadas sobre a totalidade dos temas em discussão. Ou seja, o potencial criado das experiências geradas no interior do movimento vivo dos trabalhadores começa a encontrar o seu espaço de confronto, de reflexão sistemática de seus aspectos teóricos e práticos já esboçando concepções sindicais diferenciadas.” (Tese nº 6 - “Construir a CUT pela Base” - apresentada no 3º CONCUT/88, Belo Horizonte). Um outro documento retoma a questão: “Percebe-se, a vistas claras, hoje, que determinados setores entendem a necessidade de manter a CUT estruturada sobre os sindicatos oficiais (...). A rigor, a política dominante nos setores sindicalistas é a de que, ocupando as estruturas existentes podemos modificar a sociedade (...). Ficamos limitados à luta interna pela estrutura, e não levamos na prática a organização dos trabalhadores a partir de propostas classistas e de massas.” (Tese nº 7 “CUT do Trabalhador” - apresentada no 3º CONCUT/88, Belo Horizonte). Finalmente, um outro documento confirma a existência de fissuras no interior da CUT. “A atual direção, nascida do II CONCUT a partir da disputa de três chapas, conviveu durante todo o mandato com uma crescente deterioração na sua convivência interna. (...) Esse processo em curso desde o II CONCUT minou a unidade de ação no interior da CUT, podendo, se levado adiante gerar condições embrionárias para futuras cisões em nossa central.” (Tese nº 8 - “Unir a Cidade e o Campo numa CUT de Classe e de Luta” - apresentada no 3º CONCUT/88, Belo Horizonte).

da central.²⁹

No momento de formação da CUT, o debate que se travou acerca da autonomia da organização dos trabalhadores (frente ao Estado, a burguesia, aos partidos políticos etc.), funcionou como divisor de águas colocando, de um lado, setores reunidos no chamado *Bloco Combativo* e, de outro, setores da *Unidade Sindical*. Anos mais tarde a mesma questão retorna, no interior da CUT, denunciando o caráter inacabado do debate de outrora. No ano de implantação da central (1983/84) as diferenças parecem ter sido amortecidas pelo objetivo maior de construir a entidade, mas tão logo inicia-se o processo de sua consolidação, a partir de 1984, acirram-se os ânimos. Este fenômeno parece estar ligado às condições sobre as quais se deu a formação da CUT, ou seja: mediante a convergência de propostas nascidas de circunstâncias e posturas diferenciadas as quais abrem concessões com vistas à um objetivo comum, cuja realização não foi viabilizada.

A CUT aglomerou em torno de si desde militantes organizados em grupos da esquerda *radical* até sindicalistas “combativos” independentes. Envolveu, portanto, um universo ideológico amplamente diversificado e conflituoso, mas que, por sua especificidade, conferiu-lhe um caráter progressista. No entanto, esse mesmo universo ideológico que lhe impele para um campo à esquerda do movimento sindical brasileiro, lhe dificulta também uma determinação precisa e efetiva de um ideário político.

Ocorre que o fortalecimento dos “Autênticos”, ao projetarem-se nacionalmente enquanto alternativa sindical, garantiu-lhes maioria na composição da CUT e, portanto, permitiu-lhes larga margem de influência na conformação ideológica e na forma organizativa

29. É o que sugerem as falas presentes em inúmeras fontes documentais (Resoluções, Teses, Contribuições, etc., dos Congressos, Plenárias, Reuniões, etc.) produzidas pelas vertentes sindicais que integram a CUT, cujo o conteúdo já se fez referência neste trabalho. Ver nota anterior.

da entidade desde sua origem. Sob a direção desta vertente sindical (mais tarde organizada e denominada Articulação) diversos documentos produzidos por agrupamentos cutistas, críticos a esta direção, sugerem que há um certo desinteresse em efetivamente construir a Central segundo seus objetivos iniciais, qual seja: o de "...desenvolver a luta pela emancipação política social e econômica, bem como a solidariedade dos trabalhadores".³⁰

Não obstante, esta orientação não se estabelece sem fissuras no interior da CUT. Tais fissuras nada mais são - como já foi aqui enfatizado - do que o aprofundamento das diferenças ideológicas manifestadas já no processo de formação da entidade, as quais dado a necessidade de somar forças mantiveram-se unidas, porém conflitantes. Todos os momentos da história desta Central são permeados por intensos debates que emergem em consequência dessas diferenças e que referem-se, principalmente, ao objetivo político que cada uma de suas vertentes deseja imprimir-lhe.

O sindicalismo cutista, ao adequar-se às novas demandas trazidas à tona pelo movimento grevista iniciado no Brasil, em 1978, construiu uma nova qualidade política para a classe trabalhadora e seguiu revelando e aprofundando sua distinção à esquerda daquele sindicalismo que se desenvolvia a partir da "US". Inicialmente, o sindicalismo defendido pela *Unidade Sindical* cumpriu o papel de "impulsionar" os sindicalistas combativos, mas não socialistas, a aderirem alguns aspectos da perspectiva socialista. Posteriormente, a consolidação a nível nacional do *Sindicalismo de Resultados*, demarcou nitidamente os dois lados do movimento sindical brasileiro e contribuiu com isso para manter a unidade cutista no campo da esquerda sindical. O amadurecimento do sindicalismo cutista, paralelamente ao

30. Cf. CONCLAT. Resoluções, op.cit.pp.5

*Sindicalismo de Resultados*³¹, desvelou progressivamente, através da elaboração de políticas díspares, a contínua polarização entre ambos e contribuiu para a ideologização do movimento sindical brasileiro.

Mas, também, enquanto desdobramento do curso de ideologização do sindicalismo brasileiro, a pluralidade ideológica interna à CUT se sobressaiu dificultando sua definição política e propiciando acontecimentos contraditórios. A contradição que atravessa o desenvolvimento da CUT reflete-se em momentos importantes da vida sindical: congressos, campanhas salariais, greves gerais, negociações com o governo etc. Nesses momentos as experiências passadas dos militantes definem, de certo modo, suas opções e expressam conceitos que se constituem no núcleo das discordâncias alojadas na Central. Revelam, na realidade, os valores que alimentam as tensões existentes entre posturas díspares que uniram-se no empenho comum de construir a Central Única dos Trabalhadores.

Sobretudo os Congressos Nacionais que a CUT realiza, desnudam os efeitos que a heterogeneidade cutista tem sobre sua difusão ideológica. No 2º CONCUR/86, por exemplo, a Articulação Sindical, fração cutista majoritária e considerada moderada, derrotou seus concorrentes à composição da Executiva da entidade, porém, não logrou vencê-los no plano ideológico. Esse Congresso reafirmou a orientação à esquerda da CUT ao aprovar uma resolução que declarava "...como compromisso histórico da CUT: impulsionar a luta sindical dos trabalhadores na perspectiva de construir uma sociedade socialista".³² E também ao afirmar que "... a CUT faz avançar a luta de classes quando consegue articular a luta econômica com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de

31- Vale observar que o termo *Sindicalismo de Resultados* passou a ser utilizado no Brasil a partir da segunda metade da década de 80.

32. Cf. 2º Congresso Nacional/CUT - Resoluções - Caderno Especial - CUT, agosto de 1986. pp.6

consciência de classe e apontar para a construção de uma sociedade socialista".³³

Esta resolução, embora tenha sido aprovada após três anos de experiência vivida pela Central, por delegados majoritariamente de base e num ambiente amplamente democrático onde não faltaram debates, é desautorizada por alguns dirigentes da Central. A título de exemplo: Jair Meneguelli, quando ainda presidia a CUT, ao ser perguntado numa entrevista se esta entidade poderia ser caracterizada como central sindical socialista, declarou que "Não (...) que seus dirigentes podem ser caracterizados como socialistas, mas a entidade não".³⁴ Levando-se em conta que consta dentre as possibilidades do sindicalismo a opção por uma prática integrada a um projeto socialista, é algo questionável que dirigentes sindicais socialistas não vislumbrem essa via para suas entidades.

De qualquer modo a menção a esse episódio teve apenas o intuito de ilustrar a contradição existente no interior da CUT. Embora essa Central aponte ao nível do discurso para a perspectiva socialista, a materialização desse discurso encontra, internamente, obstáculos em posturas e práticas que não orientam-se nesse sentido. Este fato tem causado um efeito paralisante na CUT. Iram Jácome Rodrigues, acerca disso observa que "...a convivência na CUT, de uma gama variada de posições políticas ideológicas se de um lado, é saudável a medida em que possibilita a discussão de questões a partir de diferentes opiniões, de outro traz os riscos de uma paralisia permanente, pois são projetos contraditórios e até excludentes. Esse processo tem propiciado um acentuado distanciamento entre os discursos. E é responsável, em alguma medida, pela ausência de um projeto sindical mais claramente

33. Ibid.pp.7

34. Jair Meneguelli. Entrevista concedida à Revista Teoria e Debate.São Paulo, nº9/março,1989.

delimitado”.³⁵ Para este pesquisador os programas e resoluções elaborados pela CUT, de forma genérica, funcionam “...como uma cortina de fumaça que encobre a falta de um projeto sindical mais delimitado” e “tende a alinhar sua unidade interna...”.³⁶

Também nesta mesma perspectiva de análise, Leôncio Martins Rodrigues³⁷ salienta que “para as facções de oposição à Articulação, majoritária, a bandeira socialista, as reivindicações mais radicais servem para a crítica ao *burocratismo*, a *moderação* e ao *legalismo* da maioria da Executiva Nacional. Mas as facções mais à esquerda, no fundo, também não acreditam seriamente que os *moderados*, *legalistas* ou *burocratas* da tendência dominante possam levar à prática os planos de luta revolucionários. *Stritu Sensu*, seria ingênuo esperar que as direções não revolucionárias aplicassem programas revolucionários”³⁸ (grifos do autor). Leôncio M. Rodrigues acredita que as demandas socialistas presentes em importantes documentos destinados a orientar a prática da central, não possuem um “sentido instrumental, mas pedagógico. (...) Elas integram o vasto campo de ações expressivas que servem para a construção de identidade grupal, para reforçar a coesão interna”.³⁹

Com relação a este último aspecto, é possível concordar com ambos os autores. De fato, a permanência de determinadas demandas mais radicais nos documentos elaborados pela CUT, parece cumprir o papel, dentre outros, de manter a unidade interna. Isto é, a inclusão de demandas de natureza anti-capitalista nos objetivos da CUT, cuja concretização

35. RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores...* op.cit. pp.243/244.

36. *Ibid.* pp.244

37. MARTINS, Leôncio. *CUT, Militantes...* op.cit.

38. *Ibid.* pp.91

39. *Ibid.* pp.91

exigiria mudanças profundas na sociedade (estatização do sistema financeiro, reforma agrária sob controle dos trabalhadores etc.), talvez tenha também a função de realizar aquilo que Iram Jácome chamou de “...ponto médio entre as tendências que atuam no seu interior”.⁴⁰ As frações cutistas não socialistas partilham, ao nível do discurso genérico, das pretensões socialistas sob risco de - caso não o façam - desorganizar a unidade da central.

A permanência nos documentos elaborados pela CUT do ideário socialista e a contraditoriedade que isso implica, encontra, no quadro do sindicalismo brasileiro, outras motivações comportando várias análises e polêmicas. Mas aqui o que importa reter é que devido as circunstâncias em que atuavam as diferentes forças do sindicalismo brasileiro no final dos anos 70, à CUT coube ocupar um espaço à esquerda do sindicalismo. Constituída por setores que atuavam à esquerda do sindicalismo em vigor na fase ditatorial e representando uma base de trabalhadores cujas posições, no contexto da sociedade brasileira (setor rural, por exemplo), a induzia a ações de confronto com o Estado e o Capital, a CUT desde logo abraçou bandeiras que a colocava em uma situação ofensiva. A particularidade que introduziu a CUT no campo à esquerda do movimento sindical brasileiro, parece encontrar explicação na especificidade dos agrupamentos que a compôs e na base que buscou representar.

No entanto, a partir de meados da década de 80 passou a predominar, no universo ideológico da CUT, uma postura, considerada moderada, que aos poucos foi redefinindo a convivência entre os grupos cutistas, cristalizando os conflitos e deslocando a entidade de seu espaço original.

40. RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores...* op.cit.pp.40.

Abordando esta questão, Leôncio M. Rodrigues sugere que o fortalecimento de uma postura mais moderada, do tipo social-democrata, na CUT é uma decorrência da impossibilidade de realização de um sindicalismo de perfil socialista no mundo contemporâneo. Segundo este autor, a alteração na configuração da classe trabalhadora provocada pelo avanço tecnológico, a crise ideológica do Leste Europeu, as aspirações de consumo dos trabalhadores - somados a consolidação do processo democrático, no caso do Brasil - não sustentam um projeto sindical socialista.⁴¹

Partilhando a conclusão de Leôncio M. Rodrigues, no que se refere a impossibilidade de a CUT definir-se ideologicamente por um sindicalismo de corte socialista, Armando Boito⁴² considera que a CUT vive uma contradição insolúvel entre as propostas que a impulsionam a uma ação de massas e os limites estruturais dados pela sua inserção na estrutura sindical atrelada ao Estado. A estrutura sindical brasileira atrelada ao Estado burguês, de acordo com este autor, não pode conter os requisitos que permitem ao movimento sindical unir-se à luta política.

Uma outra perspectiva de análise vislumbra a alternativa socialista para o movimento sindical contemporâneo em geral e para a CUT em particular, mas reconhece as dificuldades desta central em articular a luta reivindicativa com a luta política e salienta: “À CUT está reservado o espaço que sempre foi o seu, de uma Central onde predomine o caráter anti-capitalista. Por isso, o embate travado no interior da CUT, entre socialistas e social-democratas (...), terá peso decisivo em sua definição e consolidação de sua trajetória. Ou a CUT mantém seu espaço, na esquerda, ou então ela poderá vir a ter que disputar, com setores

41. RODRIGUES, Leôncio M. CUT: Militantes... op.cit.

42. BOITO JÚNIOR, Armando. O Sindicalismo de Estado... op.cit.

vinculados à Ordem, um lugar que não é o seu. O que implica em que o seu espaço a possível de ação é enquanto central de esquerda, afinada com posturas e ideais socialistas. De pluralidade socialista.”⁴³

O fato é que há na CUT um número expressivo de militantes socialistas que orientam suas propostas sindicais no sentido de torná-la uma central sindical cujo ideário integre um projeto político anti-capitalista, apesar dos obstáculos. Os limites colocados à ação sindical pela estrutura sindical oficial e as transformações pelas quais passa a classe trabalhadora do mundo todo, são elementos reais de obstrução à construção do ideário socialista para o sindicalismo brasileiro. E, no que se refere a CUT, essa dificuldade é agravada pela presença majoritária de setores simpáticos a social-democracia e pela ausência quase que completa de um esforço, por parte dos setores socialistas, no sentido de elaborar - a partir da realidade concreta dos trabalhadores brasileiros - um projeto político que traduza os anseios das diversas nuances que esse setor contém e suplante a tendência social-democratizante em voga na entidade.

A postura sindical tendente a atuar de acordo com os ditames do mercado sempre estiveram, nos parece, presente na central e tem sua origem ligada ao padrão de atuação do sindicalismo “Autêntico”, cuja militância, embora combativa, não portava um aparato ideológico consistente, partilhava uma visão mais pragmática da ação sindical. Este sindicalismo, por sua combatividade, rapidamente projetou-se nacionalmente tornando-se referência de luta para os trabalhadores brasileiros. Não obstante o vigor da ação dos “Autênticos”, no início dos anos 80, a existência de outras vertentes sindicais não lhes permitiu alcançar sozinhos a hegemonia no sindicalismo brasileiro no período. Uniram-se,

43. ANTUNES, Ricardo. O Novo Sindicalismo... op.cit.pp.83

então, às oposições sindicais - as quais vinham desenvolvendo um sindicalismo mais ideológico e à margem da estrutura sindical oficial - e abraçaram algumas de suas bandeiras possibilitando um certo equilíbrio entre ambas as vertentes nos primeiros anos de união.

No final dos anos 80 - expressando as mudanças que se processavam no plano ideológico devido aos acontecimentos do Leste Europeu; no mundo do trabalho através da introdução de novos temas relacionados à revolução tecnológica e no Brasil dado a consolidação da democracia - a CUT passa por algumas transformações que permitem o fortalecimento de uma postura mais moderada e voltada para ação mais pragmática. Diante da hesitação da *esquerda socialista* frente as transformações em curso no mundo todo, e no Brasil por consequência, tomou fôlego na CUT uma vertente que vinha, ao longo de sua história, tentando impor sua hegemonia no interior da Central. Assim, além dos problemas de ordem geral colocados ao sindicalismo contemporâneo, a CUT teve de haver-se, a partir de meados da década de 80, com esse elemento interno e intrínseco a ela e que se vincula a órbita subjetiva dos setores que atuam na entidade; ou seja, a opção política voluntária dos grupos cutistas.

Se a criação da CUT, em 1983, foi uma atitude de extrema importância para a organização dos trabalhadores naquele momento, hoje, a necessidade desta central de trabalhadores definir nitidamente seu papel ideológico na sociedade brasileira, torna-se premente face aos novos problemas colocados ao sindicalismo. É neste contexto que a questão que envolve a opção ideológica da CUT ganha destaque permanente entre suas correntes internas e polariza o debate, colocando, de uma lado, o bloco majoritário, considerado moderado, reunido em torno da Articulação sindical e, de outro lado, a *esquerda socialista* liderada pela CUT pela Base (CPB).

Cada um desses dois grandes blocos que compõe a CUT, abarca também

internamente uma variedade de forças políticas, as quais têm tido relevante papel na busca de definições do ideário dessa central sindical⁴⁴. Cabe observar que a força política de peso na Articulação sindical, definidora portanto de seus contornos gerais, tem sua origem intimamente ligada ao sindicalismo “Autêntico”, desenvolvido a partir de São Bernardo do Campo. E, no interior da CUT Pela Base destaca-se a atuação de grupos ligados as “OSSs” em especial a Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas (OSM/Campinas, Ex-oposição uma vez que assumiu o sindicato em 1984) e a OSM/SP (ainda na oposição).

O mapeamento do ambiente que distinguiu a origem dessas duas vertentes sindicais que viriam se configurar nas duas principais propostas políticas presentes na CUT, poderá pontuar algumas particularidades vivenciadas por ambas as vertentes, as quais por suas condições específicas de desenvolvimento assimilaram algumas questões de forma sutilmente diferenciadas e marcaram, por isso, as futuras contradições internas à CUT. E o que procuraremos explicitar a seguir.

44. Nas palavras de ANTUNES: “...setores dentro da Articulação sindical têm sido fortes defensores de uma ação voltada cada vez mais para a negociação com o Estado e o capital. E isso ao preço de se subordinar a uma discussão rigorosamente dentro da ordem econômica e política vigente (...), um conjunto de outras tendências (...), embora minoritária, têm tido papel muito importante na definição do ideário e da política da CUT. Composta pela CUT pela Base (que aglutina especialmente o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo MOMSP - e a Democracia Socialista, entre outros grupos), pela Convergência Socialista e outras tendências minoritárias de esquerda, este bloco, quando atua de maneira unificada, representa 40% do contingente presente nos Congressos da Central (...) [e] tem tido um peso importante, decisivo mesmo, na constante reafirmação do caráter socialista, que deve ser preservado e reafirmado na central.” ANTUNES, Ricardo. O Novo Sindicalismo... op.cit.pp.55/56.

DISTINTOS MOVIMENTOS CRIANDO A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

A consolidação do *Novo Sindicalismo*¹ e, por conseguinte, a criação da Central Única dos Trabalhadores, ainda sob vigência do regime militar, foram dois processos que evoluíram juntos no decurso da confluência de duas importantes vertentes sindicais (“Oposição Sindical” e Sindicalismo “Autêntico”), as quais, ao unirem-se, fortaleceram sobremaneira o sindicalismo combativo no Brasil.

Decorrencia direta e visível da extensão que o movimento de trabalhadores assumiu no Brasil, a partir de 1978, ambos os processos resultam no entanto, indiretamente, da expansão de lutas cotidianas, localizadas e menos visíveis, elaboradas no universo do trabalho nos anos que se seguiram ao golpe militar em nosso país.

Os movimentos de trabalhadores no Brasil, dos quais se tem notícias durante boa parte do período ditatorial, eram movimentos de pequeno porte e voltados para o interior das empresas, mas que informam sobre as condições de vida, trabalho e resistência desses trabalhadores naqueles anos de isolamento político para a classe trabalhadora. A Imprensa (operária e alternativa) do período dá “... conta de pequenos conflitos no interior das empresas. Mesmo nos momentos mais difíceis - de completo isolamento político - de algum modo os trabalhadores fabrís, ainda que de forma isolada e, na maioria das vezes, esparsa, davam vazão ao seu descontentamento com relação as condições de vida e

1. O termo “Novo Sindicalismo” refere-se, aqui, ao conjunto de propostas e ações sindicais que caracterizaram tanto o sindicalismo dos “Autênticos” desenvolvido a partir do ABC paulista, quanto o sindicalismo levado a efeito pela “OS”, ou seja: valorização do confronto Capital e Trabalho, organização dos Trabalhadores pela base, democracia sindical etc.

trabalho a que estavam submetidos nessa época. Isto é, o operariado em todos os anos de regime autoritário, realizou no seu dia a dia, lutas defensivas, elaborando assim sua resistência a partir desses pequenos embates: a luta pela melhoria de condições de trabalho, para conseguir a parada de 15 minutos para o café, contra o autoritarismo da chefia, por aumento salarial, contra o atraso no pagamento, pela diminuição no ritmo de trabalho etc.”²

Estas pequenas lutas atuaram, no plano subjetivo, de forma a desvendar progressivamente para os trabalhadores, e suas lideranças, o caráter ditatorial e excludente do Estado Militar aliado à face repressora do mundo fabril e permitiram um acúmulo de experiências que estiveram presentes tanto no desencadeamento do movimento grevista massivo de 1978, quanto no comportamento característico das lideranças desse movimento.

Durante os anos 60, o regime militar consolidou-se e expôs seu caráter de classe ao procurar manter, mediante uma série de medidas eminentemente repressivas,³ os trabalhadores e seus órgãos de representação nos limites da ordem. Ao contrário do Estado pré-64 - que buscava cooptar as lideranças sindicais e a partir delas deslocar a classe trabalhadora para sua órbita - o Estado militar excluiu o movimento operário e sindical de qualquer participação política. Utilizou-se para tanto de expedientes previstos na Legislação Trabalhista de 1930 que permitia, por exemplo, a total intervenção do Estado nos sindicatos⁴

2. Cf. RODRIGUES, Iram Jácome, *Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: A trajetória da CUT ... op.cit.pp.148.*

3. Acerca das medidas repressivas do período ditatorial sobre o movimento sindical brasileiro, ver entre outros: MARTINS, Heloísa T. de Souza. *O Estado e a Burocratização do ... op.cit.*

4. A normatização da intervenção estatal nas atividades sindicais brasileira remonta à década de 30, quando, o então Presidente da República, Getúlio Vargas introduziu no país uma legislação trabalhista que passou a submeter os sindicatos ao Estado, retirando-lhes, portanto, a autonomia. Uma análise importante acerca da estrutura sindical oficial brasileira, inaugurada por Getúlio Vargas, pode ser encontrada em BOITO JÚNIOR, Armando, *O Sindicalismo de Estado ... op.cit.*

O governo militar instalou-se no Brasil com o compromisso de realizar uma estratégia de desenvolvimento e concentração de Capital que sustentava-se em três atitudes definidas : 1) A efetivação de uma política de créditos ao setor privado; 2) Redução do déficit governamental; 3) Uma política de controle dos salários⁵. A agudeza e a impopularidade inerentes a este terceiro aspecto da política governamental, significava que o Estado precisaria manter a força de trabalho firmemente sob controle mediante a repressão dos trabalhadores e de seus órgãos de representação. Com este objetivo, uma das primeiras providências tomadas pelo governo militar recém-instalado no poder foi eliminar qualquer influência do movimento sindical no Estado, através de uma fiscalização rigorosa que incluía intervenções nos sindicatos, prisões de líderes sindicais mais ativos, veto aos candidatos às diretorias dos sindicatos, controle das finanças dos órgãos sindicais etc.

No que se refere a área econômica, a política do governo, baseada principalmente no *arrocho salarial*, já em 1967 adquire forma concreta no crescente desemprego e empobrecimento da classe trabalhadora brasileira⁶. A esse estado de coisas os trabalhadores estarão impedidos de emitir sinais de descontentamento. A lei 4330/64, da ditadura militar, contém os movimentos grevistas que, se em 1961, 1962 e 1963, computaram 180, 154 e 302 greves respectivamente, em 1965 contam com apenas 25 greves, em 1966 com 15 greves.

5. Sobre a política de controle do salários por parte do governo militar brasileiro, nas décadas de 60 e 70, ver entre outros: ALVES, M.H.M., *Estado e Oposição no Brasil: (1964 - 1984)*, Petrópolis, Vozes, 1984; ALMEIDA, M.H.T., "O Sindicalismo Brasileiro: Entre a Conservação e a Mudança", In: *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense, 1983; HUMPHREY, Jonh . *Fazendo o Milagre...* op.cit. OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*, Rio de Janeiro, Graal, 1977 e SINGER, Paul. *A Crise do Milagre*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

6. Três anos após o golpe militar de 1964, os trabalhadores brasileiros já haviam perdido 35% de seu poder aquisitivo. Conforme FARIA, Hamilton J.Barreto. *A Experiência Operária dos Anos de Resistência ...* op.cit.pp.50

1970 com 12 e em 1971 com nenhuma greve⁷. Nesse período boa parte da burocracia sindical (interventores) já havia se legitimado, através de eleições em que participava apenas uma chapa, e atuava com desenvoltura no sentido de esvaziar qualquer movimento. Muitas foram as medidas (intervenção nos sindicatos, Lei 4330/64, criação do FGTS em substituição a Lei de Estabilidade no emprego etc.) adotadas pelo governo com vistas a conter o movimento de trabalhadores nas décadas de 60 e 70. No entanto, todas as medidas neste sentido não puderam evitar que manifestações de insatisfação se erigissem nas brechas do sistema, por onde os trabalhadores passaram a tramar quase que sorrateiramente sua trajetória.

Citando Adam Przeworski, Iram Jácome comenta que “... Os locais de trabalho são, juntamente com os mercados populares (...), os únicos espaços onde as pessoas podem encontrar-se espontaneamente, sem a vigilância da polícia”⁸. No Brasil, nos anos de ditadura militar, o universo fabril foi de fato um espaço raro sobre o qual o sistema, embora tivesse forte penetração, não teve total domínio. Uma vez que os sindicatos haviam-se tornado órgãos meramente burocráticos, alheios aos conflitos e angústias frequentes no mundo do trabalho, o ambiente fabril, além de ser o local onde realizam-se as principais contradições inerentes a relação Capital e Trabalho, converteu-se também num espaço de manifestação e discussão acerca destas contradições, ainda que sob rígida fiscalização.

A expansão destas manifestações deu origem a uma série de pequenas mobilizações, nas décadas de 60 e 70, que passaram a exercer pressão sobre os órgãos de representação dos trabalhadores. Em alguns casos essas pressões eram absorvidas pelas

7. Cf. FARIA, Hamilton J.Barreto. *A Experiência Operária...* op.cit., pp.72.

8. PRZEWORSKI, Adam. “Ama a Incerteza e Serás Democrático. in: *Novos Estudos Cebrap*; São Paulo, nº 9/1984 p.42/43. Citado em RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores...* .op.cit.p.16.

lideranças sindicais (situação em que o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Bernardo do Campo é o maior exemplo)⁹, em outros, elas agiam contra a diretoria sindical (como ocorreu, por exemplo, com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Paulo). Em ambos os casos, foi-se configurando uma dinâmica que abriu possibilidades para o desenvolvimento de várias atitudes sindicais, dentre as quais destacam-se: o sindicalismo dos “Autênticos” e o sindicalismo da “Oposição Sindical” (“OS”).

O MOVIMENTO DAS OPOSIÇÕES SINDICAIS

Enfocando duas das vertentes do movimento sindical brasileiro pós-64 - “OS” e “Autênticos”-, pode-se observar que o ponto central que diferenciava essas duas variantes do sindicalismo, separando-as durante os primeiros tempos, vincula-se a postura que cada uma delas assumiu diante da estrutura sindical oficial atrelada ao Estado. O fato de a “OS”¹⁰ ter nascido fora e em oposição a esta estrutura, conferiu-lhe uma característica singular na história do movimento sindical brasileiro.

A marca principal desta vertente sindical foi a crítica intransigente ao sindicato

9. A propósito da pressão exercida pela base metalúrgica, sobre o sindicato de São Bernardo do Campo, ver: SADER, Eder. Quando Novas Personagens Entram em Cena: Experiências, Falas e Lutas ... op.cit.pp.144.

10. A referência à oposição sindical, neste caso, não é restrita à Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM/SP). Contudo, como a origem das oposições sindicais se encontra entre os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, e a partir deles é que definiu-se a postura das demais oposições, a história da OSM/SP e de outras oposições por vezes confundem-se.

oficial atrelado ao Estado. Livres dos entraves colocados pela estrutura sindical oficial à atuação dos trabalhadores e das tarefas burocráticas cotidianas do sindicato, a “OS” pôde desenvolver propostas avançadas em relação ao sindicalismo oficial. Mesmo atuando num espaço onde não predominava a presença de grandes empresas caracterizadas por um operariado de *ponta*,¹¹ a “OS” elaborou avançadas bandeiras de luta ao longo de sua formação, servindo de parâmetro para todo o movimento sindical no final da década de 70¹². Todos os debates que se travaram no meio sindical depois de 1977, foram marcados por questões levantadas pela “OS” desde 1964.

A “OS” teve origem em São Paulo,¹³ na categoria metalúrgica, a partir de um agrupamento de membros procedentes da esquerda organizada, da Juventude Operária Católica (JOC), da Ação Católica Operária (ACO), do ex. PCB, do PC do B e de outras dissidências do PCB. A partir de 1964 estes vários grupos passaram a agir juntos, embora de forma intermitente, ensaiando estratégias de atuação no interior da classe trabalhadora, as quais ganharam forte expressão no movimento grevista de 1978/79/80 e seguiram integrando

11. O caráter de *ponta* atribuído ao operariado concentrado em grandes empresas é um tema controverso na bibliografia, comportando análises opostas. Sobre essa problemática, ver principalmente: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “O Sindicalismo Entre a Conservação e a Mudança”. *op.cit.* ANTUNES, Ricardo. “Para Uma Caracterização do Operariado Metalúrgico da Indústria Automobilística”. in: *Rebelião do Trabalho ... op. cit.* FREDERICO, Celso. *A Vanguarda Operária*. São Paulo, Símbolo, 1979. HUMPHREY, John. *Fazendo o Milagre, Controle Capitalista e Luta ... op.cit.* RODRIGUES, Leôncio M. *A Industrialização e Atitude Operária*. São Paulo, Brasiliense, 1970.

12. Embora a atuação da OSM/SP tenha obtido maior receptividade nas grandes indústrias de São Paulo, estas não caracterizavam o perfil industrial paulistano. Ver a este respeito: FARIA, Hamilton. *A Experiência Operária... op.,cit.*; BOITO JÚNIOR, Armando “Um Sindicalismo de Retaguarda: As Bases Sociais do Sindicalismo de Estado”. in: *O Sindicalismo de Estado... op.cit.*, pp.208 a 270 e NOGUEIRA, Arnaldo. *A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro ... op.cit.*

13. Uma descrição detalhada da origem e desenvolvimento da OSM/SP ver: FARIA, Hamilton. *A Experiência Operária... op.cit.*, neste estudo, o autor acompanha as contradições e ambiguidades apresentadas pela OSM/SP, em busca de sua identidade, desde sua origem (1964) até a sua definição no seu I Congresso realizado em 1979.

o sindicalismo brasileiro a nível nacional.

As estratégias de ação sindical desenvolvidas pela "OS" ao longo de sua formação estão associadas, prioritariamente, à defesa do trabalho sindical enquanto resultado da experiência cotidiana dos trabalhadores nos seus locais de trabalho. Em tom crítico ao sindicalismo pré 64 - dado as articulações de cúpula e voltado para exigências políticas mais gerais - a "OS" introduziu no universo sindical brasileiro questionamentos, com características radicalmente novas, acerca do distanciamento das lideranças com relação as suas bases de trabalhadores, da ausência de democracia nos sindicatos, dos entraves colocados pela estrutura sindical oficial à organização dos trabalhadores etc., que definiram os contornos de sua concepção sindical e construíram as bases de um sindicalismo classista no Brasil.

A sequência de mudanças pelas quais passava o Brasil naqueles anos (60 e 70): falência da política sindical de colaboração (ênfaticamente pela ausência de uma resistência organizada dos trabalhadores frente ao golpe militar), o acirramento do quadro repressivo, as transformações do perfil industrial e, portanto, do operariado brasileiro, controle dos sindicatos através de intervenções etc., são elementos explicativos para a origem de um sindicalismo com aspectos novos no período. Mas no caso específico da "OS", aliado a todos estes fatores, o fato de que seus militantes praticavam suas atividades sindicais fora da estrutura sindical oficial, parece ter sido um dado essencial na construção de sua concepção sindical.

De acordo com Hamilton Faria¹⁴, entre 1964 e 1968, as oposições sindicais de um modo geral atuavam de forma difusa sem definir sua fisionomia. Eram grupos de militantes

14. FARIA, Hamilton. *A Experiência Operária ...* op.cit.

inexperientes que mesmo enfrentando toda a sorte de dificuldades (repressão política, ausência quase total de infra-estrutura etc.), envolviam-se nos conflitos fabrís e sobre eles refletiam. Com exceção dos militantes integrantes dos grupos católicos (JOC/ACO), que tinham uma presença organizada mais contínua nas fábricas, as oposições sindicais como todo não chegaram a desenvolver nesse período um trabalho mais orgânico. Seus membros atuavam durante a eclosão e solução dos conflitos fabrís e depois dispersavam-se. Esta inconstância inicial das oposições sindicais ocorria, ainda segundo Faria, dado as dificuldades enfrentadas, na época, pelo movimento operário em nosso país e as ambigüidades e indefinições das propostas desses agrupamentos.

Embora a idéia de que era preciso estar próximo as bases, organizando-as, estivesse presente no interior das oposições sindicais desde o início (idéia estimulada pelas experiências espanhola e italiana no tocante a formação de comissões de empresas),¹⁵ seus membros distinguiam-se quanto a clareza que tinham de seus próprios objetivos e do alcance de suas ações. As oposições sindicais valorizavam a organização dos trabalhadores pela base e procuravam preservar a autonomia dessa organização não por que tivessem, inicialmente, uma definição nítida acerca dessa questão, mas porque o espaço sindical oficial estava muito reduzido.

Assim, do ponto de vista formal, as oposições sindicais resumiam seu trabalho, nesse período, à denúncia ao imobilismo e arbitrariedade das diretorias sindicais coniventes com o regime militar e, no que diz respeito a prática, procuravam desenvolver um trabalho autônomo nos locais de trabalho sem, no entanto, conseguirem estabelecer-se enquanto

15. A esse respeito ver: ANTUNES, Ricardo e NOGUEIRA, Arnaldo. *O Que São Comissões de Fábrica*. São Paulo, Brasiliense, 1981. RODRIGUES, Iram Jácome. *As Comissões de Empresas e o Movimento Sindical*, in: BOITO, Armando (org). *O Sindicalismo Brasileiro nos ... op.cit.*

referência permanente. É só a partir de 1967 que as oposições sindicais constituem-se de fato e passam a existir em caráter definitivo enquanto tal. Nesse momento ocorre inclusive uma aproximação entre as várias oposições sindicais que se formavam no país (oposição sindical de Osasco, Contagem e São Paulo, por exemplo). De modo que de 1967 em diante as oposições sindicais, apesar de suas fragilidades, passam a definir uma nova qualidade de sindicalismo que se desenvolverá principalmente a partir da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM/SP).

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Paulo, desde 1964, já não servia de referência para sua base, uma vez que a diretoria desse órgão (sob intervenção) assumiu uma prática distante e desestimuladora da luta operária¹⁶. A par disso a OSM/SP, em 1967, com o objetivo de concorrer as eleições para a diretoria desse sindicato, formou uma chapa que teve o mérito de abarcar várias forças dispersas pelo golpe militar de 1964, além de novas lideranças independentes. O cenário onde oposição e situação confrontavam-se não era nada animador para a oposição. Em São Paulo a OSM, além de enfrentar todos os obstáculos que qualquer atividade sindical mais combativa enfrentava no período (repressão policial, repressão nas fábricas, manobra dos patrões, boicote dos sindicatos *pelegos* e do Ministério do Trabalho etc.), teve de haver-se também com uma dificuldade característica da industrialização nesse município: a heterogeneidade e a dispersão da indústria metalúrgica.

Ao contrário de São Bernardo do Campo e região, onde a concentração industrial¹⁷

16. Cf. NOGUEIRA, Arnaldo. *A Modernização Conservadora do Sindicalismo ... op.cit.*

17. Cf. SADER, Eder. "O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo" in: *Quando os Personagens... op.cit.* pp.293.

no final da década de 70 era marcante, em São Paulo o número de micro e pequenas empresas metalúrgicas atingia 83% do total, embora empregasse apenas 19,8% da força de trabalho. Os médios estabelecimentos representavam 15,1% do total e comportavam 47% do emprego, ao passo que os grandes estabelecimentos representavam 13% do total, e empregavam 32,8% do contingente operário.¹⁸ Se comparados com a região do ABC (em 1970 - 50% dos trabalhadores metalúrgicos do ABC estiveram empregados nas cinco maiores montadoras de veículos da região), esses dados caracterizam uma estrutura industrial heterogênea que, aliada a uma forte dispersão das unidades produtivas, “...[dificultava] muito a organização sindical, que [tendia] a pulverizar-se em termos de ação e política sindical”.¹⁹ De modo que a OSM/SP para sobreviver teve, além de conviver com a ação desorganizadora do sindicato, de enfrentar esses obstáculos de ordem objetiva.

Em períodos de eleições para a renovação da diretoria do sindicato esse problema se atenuava um pouco, uma vez que o processo eleitoral envolvia um número maior de trabalhadores de diversas fábricas, mas em tempos normais o trabalho sindical era extremamente dificultado. Ainda assim, alguns membros da chapa organizada para concorrer as eleições do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Paulo, em 1967, tinham em mente aprofundar um trabalho de organização do movimento operário após as eleições, e passaram a fazê-lo de forma mais orgânica desde então. A experiência da greve de Osasco²⁰, em 1968, influenciou decisivamente na prática e na política da OSM/SP ao

18. De acordo com NOGUEIRA, Arnaldo. *A Modernização Conservadora do ...*, op.cit. p.32.

19. *Ibid* pp.32

20. As greves de Osasco e Contagem ocorridas em 1968, organizadas basicamente a partir de Comissões de Fábrica, não obstante terem sido desbaratadas pela repressão militar, por um lado, e criticadas por seu caráter voluntarista, por outro lado, continuaram sendo referência de organização operária para as oposições sindicais.

apontar para a necessidade de se sair de um sindicalismo de cúpula e voltar-se para um sindicalismo de base, ativo e de enfrentamento com o Estado e o patronato. A importância da comissão de fábrica observada nesta greve (CF da Cobrasma), revelou à OSM/SP a urgência de avançar neste sentido, ao mesmo tempo em que clareou alguns aspectos relativos a estrutura sindical oficial brasileira.

Se de 1964 a 1968 a OSM/SP atuou com vistas a combater o *peleguismo*, através de uma prática de organização dos trabalhadores e denúncias ao sindicato, constituindo-se num espaço de aglutinação de forças. De 1968 em diante uma nova qualidade de sindicalismo passa a se esboçar no seu interior com a introdução de elementos originais em suas discussões que passam a contemplar, mesmo que timidamente, aspectos novos do movimento operário. Dentre esses aspectos novos, evidenciados em suas propostas de luta, figuram com destaque a luta pelo desmantelamento da estrutura sindical oficial, pela criação de organismos autônomos de fábrica (CF), pela revogação da lei de greve, da “lei do arrocho” etc.

Ainda em 1968, com o acirramento da repressão, a OSM/SP cria a União Metalúrgica de Luta (UML), frente de trabalho clandestina integrada por sindicalistas independentes, por operários ligados ao JOC e por grupos oriundos de organizações de esquerda. A OSM/SP que jamais havia sido clandestina passa a sê-lo com a criação da UML, realizando inclusive um congresso clandestino com 68 participantes. A prática clandestina parece ter introduzido os militantes operários da UML numa realidade onde o Estado aparece claramente como principal inimigo. A par disso a UML elabora, em seu curto período de existência, uma postura radicalmente contra a estrutura sindical oficial atrelada ao Estado. Com a intensificação da repressão a UML extingue-se, mas seus militantes se rearticulam, no futuro, enquanto oposição sindical.

De 1969 a 1973, a OSM/SP sobrevive através de grupos clandestinos em meio ao endurecimento do regime que a desarticulava. No início da década de 70, quase totalidade de seus líderes foram presos. Mas, também, na primeira metade da década de 70, o regime militar mostrava indícios de esgotamento. A vitória da oposição liberal (MDB), nas urnas das eleições de 1974, reflete o descontentamento da população empobrecida nos últimos dez anos e caracteriza a rejeição popular ao governo. Ressurgem no país as primeiras revoltas espontâneas (“quebra-quebras”) e, em 1973/74, estas revoltas, um pouco mais amadurecidas, chegam às fábricas em forma de operação tartaruga, paralisações etc.²¹

Com isso a OSM/SP procura se recompor e definir melhor seu campo de trabalho iniciando a construção de seu programa, no qual uma visão favorável à criação de Comissões de Fábrica e luta por um sindicato livre e autônomo prevalece. Também nesse período tem origem, sobretudo na periferia de São Paulo, uma outra estratégia de organização e resistência operária: são os movimentos populares organizados por militantes operários que, face às dificuldades encontradas no meio fabril devido ao acirramento da repressão, deslocam sua militância para os bairros onde começa a tomar corpo a nucleação de trabalhadores levada a efeito pela Pastoral Operária (PO)²².

Além de intervir nos problemas específicos dos bairros (luta por melhorias nos transportes, por creches, por água e esgoto etc.) , os militantes da PO encaminhavam as discussões no sentido de unir o bairro à fábrica, uma vez que os moradores dos bairros eram

21. Sobre as lutas defensivas levadas a efeito pelo operariado brasileiro, na década de 70, ver especialmente: FREDERICO, Celso. *A Vanguarda Operária*. São Paulo, Símbolo, 1979; RAINHO, L.F.. *Os Peões do Grande ABC*. Rio de Janeiro, Vozes, 1980 e ANTUNES, Ricardo. “As greves nas Fábricas em Malo de 1978: Irrompe a Espontaneidade Operária. In: *Rebeldia do Trabalho*, op.cit. p.13 a 19.

22. A Pastoral Operária (PO) teve origem através da união da JOC e da ACO, numa iniciativa que estava ligada à mudança de filosofia que se processava na Igreja Católica a partir da década de 60 (Concílio Vaticano II). Cf. SADER, Eder, *Quando Novos Personagens ...*, op.cit. p.144.

também operários. Visavam, portanto, esses movimentos, fortalecer o trabalho de organização fabril a partir dos bairros, contando com a cobertura imprescindível de setores da Igreja Católica. “A articulação bairro/fábrica será a marca característica de toda a atuação da “PO” no movimento dos trabalhadores, ela já nasce como fruto dessa relação”²³.

A OSM/SP, procurando rearticular-se nesse princípio de década, vislumbra nos núcleos operários de bairro um abrigo para suas atividades sindicais, a “PO”, por seu turno, encontra na OSM/SP um caminho possível para a realização da organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Ocorre então, nesse período, uma relação de reciprocidade entre “PO” e OSM/SP que levará a quase que uma fusão dessas duas propostas²⁴.

Entretanto a “PO” não abrangia toda a OSM/SP e isto era perceptível a seus membros. Aqueles militantes cuja experiência política estava associada a atividades clandestinas no interior de organizações de esquerda, não tinham ou não se “...propunham a ter trânsito nesse trabalho pastoral”²⁵ e reivindicavam uma identidade própria para a “OS”. Em 1976, a OSM/SP consegue distinguir-se da “PO” através de sua reorganização e da criação de uma coordenação própria que definiu os setores de trabalho de oposição sindical mediante critérios industriais e não mais de organização de arquidiocese. A partir daí a OSM/SP segue com um trabalho de base até 1978, quando uma nova realidade de expressão da classe trabalhadora a induz a redefinir sua estrutura e sua identidade.

De 1964 a 1968 a OSM/SP (também a OSM/Osasco e outras oposições que se

23. FARIA, Hamilton, A Experiência Operária..., op.cit. pp.233.

24. Ibid, pp.235.

25. Ibid, pp.235.

esboçavam pelo país), de forma difusa, desarticulada e descontínua buscou, no interior das fábricas, elaborar um trabalho sindical alternativo que teve a consequência de demonstrar os limites impostos pelo Estado ditatorial, e pela estrutura sindical a ele atrelada, à organização dos trabalhadores em função dos seus interesses. Sem ter ainda clareza da dimensão desses limites, mas tendo de opor-se a eles, este agrupamento, de composição ideológica muito heterogênea, extraiu de sua experiência cotidiana (organizando grupos de fábricas, núcleos de trabalhadores, comissões de fábrica, Interfábricas etc.) os elementos que dariam conteúdo a sua proposta política e sindical.

Da crítica à estrutura sindical oficial e da luta pela organização dos trabalhadores nos locais de trabalho - aspectos básicos norteadores de suas ações -, a OSM/SP elaborou a sua concepção sindical de forma mais nítida a partir de 1968. Manteve-se radicalmente crítica a estrutura sindical oficial até 1979, embora nem todos os seus membros partilhassem dessa posição. Sua projeção no meio sindical ocorreu em 1978/79, quando expandiu sua prática tornando-se principal referência de luta entre os metalúrgicos da cidade de São Paulo. Nesse momento os movimentos de oposição ao sindicato comportavam, pelo menos duas posturas ideológicas: uma mais moderada com forte influência do PCB, do MR-8 e de sindicatos independentes e outra mais radical com predominância da "PO" e outros grupos de esquerda²⁶.

As greves de 1978 e 1979 foram momentos importantes na definição ideológica da OSM/SP, na medida em que impeliram as várias tendências que atuavam no seu interior a explicitarem suas posições. A *Unidade Sindical* ("US"), que circulava em várias frentes sindicais e atuava inclusive junto às "OS", abandona este agrupamento e vai unir-se aos

26. Cf. NOGUEIRA, Arnaldo. *A Modernização Conservadora...* op. cit. pp 83 e seguintes.

velhos *pelegos* instalados no sindicato, aos quais jamais havia feito uma crítica contundente. Com isso reduz-se a amplitude da OSM/SP, mas a sua ambigüidade permanece, qual seja: a de combinar uma proposta de um sindicalismo erigido a margem da estrutura sindical oficial com a luta efetiva pela conquista do aparelho sindical oficial²⁷.

Impulsionada pelo movimento de massas em pleno vigor no triênio 1978/79/80, a OSM/SP procura sistematizar sua ação política e sindical, promovendo uma aproximação mais estreita entre vários grupos de oposição sindical (inclusive de outras categorias: bancários, professores, petroleiros etc.) dispersos e organizando o seu primeiro congresso. Nesse congresso o principal ponto de discussão e divergência foi a propósito da natureza e do alcance da estrutura sindical atrelada ao Estado. As resoluções desse congresso definiram uma postura que apontava para uma mudança nos objetivos desse agrupamento. A questão da destruição da estrutura sindical oficial atrelada ao Estado, a partir da organização dos trabalhadores na base, assumiu outros contornos após a experiência grevista no ABC paulista²⁸.

Esse movimento, que contou com a presença de dirigentes sindicais com mandato, criou um impasse no interior da OSM/SP no que se refere a sua posição quanto ao papel do sindicato oficial no fortalecimento da organização e luta dos trabalhadores. Além disso, em outras partes do país, passou a se desenvolver um sindicalismo mais agressivo cujas bandeiras coincidiam ou eram extraídas da "OS". Isto é, dirigentes sindicais começaram a se manifestar contrários a estrutura sindical oficial e a favor de um estreitamento com as bases.

27. *Ibid.*

28. Até 1979, a OSM/SP apresentava uma tendência, dominante, contrária a aceitação do sindicato oficial enquanto órgão de organização dos trabalhadores. Entretanto no seu 1º Congresso (1979), forma-se uma maioria favorável a atuação nesse sindicato, com vistas a transformá-lo por dentro. Cf. Faria, Hamilton. *A Experiência Operária...* op.cit.

Embora alguns setores da OSM/SP não acreditassem na possibilidade de um sindicalismo classista a partir do sindicato oficial, a crescente valorização deste aparelho influiu para que a crítica ao *peleguismo* e a luta pela democratização do sindicato se sobrepusesse à crítica aos fundamentos da estrutura sindical. O exemplo bem sucedido de utilização da estrutura sindical oficial na organização dos trabalhadores (Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo), fez com que alguns setores da OSM/SP reafirmassem a defesa da luta pela conquista do aparelho sindical, com vistas a torná-lo um instrumento democrático e de massas.

Assim, o temor aos *efeitos pulverizadores* do sindicato *paralelo*, a exigência de se dar respostas imediatas ao movimento grevista em curso e o fortalecimento dos sindicalistas “Autênticos”, que não priorizavam uma crítica incisiva a estrutura sindical, vieram formar o conjunto de fatores que contribuiu para o abrandamento da crítica quase que inflexível que a OSM/SP fazia a essa estrutura e para a afirmação de uma visão favorável a ingerência no sindicato oficial.

Se a “OS” por ter-se forjado fora do sindicato oficial pôde, desde logo, visualizar um sindicalismo alternativo erigido a partir da organização autônoma dos trabalhadores, o mesmo não se deu com sindicalistas “Autênticos”. Estes, absorvidos com a prática cotidiana das atividades sindicais, com seus limites prescritos em lei, tendo de responder aos conflitos de suas bases através do sindicato oficial, vislumbraram outras estratégias de atuação.

Não obstante, muitas das demandas defendidas pela “OS” faziam também parte dos planos de ação desenvolvidos pelos “Autênticos”, especialmente entre os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, nas décadas 60 e 70. Esse fato favoreceu uma “...aproximação cada vez mais estreita, e ao mesmo tempo tensa, entre essas duas *praxis* sindicais.

“A primeira tentando transformar a estrutura sindical de fora para dentro, a segunda tentando aboli-la de dentro para fora. A oposição apoiada na crítica mais politizada (grifo do autor) da estrutura sindical e na sua experiência de derrota de 64, procurava posicionar-se como uma alternativa para o sindicalismo CLT. De outra parte o sindicalismo que se desenvolvia em São Bernardo apoiava basicamente na sua experiência concreta no interior da *máquina* para apontar seu limite e assim superá-lo”²⁹.

Quanto a “OS”, os amadurecidos frutos de seu trabalho, tecido no difícil cotidiano dos anos 60 e 70, serão colhidos pela primeira vez entre os metalúrgicos de São Paulo, em 1979, quando “...o comando de greve passando por cima da diretoria oficial, presidida pelo velho interventor militar de 64 (*sic*), o Joaquim dos Santos Andrade, que no ano anterior, após uma eleição fraudada tinha sido empossado ilegalmente pelo então Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto ...”³⁰, assume e dirige a greve dessa categoria. Também o sindicalismo dos “Autênticos”, nesse momento, revela toda a sua dimensão ao ser capaz de captar a expectativa da base operária do ABC paulista e de estabelecer-se enquanto liderança incontestada dessa base.

O sindicalismo brasileiro chega, então, à década de 80 com duas propostas alternativas que, por vezes, mesclam-se e completam-se. Conflitos e acomodações, num fazer-se constante, foram realizando esses dois projetos políticos possíveis e complementares, os quais irão compor com relevo a área sindical brasileira no decorrer dos anos 80. O projeto sindical da “OS” elaborado a margem da legalidade e o projeto dos “Autênticos” que vislumbraram um espaço para a organização dos trabalhadores a

29. RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores, Sindicalismo...*, op. cit. pp.60.

30. GIANNOTTI, Vito e Neto, Sebastião. *CUT ontem ...* op.cit.pp.16.

partir da legalidade instituída.

A particularidade que caracterizou o grupo dos “Autênticos” parece ter sido a habilidade de “...absorver as pressões das bases e canalizá-las para o interior do aparelho sindical”³¹, num momento em que era comum os sindicatos passarem ao largo dos anseios da classe trabalhadora. Um rápido histórico, acerca da origem dessa vertente sindical poderá auxiliar na compreensão desse fenômeno e esclarecer sobre alguns traços presentes no desenvolvimento do sindicalismo brasileiro dos anos 80.

O SINDICALISMO DOS “AUTÊNTICOS”

Assim como as “OSs”, valorizando o trabalho permanente junto as bases e alertando sobre os entraves colocados pela estrutura sindical atrelada ao Estado à organização dos trabalhadores na luta pelos seus interesses, introduziram temas inéditos no campo sindical brasileiro, os sindicalistas “Autênticos”, sobretudo aqueles ligados aos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo, também durante a década de 60 e 70, atuaram em circunstâncias que os impeliram a elaborar novas estratégias de ação sindical.

A história da corrente sindical composta pelos “Autênticos”³², remonta à 1969 quando a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de

31.SADER, Eder. Quando os Personagens... op. cit. pp.182.

32.Sobre a origem dos Sindicalistas “Autênticos” ver principalmente: HUMPHREY, John. Fazendo o Milagre, Controle...op. cit. MOISÉS, José Álvaro “A emergência do Novo Sindicalismo” in: Lições de Liberdade e Opressão. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. pp. 81 a 197. SADER, Eder. “A Emergência do Novo Sindicalismo”. in: Quando Novos Personagens...op. cit. pp.178 a 194.

Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema - sob a presidência de Paulo Vidal - já distinguia-se por sua eficácia no campo das causas trabalhistas levadas à Justiça do Trabalho. A diretoria desse sindicato considerava o departamento jurídico, mecanismo primordial para sua atuação e procurava aparelhar-se bem neste sentido. Com um instrumental jurídico adequado, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema, pôde obter algumas vitórias sobre problemas internos da fábrica ao longo das décadas de 60 e 70 e isso conferiu-lhe uma certa representatividade perante suas bases. A atenção dispensada por este sindicato à vida dentro da empresa, diferenciando-o dos outros sindicatos existentes até então, se explica em grande parte pelo perfil apresentado do operariado metalúrgico da região³³.

O perfil do operariado metalúrgico de São Bernardo do Campo, em especial aquele vinculado a Indústria automobilística, é tema controverso na bibliografia. A polêmica instala-se principalmente quando se trata de definir a que tipo de liderança sindical esse operariado deu origem. Já no início da década de 70, Leôncio Martins³⁴ avaliava que estaria se desenvolvendo nas Indústrias Metalúrgicas de São Bernardo do Campo, um operariado que distinguia-se do restante da classe trabalhadora brasileira por gozar privilégios possibilitados pela posição ocupada por estas indústrias no contexto da industrialização brasileira. Isto é, a Indústria Metalúrgica Automobilística, caracterizada como indústria moderna (com predominância de grandes unidades produtivas, com tecnologia avançada, operando com altas taxas de produtividade e geralmente de

33. Acerca do perfil do operariado Metalúrgico do ABC paulista. Ver, entre outros, HUMPHREY, John. *Fazendo o Milagre...* op. cit., ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião...* op. cit., SADER, Eder. *Quando os Personagens ...* op.cit.

34. RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e Atitudes Operárias*. op. cit.

propriedade estrangeira), diferenciando-se da indústria tradicional no trato com seus empregados propiciando-lhes altos salários, teria criado uma força de trabalho *satisfeita* que tenderia a atitudes sindicais corporativistas semelhantes ao comportamento daqueles operários que se inserem no conceito de *Aristocracia Operária*³⁵. De acordo com esse autor, a massa de trabalhadores brasileiros recrutada na área rural para formar o contingente operário, a partir da década de 50, ao se relacionar com a indústria moderna que lhe assegura uma *mobilidade social ascendente*, tenderia a uma aceitação de sua condição, sem questionar a relação de trabalho imposta por esta indústria.

Partilhando essa mesma conclusão de que o operário metalúrgico de São Bernardo do Campo constituiria um setor privilegiado da classe trabalhadora, com demandas e atitudes sindicais específicas, Maria Hermínia Tavares de Almeida³⁶, argumenta que a coexistência no Brasil da indústria moderna ao lado da indústria tradicional, trouxe como consequência uma diferenciação nos interesses dos trabalhadores vinculados a uma e outra indústria. Para esta autora, até a década de 50 - quando ainda predominava no país um parque industrial caracterizado pela presença de pequenas e médias empresas, as quais contavam com uma estrutura homogênea no tocante a tecnologia e produtividade, bem como, a qualificação salarial - era viável um tipo de ação sindical sem raízes nas bases e dependente da tutela do Estado.

Nas palavras de Almeida: "...os dispositivos legais da CLT foram ideados e de alguma forma se adequavam a um tipo de estrutura sindical e, portanto, a uma determinada

35. A propósito do conceito *Aristocracia Operária* Ver, entre outros: ALVES, V.M.B. Vanguarda Operária: Elite de Classe? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. HOBSBAWM, E. Os Trabalhadores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

36. ALMEIDA, M. H.T. de. "O Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas, in: Debate e Crítica. São Paulo, Hucitec, 1975.

classe trabalhadora, característica do período de predomínio da chamada indústria tradicional (parque industrial mais ou menos homogênea em termos de unidade produtiva, de tecnologia e de produtividade). A esta estrutura industrial correspondia um estrato operário relativamente homogêneo (qualificação profissional e salarial que possibilitava uma estrutura sindical por categoria em condições típicas de trabalho) com problemas típicos para os quais as normas tutelares do Estado poderiam dar solução³⁷.

Porém, o avanço do processo de industrialização e a implantação de indústrias produtoras de bens de consumo duráveis e bens de capital no país, acarretaram uma alteração no parque industrial brasileiro, onde passou a predominar a grande e moderna empresa. “Este fenômeno (exógeno) da economia brasileira, fruto de um transplante de unidades produtoras, geralmente filiais de grandes firmas internacionais, traz como resultado a “heterogeneidade estrutural”³⁸. Isto é, configura-se, no Brasil, segunda a autora, uma situação onde a indústria moderna contrasta com a indústria tradicional resultando numa diversificação de interesses e de reivindicações no interior da classe trabalhadora, sendo que no setor moderno manifesta-se uma tendência à internalização dos conflitos Capital e Trabalho para o ambiente fabril.

A introdução de novos problemas, advindos do caráter *moderno* da nova indústria, tornou, segundo Almeida, as reivindicações do setor da classe operária ligado a essa indústria, algo específico e inadequado a estrutura sindical existente (prêmios por produtividade, redução de jornada de trabalho, cadência, etc.). De modo que a grande indústria moderna trouxe consigo novas temáticas reivindicatórias (reajuste salarial de

37. *Ibid.*, pp. 58/59.

38. *Ibid.*, pp. 59.

acordo com a produtividade, contrato coletivo firmado entre empresas e sindicatos etc....) que exigiam também nova forma de organização sindical. “Ora, se a legislação não é capaz de dar conta de uma nova realidade do mundo do trabalho, um sindicato que tem como uma de suas funções principais, fiscalizar a aplicação das leis, não se haverá tornado ele também um instrumento inadequado de luta por aquele elenco de reivindicações”³⁹.

A autora atribui, então, o nascimento de um novo sindicalismo em São Bernardo do Campo à inadequação da estrutura sindical aos novos problemas de ordem trabalhista suscitados pela nova e *moderna* empresa e, em um outro artigo, pondera que este tipo de sindicalismo tende sempre a estar voltado para os interesses específicos da categoria. “...os trabalhadores da grande empresa moderna correm sempre um risco: o do corporativismo, o isolamento em relação ao resto do movimento operário. Não é esse risco fortuito, se não intrínseco à própria conformação da classe trabalhadora, naqueles países onde o desenvolvimento do sindicalismo significou uma crescente heterogeneização da estrutura produtiva e por conseguinte, da camada assalariada de base”⁴⁰.

Várias são as análises que procuram apreender o significado essencial da emergência de um novo tipo de sindicalismo em São Bernardo do Campo. Estas análises não serão aqui objeto de atenção, posto que para os objetivos deste trabalho importa mais assinalar em que circunstância se desenvolveu esse novo tipo de sindicalismo do que porque nasceu. A menção a estes dois autores, teve o sentido apenas de pontuar alguns elementos que estão na origem de uma polêmica que se mantém presente nos dias atuais nos debates

39. *Ibid.* pp. 64.

40. ALMEIDA M. H.T. de. “Desarrollo Capitalista y Accion Sindical (A propósito de La Experiencia de Los Metalúrgicos de San Bernardo del Campo)” in: *Revista Mexicana de Sociología*. Nº55. VOL.II, 1978 pp 490/91.

acerca dos rumos do sindicalismo brasileiro, qual seja: qual o conteúdo político do sindicalismo elaborado através da experiência dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e região? Em que medida este sindicalismo demarcou a feição do movimento dos trabalhadores brasileiros e da CUT nos anos 80?

A atuação dos "Autênticos" nos movimentos de massas de 1978/79/80 não confirmou os prognósticos de M.H.T. de Almeida e Leôncio Martins. O *Novo Sindicalismo* não instalou-se entre os metalúrgicos de São Bernardo do Campo enquanto uma vertente sindical voltada para os interesses específicos da categoria, ao contrário, pôde comportar-se, embora de forma *espontânea*, como vanguarda do movimento operariado de fins da década de 70.

Na verdade, o processo de construção do *Novo Sindicalismo* em São Bernardo do Campo, foi permeado por uma ambigüidade que combinava demandas de interesses gerais da classe trabalhadora com demandas específicas da categoria. Isto ocorria devido a situação, também ambígua, em que se encontravam os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo que, se por um lado, formavam aparentemente uma elite no interior da classe trabalhadora brasileira, posto que contavam com salários *relativamente* altos, por outro lado, estavam duramente submetidos a uma política geral de controle dos trabalhadores.

John Humphrey⁴¹, mediante uma minuciosa pesquisa acerca da estratégia de emprego utilizada pelas empresas automobilísticas de São Bernardo do Campo, articula um raciocínio que desmistifica a idéia corrente, nos anos 60 e 70, de que os trabalhadores

41. HUMPHREY, John. *Fazendo o Milagre...* op. cit. Neste trabalho será utilizado, amplamente, algumas formulações do referido autor, posto que várias de suas conclusões servem de apoio para argumentação que se pretende articular acerca do sindicalismo dos "Autênticos".

dessas indústrias formavam uma elite operária e, ao mesmo tempo, esclarece sobre as ambigüidades vivenciadas por este setor da classe operária e suas lideranças. De acordo com este pesquisador, a *heterogeneidade estrutural* (as diferenças estruturais entre as indústrias modernas e tradicionais) da indústria brasileira, não implica necessariamente na oposição ou divisão de interesses entre vários segmentos da classe trabalhadora. Nem, tampouco, a uniformidade da Legislação Trabalhista, ao tratar de setores diferentes dessa classe, provoca uma cisão na luta dos trabalhadores contra as formas de controle do Estado, ao contrário, diz Humphrey, a uniformidade do controle do Estado pode acarretar uma unidade de ação contra ele.

As características das Indústrias Metalúrgicas (em especial da Indústria Automobilística) elucidam as mudanças verificadas no Brasil no pós-64 (repressão à classe trabalhadora, política salarial, FGTS etc.) e ajudam a compreender as singularidades da liderança sindical que formou-se em São Bernardo do Campo. Nesse sindicato, após o golpe militar de 1964, a livre negociação entre patrões e empregados foi abolida e a disciplina e controle sobre o trabalho foram endurecidos. De acordo com Humphrey, o mercado de trabalho e as propícias condições políticas, permitiram que as indústrias automobilística desenvolvessem, na década de 70, um sistema particular de uso e controle da força de trabalho, no qual salários *relativamente* altos, rotatividade e estrutura salarial complexa formavam um mecanismo capaz de aumentar a produtividade e controlar os custos da força de trabalho.

Os *salários altos* e a rotatividade eram parte do esquema de controle da força de trabalho, na medida em que para submeter-se à intensidade da produtividade, à monotonia e a disciplina impostas pelas indústrias automobilísticas, o trabalhador teria de ter um atrativo (e uma ameaça). Não que a Indústria Metalúrgica Automobilística desejasse manter e

estabilizar a força de trabalho e para tanto acenasse com salários altos. Ao contrário, os salários *relativamente* altos eram um expediente complementar à política de rotatividade da força de trabalho que visava garantir a pronta substituição de um empregado demitido e incentivar os operários a trabalharem muito sob rígida disciplina. Apenas os *salários altos* não seriam suficiente para submeter os trabalhadores, caso estivessem seguros no emprego. Daí resulta que a perda potencial do emprego (rotatividade), associada aos *salários altos* integrem o sistema de controle de mão de obra nestas indústrias.

Embora eficaz, este sistema de controle da força de trabalho necessitava de uma fiscalização que extrapolasse o nível da administração fabril. Para tanto, a indústria automobilística contou com o controle mantido pelo Estado sobre os sindicatos e os militantes de base, através de medidas como: lei de greve, repressão policial, política salarial do governo, FGTS etc. Neste contexto a pressão dos trabalhadores sobre os patrões com vistas à obtenção de melhores salários e condições de trabalho tornou-se quase inviável. O Contrato Coletivo de Trabalho entre sindicato e empresa e os demais assuntos referentes aos trabalhadores, tornaram-se quase que inegociáveis, dado que logo no início das negociações os patrões encaminhavam-na para o dissídio e lá as fixações salariais eram definidas pela política salarial do governo, e os outros assuntos raramente tinham um parecer favorável da Justiça do Trabalho aos trabalhadores.

Entretanto, apesar de todas as dificuldades, a Justiça do Trabalho constituía-se ainda um canal, embora limitadíssimo, para o qual os trabalhadores podiam encaminhar suas queixas contando com algum tipo de possibilidade de vitória. E foi este canal amplamente utilizado pelos sindicalistas de São Bernardo do Campo, nos anos de fechamento político, que lhes assegurou as primeiras vitórias sindicais no interior da estrutura oficial (vitórias referentes a inclusão de pagamento de horas extras nos cálculos de FGTS, pagamento de

férias, 13. salário, etc.).⁴²

Conquanto esses pequenos sucessos, auferidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, não fossem suficientes para amenizar o descontentamento dos trabalhadores e considerando que o controle do Estado não pôde ser total sobre a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, alguns protestos mais amplos e de caráter coletivo começaram a se esboçar no início dos anos 70 em vários pontos do país, inclusive no ABC paulista. Eram protestos precários sem possibilidades de difusão devido à enorme repressão (a OSM/SP teve quase todos seus líderes presos neste período) que imobilizava os sindicatos. Em São Bernardo do Campo, esses protestos não puderam contar com o apoio direto de suas lideranças sindicais (embora estas tivessem alguma penetração nas fábricas), posto que achavam-se sob a mira do Ministério do Trabalho que havia ameaçado com a possibilidade de intervenção no sindicato.

Esse tipo de intimidação (ameaça de intervenção), somada a prisão de líderes sindicais ativos, agia no sentido de impedir que os sindicalistas de São Bernardo do Campo (e de outras regiões) se envolvessem nos protestos que começavam a acontecer no país entre 1973/74, e a eles dessem alguma organização e direção. Não obstante, havia uma forte ligação entre os dirigentes sindicais de São Bernardo do Campo com a situação de sua base operária. Esses dirigentes, em sua maioria, provinham das indústrias automobilísticas (em 1972, 16 dos 24 sindicalistas eram empregados da indústria automobilística) e mantinham laços estreitos com os trabalhadores dessas indústrias que totalizavam a maioria dos metalúrgicos a serem representados pelo sindicato. As ligações entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e a base eram reforçadas pelo fato de que 17 dos

42. HUMPHREY, John . Fazendo o Milagre... op.cit. pp. 130

24 diretores continuavam trabalhando nas fábricas, sem se afastar para os trabalhos sindicais.

Os sindicalistas de São Bernardo do Campo manifestavam publicamente a intenção de representar sua base (reivindicavam direito de greve, negociações direta com os patrões etc.), mas o faziam cautelosamente, evitando o confronto e as mobilizações. Conseguiram assim atravessar mais de uma década imunes às intervenções e prisões, e aproveitar o espaço de atuação sindical permitido pelo regime: a Justiça do Trabalho. O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo procurou ganhar credibilidade perante sua base tentando fazer cumprir a legislação existente, dando especial atenção aos problemas internos à fábrica. Algumas grandes empresas, por exemplo, (Villares, Brastemp, Mercedes etc.) foram levadas à Justiça do Trabalho “para que fossem obrigadas a pagar os devidos adicionais de periculosidade e insalubridade. Era uma forma de levantar os problemas referentes aos operários e quando vieram as vitórias, o sindicato ganhou crédito”⁴³.

Nesta fase o sindicato voltava-se prioritariamente aos problemas imediatos da categoria, mas paradoxalmente abordava algumas questões comuns a todos os trabalhadores; de interesse geral da classe trabalhadora. Na “Declaração de São Bernardo” (preparada durante o 1º. Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo - 1974), por exemplo, o sindicato relaciona a rotatividade da mão de obra com a vigência do FGTS e exige a extinção desse instrumento legal. Caso fosse atendido, a medida traria consequência para toda a classe trabalhadora embora, no entender do sindicato, o FGTS atingisse com particular intensidade a sua base de trabalhadores. O mesmo se deu com a

43. HUMPHREY, John. *Fazendo o Milagre...op.cit.*, pp. 130

reivindicação do fim da política salarial do governo. Inicialmente, a argumentação do Sindicato para esta reivindicação trazia objetivos específicos: permitir que as negociações salariais fossem vinculadas à produtividade do setor. Entretanto, a questão em torno do fim da política salarial foi assumindo outro conteúdo e passou a ser defendida como uma forma de garantir os reajustes salariais de acordo com os índices de inflação (posto que eram quase sempre reajustados abaixo desse índice), para finalmente (1977) ser reivindicado como uma necessidade para a reposição das perdas salariais ocorridas em 1973/74.

Estes, entre outros episódios, refletem a ambigüidade presente no processo de formação do *Novo Sindicalismo* em São Bernardo do Campo, onde a ênfase a soluções setoriais é combinada com reivindicações mais gerais. A preocupação dos dirigentes sindicais de São Bernardo do Campo com os problemas imediatos da categoria e a estratégia de atuar por dentro da estrutura sindical oficial, vieram reforçar a idéia de que os operários da Indústria Metalúrgica e Automobilística formavam um setor privilegiado da classe trabalhadora brasileira e que sua liderança tenderia por isso a comportamentos *técnicos e apolíticos*⁴⁴.

Mas, a situação destes trabalhadores não era de privilégio⁴⁵ e não lhes permitia atitudes exclusivistas. Ao contrário, durante o movimento grevista desencadeado no ABC

44. Ibid. pp.137

45- Analisando as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista, Ricardo Antunes assim se expressa: "Nestas condições objetivas, dadas pela ausência de estabilidade no emprego, precárias condições de trabalho, rebaixamento salarial, intensificação do ritmo e prolongamento da jornada, opressão fabril, o operariado metalúrgico vinculado à indústria metalúrgica não encontrava, no plano da materialidade, as condições favoráveis para o florescimento de uma aristocracia operária, impregnada de reformismo e vedada à germinação de uma consciência anticapitalista e mesmo revolucionária." ANTUNES, Ricardo. *Rebelião do trabalho...* op. cit. pp. 146.

paulista, a partir de 1978, tornou-se evidente que os trabalhadores daquela região tinham, como enfatiza Ricardo Antunes, "... interesse em buscar pontos concretos de unificação, visando não uma atuação exclusivista, mas articulada com outras categorias operárias."⁴⁶ E o elemento impulsionador da ação do operariado metalúrgico da indústria automobilística naquele período foi "...a luta contra a *superexploração do trabalho*, contra o "arrocho salarial", conforme denominação dada pelos trabalhadores à compressão salarial a que estavam submetidos pela política econômica do pós-64 e que atingia indiscriminadamente o conjunto do proletariado."⁴⁷

Submetidos, então, a dilatação da jornada de trabalho, ao aumento do ritmo de trabalho, a instabilidade no emprego e ao achatamento salarial, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo estavam também impedidos de mostrar suas insatisfações. Qualquer

46- Ibid.pp.158 e 159.

47- E o autor prossegue: "Nesta contextualização tornavam-se relativamente secundárias - o que não significa dizer que não existissem - as diferenças entre as suas diversas categorias, uma vez que a política salarial as atingia intensamente, criando as condições concretas para a unidade da ação reivindicatória operária. Disto resultou que, ao longo da década de 70, ao contrário da exacerbação das diferenças - como alguns vaticinaram - estas foram subordinadas à problemática fundante que atormentava o conjunto da classe trabalhadora, do operário da indústria moderna àquele ligado aos ramos tradicionais, do operário metalúrgico ao têxtil: *a luta tinha seu eixo central no combate à super exploração do trabalho, priorizado no combate ao arrocho salarial*. As reivindicações específicas (...), subordinavam-se a esta temática maior; do mesmo modo, a luta contra a estrutura sindical atrelada ao Estado e pela plena autonomia e liberdade sindicais, pelo direito de greve, pela criação das comissões de fábrica, pela negociação direta, pela contratação coletiva e pela redução da jornada de trabalho, eram de relevância inquestionável nas pautas reivindicatórias operárias, e tinham um objetivo imediato: dotar o operariado metalúrgico de instrumento e direitos para que pudesse avançar na luta contra a superexploração do trabalho. A luta pela diminuição da opressão e despotismo fabril, contra a racionalidade capitalista na organização do trabalho já presente ainda que de maneira embrionária, inseria-se também naquela reivindicação prioritária, uma vez que procurava obstar, no plano do cotidiano fabril, alguns elementos garantidores da superexploração do trabalho.

"O elemento unificador central, decisivo, capaz de superar a heterogeneidade objetiva, estrutural e operar um processo de homogeneização, no plano reivindicatório, das *diferentes subjetividades* que compreendem o contingente metalúrgico, fazendo detonar o movimento grevista em estado de letargia havia cerca de uma década, foi a luta contra a superexploração do trabalho, a compressão salarial, o *arrocho*. (...) foi neste plano que encontramos a causalidade fundante da irrupção da ação grevista que eclodiu com intensidade, pujança e potencial generalizante no triênio 78/80. E o papel do operariado metalúrgico da indústria automobilística foi decisivo neste processo." (todos os grifos são do autor).

tentativa neste sentido opunha-se ao Estado e aos patrões, que não estavam dispostos a abrir concessões e ceder aumentos salariais (apesar dos altos índices de produtividade) e nem melhorias nas condições de trabalho.⁴⁸

Diante disso, os dirigentes sindicais entendiam que os problemas a enfrentar eram de grande monta e que sem um forte apoio da base não conseguiriam avançar. Os sindicalistas do período pré-64 puderam sobreviver, ainda que precariamente, sem uma sólida organização de base que os sustentasse porque: "...financiados pelo Imposto Sindical cabeças burocráticas muito desenvolvidas podiam existir sobre corpos frágeis"⁴⁹. Porém, o sindicalismo ativo (não *pelego*), no pós-64, fôra alijado da parceria com o Estado e seus militantes precisavam buscar sua substância na base que procuravam representar, ainda que

48- Ainda nas palavras de Ricardo Antunes: "Marcado por uma realidade que retrata uma tendência persistente à depreciação salarial, a constante subtração do *quantum* referente à remuneração do trabalho em benefício do *mais-valor* apropriado pelo capital monopólico, por uma concretude onde vigora a sua *superexploração do trabalho*, - isto é, a articulação de uma jornada prolongada de trabalho com uma intensidade extenuante do processo produtivo - num parque industrial tecnologicamente avançado e com significativa concentração operária - que levava ao limite o grau de exploração da força de trabalho, o proletariado metalúrgico do ABC paulista vivenciou, em sua cotidianidade, o pauperismo estrutural que particulariza e penaliza o conjunto dos assalariados em nosso país. Ao contrário de uma estabilidade efetiva, que caracteriza os segmentos elitizados do proletariado europeu e norte-americano, os metalúrgicos do ramo automobilístico vivenciaram (...), altas taxas de *turn-over*, rotatividade que é decorrência também da existência de uma força de trabalho de reserva, que favorece e possibilita a tendência constante à depressão salarial.

"Ao contrário de um mercado de trabalho segmentado, livre da pressão generalizante da massa migratória que ocorre às áreas industrializadas, a maioria do operariado metalúrgico, composta pelo contingente semiqualficado e não-qualificado, padecia também das vicissitudes que atormentavam o conjunto do operariado urbano. Ao contrário de condições e relações de trabalho favoráveis, o mundo do trabalho vivenciava uma realidade despótica e opressiva, um ritmo extenuante de trabalho, controlada pelo cronômetro taylorista e pela produção em série fordista, além de uma jornada de trabalho prolongada, pelo mecanismo das horas extras e pelos turnos de trabalho. Todos estes elementos configuram o que temos caracterizado como a *superexploração do trabalho*. A depressão salarial, o *arrocho*, isto é, a remuneração rebaixada da força de trabalho e a resultante miserabilidade das massas, era a sua manifestação mais dura e imediata. E foi contra essa situação perversa que apesar da sua heterogeneidade objetiva e subjetiva, a espontaneidade operária do ABC paulista revoltou-se, desencadeando (...), as greves metalúrgicas no triênio 78/80, que contestavam as taxas de extração da mais-valia, ainda que não questionassem propriamente o modo de produção e a expropriação do sobretabalho." ANTUNES, Ricardo. Os Contornos da Superexploração de Trabalho, in: A Rebelião do Trabalho... op.cit.pp.163 e 164.

49. HUMPHREY, John. Fazendo o Milagre... op. cit. pp.137

o sucesso nessa área implicasse numa virtual intervenção do Ministério do Trabalho.

Em meados da década de 70, em comparação com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a penetração do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo nas fábricas era contrastante. Dois aspectos contribuíram enormemente para isso: a concentração dos trabalhadores de São Bernardo do Campo em algumas poucas grandes empresas e, sem dúvida, o empenho consciente da direção sindical desta região em estar próximo de sua base. Em São Paulo esse empenho ficava por conta da OSM/SP que, como vimos, não tinha acesso ao sindicato. Em São Bernardo do Campo a oposição sindical foi absorvida pelo sindicato. A habilidade dos dirigentes em penetrar nos canais permitidos pelo sistema e dele se aproveitarem para firmarem-se perante sua base, criando alternativas de organização operária, foi potencializada pela relativa consciência que essa base tinha de sua própria situação.

O fato de que os metalúrgicos do ABC paulista, principalmente os de São Bernardo do Campo, encontravam-se concentrados em um pequeno número de grandes empresas, favorecia o desenvolvimento de um potencial reivindicativo que certamente teve influência no comportamento dos sindicalistas. Em 1970, 50% dos trabalhadores metalúrgicos estavam empregados nas cinco maiores montadoras de veículos da região⁵⁰. Estes trabalhadores, cientes do bom desempenho da Indústria Automobilística e da conseqüente situação favorável do mercado de trabalho, buscavam obter aumento salarial pressionando os patrões com pequenas lutas através de manifestações autônomas no interior da empresa. Isto incidia sobre o sindicato que, a princípio, reagiu negativamente a estas manifestações autônomas.

49. HUMPHREY, John. *Fazendo o Milagre...* op. cit. pp.137

50. Cf. SADER, Eder. *Quando os Personagens...* op. cit. pp.293

Ainda sob a presidência de Paulo Vidal, ocorreu uma crise interna na diretoria do sindicato provocada pela divisão das posições acerca dessas mobilizações dos trabalhadores⁵¹. A questão foi resolvida com a criação de um Conselho de Coordenação de Trabalhadores de Base (CCTB), que visava levar o sindicato para o interior da empresa.

Em 1974, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo realizaram, sob forte vigilância policial, o seu 1º Congresso. A declaração ali aprovada (“Declaração de São Bernardo”), distingue claramente a proposta que passaria a informar o *Novo Sindicalismo*. Esse Congresso pode ser considerado um marco na história do *Novo Sindicalismo*, uma vez que seus debates trouxeram à tona o significado nocivo da Legislação Trabalhista ao mesmo tempo que favoreceram a formação de uma liderança que começou a estreitar relações com o ambiente fabril. A “Declaração de São Bernardo” denota o nível de consciência do trabalhador metalúrgico da região, com relação ao desenvolvimento da economia nacional, na medida em que ressalta o crescimento da indústria automobilística e reconhece a contribuição dos trabalhadores para as altas taxas de produtividade e lucro alcançados pelo setor.

Ricardo Antunes, ao analisar o perfil do operariado metalúrgico do ABC paulista, assim se expressa: “Inserido no núcleo dinâmico da industrialização recente, o proletariado metalúrgico do ABC é a expressão do pólo avançado de nossa classe operária, onde as contradições se manifestam de forma acentuada, é o local onde se dá, em grau máximo, a exasperação das contradições e das lutas sociais. Essa

51. Sobre a timidez inicial, observada na atitude dos “Autênticos” com relação a suas bases, Ricardo Antunes assinala: “Houve também, durante esta fase de resistência, diversas tentativas (algumas concretizadas) de ação grevista no ABC (...) que contou com o desestímulo do Sindicato dos Metalúrgicos - na época liderado por Paulo Vidal. (...) Uma ação sindical embrionária, tímida e não sem a presença de ações contraditórias, iniciava lentamente um processo de aproximação das lideranças sindicais com as bases”. Cf. ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho...* op. cit. pp.15 e 16.

categoria que se originou através das empresas monopólicas marcadas por forte concentração operária, constitui-se, enquanto núcleo moderno do proletariado brasileiro, cuja origem remonta a grande indústria tradicional, mas que através do processo de industrialização recente, viu germinar um grande contingente quantitativa e qualitativamente distinto do anterior, responsável pela elevação, à um patamar superior, da própria configuração do proletariado”⁵².

A liderança do ABC paulista emergiu dessa base de trabalhadores e a ela reagia. Isto é, a capacidade reivindicativa desse operariado, dada pela característica da industrialização desta região, parece ter sido a força que promoveu um sindicalismo diferenciado do restante predominante no país. O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo passou a enfatizar mais o trabalho de base a partir de 1975, ocasião em que Luís Inácio da Silva (Lula, figura extremamente identificada com a base operária) substituiu Paulo Vidal na presidência da entidade⁵³.

O primeiro momento de destaque deste sindicalismo, expressão de sua viabilidade a nível nacional, foi durante a campanha salarial de 1977, fortalecida pela exploração do conhecidíssimo episódio da manipulação pelo governo dos índices de inflação do ano de

52. *Ibid.* pp.160.

53. Nesse momento, também, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santo André dá mostras de uma atuação identificada com a de São Bernardo. Benedito Marcílio, que havia entrado para o sindicato como vice presidente, em 1965, com o apoio dos interventores e contra a “OS” e os Comunistas, se reelege em 1967, agora com o apoio destes últimos, e passa assumir bandeiras mais combativas. Também em Osasco, no sindicato dos Trabalhadores metalúrgicos, a partir de 1968, após um rápido período de intervenção - Henos Amorina é eleito presidente de uma diretoria composta por militantes da Frente Nacional do Trabalho (FNT) e outros setores da oposição. Amorina permanece no sindicato por toda década de 70 e, em 1977, pressionado por alguns setores da “OS”, assume a defesa da luta contra a política salarial do governo, contra a estrutura sindical oficial e, com menos ênfase, a favor das Comissões de fábrica. Em Santos, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos também implementa um certo trabalho de base, sob a presidência de Arnaldo Gonçalves. O Sindicato dos trabalhadores Petroleiros de Campinas, com a presença de Jacó Bittar, completa o grupo que, a partir de São Bernardo, constitui os “Autênticos” em São Paulo. Cf. SADER, Eder. Quando os personagens...op. cit. pp. 181

1973. A denúncia deste episódio parece ter legitimado, de certo modo, o movimento pela reposição das perdas salariais que se alastrou por vários sindicatos. Esta campanha lançou em cena as lideranças sindicais e conferiu aos sindicatos o papel de órgãos centralizadores das mobilizações. O sindicato de São Bernardo do Campo, mesmo tendo a legalidade como pressuposto para as ações coletivas, logrou tornar-se o principal órgão de mobilizações operárias e, a partir de 1978, constitui-se em referência para uma alternativa sindical.

A situação dos trabalhadores, sob a liderança dos sindicalistas do ABC paulista, e a estratégia do patronato para submeter esses trabalhadores, impulsionavam tal liderança para uma situação de confronto com o Estado e o Capital. A concentração geográfica acentuada dos metalúrgicos do ABC (sobretudo dos trabalhadores da indústria automobilística de São Bernardo do Campo) e o crescimento alcançado pelo setor, contribuíram enormemente para que ali ocorresse a primeira manifestação operária coletiva de grande porte e para que um sindicalismo combativo se desenvolvesse nessa região. Eram trabalhadores que tinham consciência de que o crescimento rápido da produção, da produtividade e do lucro, era resultado do trabalho intensificado, da rotatividade da mão de obra, da disciplina rigorosa etc., que não contavam com uma contrapartida salarial. E ao reivindicarem questões específicas como aumento salarial e melhores condições de trabalho, afrontavam diretamente a política geral do governo e dos patrões baseada no *arrocho salarial* e mediada por uma série de leis e medidas que visavam assegurar a realização desse *arrocho*.

É neste contexto que as greves que eclodem no ABC paulista, a partir de maio de 1978, adquirem uma conotação política e que suas reivindicações dizem também respeito as demandas de toda a classe trabalhadora. “Uma onda grevista espontânea na sua gênese e processualidade, econômica e política, respectivamente nas suas motivações e significados; parcial (1978) na sua eclosão por fábricas, porém com forte tendência generalizante; de

resistência contra a superexploração do trabalho e defensiva na luta pela recuperação salarial, mas eivada por um potencial de ofensividade no confronto com a política econômica vigente; vitoriosa, material e politicamente, qualquer que seja a ótica de sua visualização (...); desencadeou, ainda que embrionariamente, uma luta contra a forma de coerção do trabalho e o despotismo no mundo fabril; propiciou uma luta inicial contra a superestrutura jurídico-política repressiva do Estado ditatorial (lei de greve, proibição de ação política dos sindicatos etc.) e iniciou a denúncia e a luta contra a política econômica fundada na superexploração do trabalho, na simbiose extenuante e intensificada das formas absoluta e relativa de extração do sobretrabalho, embora não questionasse o modo de produção e a expropriação dessa mais-valia. Tendo como causalidade fundante a precariedade das condições de salários e de trabalho, assumiu, desde logo nítida dimensão política, ao confrontar a base material do próprio poder político. Desnudou o processo excludente e autocrático da auto-reforma do regime e mostrou os imensos limites do liberalismo oposicionista parlamentar, incapaz de incorporar as reivindicações oriundas do mundo fabril.⁵⁴

Havia, na ocasião (1978/80), atuando no interior do movimento operário do ABC paulista, duas concepções políticas sindicais: uma (“US”) que entendia que o movimento dos trabalhadores deveria colocar-se como parceiro subordinado “...da frente liberal democrática, esta sim, na prática, erigida à condição de polo central e hegemônico na transformação social e política”⁵⁵, e outra, que em oposição a esta primeira vertente, e a outros segmentos da esquerda brasileira, recusava qualquer afiliação político-ideológica.

54- Cf. ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho...* op.cit.146

55- *Ibid.*pp.93

Esta última concepção sindical, presente no ABC paulista, marcou de forma mais ou menos clara a postura sindical dos “Autênticos”, na virada da década de 70 para 80, e sua atuação no movimento grevista de então. Tratava-se, pois, de uma vertente sindical sem vinculação com a esquerda tradicional e distanciada também das outras variantes de esquerda brasileira. Era uma liderança “... com disposição de confiar basicamente na organização dos próprios trabalhadores, disposição que marcha paralelamente, se não à desconfiança, com relação a outros grupos sociais e políticos, - estudantes, intelectuais etc. - pelo menos ao desejo de resguardar a autonomia da ação operária, separando o “nós” e o “eles”, os trabalhadores e os membros de outras classes, ainda que simpáticos à reivindicação dos sindicatos”⁵⁶.

Acostumados a tratar de problemas imediatos e circunstanciais (ainda que estes problemas assumissem eventualmente um caráter político), os “Autênticos” “...desprovidos de militância política anterior, nasciam como sindicalistas na sua ação concreta”⁵⁷ e rejeitavam uma elaboração político-ideológica que norteasse suas ações. Diferentemente da “OS”, que dispunha de militantes vinculados à postulações teórico ideológicas várias, o sindicalismo desenvolvido sob a liderança dos sindicalistas de São Bernardo do Campo se auto-definia como independente de qualquer que fosse a variante teórico-ideológica vinculada ao movimento operário.

Da necessidade concreta de constituir-se enquanto representantes de fato de sua base de trabalhadores, esses sindicalistas *independentes* inauguraram uma prática estreitamente

56. RODRIGUES, L.M. “Tendência Futura do Sindicalismo brasileiro” In: Henrique Rattner, (org), Brasil 1990. São Paulo, Brasiliense, 1979, pp.133, citado por: RODRIGUES, Iram Jácome. Trabalhadores... op.cit.pp.19.

57. Cf. ANTUNES, Ricardo. “A Criação da Central Única dos Trabalhadores” In: O Novo Sindicalismo ... op.cit.pp.45

ligada ao mundo fabril e nesse aspecto aproximaram-se da “OS”. Muito provavelmente não fosse possível (dadas as características dos trabalhadores da região), em São Bernardo do Campo, uma atividade sindical distanciada da base e conivente com o governo e patrões, semelhante ao que ocorria no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo. De modo que para firmar-se perante sua base, a liderança “Autêntica” necessitou criar um tipo de sindicalismo enraizado na base e combativo.

Se as greves inauguradas em maio de 1978, no Brasil, converteram-se imediatamente em movimento político, uma vez que, naquela conjuntura, uma simples reivindicação profissional afrontava o sistema e feria os planos do patronato com relação a realização do *superexploração do trabalho*, elas também politizaram o movimento sindical e expuseram suas fragilidades bem como suas possibilidades.

Embora as lideranças ligadas ao sindicalismo “Autêntico” não tenham atuado enquanto “...uma direção política consciente, dotada de independência teórica”⁵⁸ durante o processo grevista delineado entre 1978 e 1980, de alguma forma essa liderança passou a compreender a importância da dimensão política na luta dos trabalhadores. A criação do PT (organizado basicamente sob a iniciativa dos “Autênticos”), a opção de avançar na organização da classe trabalhadora mediante a adesão à bandeiras de luta mais abrangentes e a aproximação com aquelas forças políticas situadas mais à esquerda do sindicalismo brasileiro (força contida na “OS”), são exemplos dessa compreensão.

Na conjuntura de início dos anos 80, vários fatores contribuíram para o avanço dos “Autênticos” em direção a proposta cada vez mais agressivas e ideológicas, entre elas pode se destacar: o endurecimento dos patrões e do Estado que pretendiam *dobrar a República de*

58- ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do trabalho...* op.cit.pp.169.

*São Bernardo*⁵⁹, o clima de *abertura política* que favorecia o debate no meio sindical, o alargamento da luta dos trabalhadores que atingia diversas categorias em vários pontos do país e a presença de posturas sindicais moderadas (“US”), com possibilidades de disputar a hegemonia no movimento sindical brasileiro. Se num primeiro momento os “Autênticos” estiveram aliados a um sindicalismo mais moderado e até mesmo a sindicatos vinculados ao *peleguismo* sindical, durante a experiência grevista (de 1978/80) passam a distanciar progressivamente destes e a estreitar relações com as oposições sindicais com vistas a fortalecer, no país, um sindicalismo *combativo* e de *massas*.⁶⁰

E, assim, em clima de fraternidade, identidade e euforia estas duas grandes vertentes sindicais, cujas posturas políticas haviam sido gestadas no difícil cotidiano da classe operária sob a ditadura militar, encontram-se no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em 1983, com objetivo de fundar a Central Única dos Trabalhadores. Da convergência, então, dessas duas variantes sindicais “...heterogêneas, quando contrapostas uma à outra, e muito diversa também quando examinadas na sua interioridade, uma vez que aglutinavam agrupamentos vários”⁶¹, o projeto da criação da CUT, enquanto uma entidade de fato afinada com os interesses da classe trabalhadora, tornou-se viável.

Neste sentido, foi imprescindível a ação da “OS” valorizando as Comissões de

59- Frase atribuída ao então Ministro do Trabalho, Murilo Macedo.

60. E o que sugere, por exemplo, um documento produzido pela Comissão Executiva Nacional do 1º CONCLAT/81. “O conjunto dos Autênticos e das Oposições Sindicais até agora caminharam por dentro da REFORMA. (p.x: participando da Unidade Sindical), ou às vezes caminham por fora da Unidade Sindical, sem contudo, consolidar uma alternativa (p.x: ENOS, ENTOES, MONLEVADE). (...) A Situação atual parece mostrar que oposições e autênticos podem: começar a se articular de forma independente e ir construindo uma via própria (...). CONCLAT-1981- História e Questões. São Paulo, Fase, 1981.

61. Cf. ANTUNES, Ricardo. “A Criação da Central Única dos Trabalhadores” in: O Novo Sindicalismo. op. cit. pp. 45

Empresa e o trabalho de base. Foi também importante a ação dos "Autênticos", quando propuseram negociações diretas com os patrões e o afastamento do Estado das questões trabalhistas. Estas e outras demandas agiram no sentido de conduzir ambas as vertentes à atitudes e necessidades semelhantes e de introduzi-las num campo onde a ação sindical mais ideológica tornava-se indispensável. Parece ter sido, então, a convergência de concepções e práticas sindicais, aliada à necessidade de consolidação dessas concepções e dessas práticas, a nível nacional, a força que promoveu a união entre os "Autênticos" e a "OS"⁶².

Ressalte-se, aqui, que alguns autores atribuem a viabilidade dessa união ("Autênticos" e "OS") ao papel desempenhado por setores progressistas da Igreja Católica

62. Nas palavras de Jácome: "É interessante notar que, em larga medida, o fim da velha estrutura sindical está associada à organização das Comissões de Empresas no interior das fábricas. Esta é uma visão fundamental de amplos setores nucleados em torno da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. O caminho para se contrapor ao arcabouço sindical é a organização pela base dos assalariados e, desse ponto de vista, a implantação de Comissões de Fábricas funcionaria como um divisor de águas que conduziria ao fim do sindicato ligado ao Estado.

"Nesse sentido deve-se notar que a metade dos pontos do programa do III Congresso (dos Trabalhadores de São Bernardo do Campo) diz respeito diretamente à organização dos trabalhadores, de forma independente no interior das unidades produtivas e às Comissões de Fábrica. O que se observa é uma sintonia bastante acentuada com a proposta de criação de organismos autônomos dos trabalhadores dentro das empresas, tema que (...), era discutido pela Oposição desde final dos anos sessenta e início dos setenta.

"Este Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema realizou-se em um momento em que a Oposição Sindical desenvolvia uma experiência importante, como a direção das greves na capital paulista, onde organizou dezenas e dezenas de comissões de empresa. Convidada ao III Congresso, a Oposição participou com uma delegação composta por três membros tendo nesta ocasião divulgado um documento intitulado *Comissões de Fábrica*, onde analisa a experiência das comissões de empresa em São Paulo, enfocando os principais problemas surgidos com a emergência desses organismos de representação e discutindo os alcances dessa forma organizativa. Apresentado como Tese da Oposição no Congresso de São Bernardo, este estudo teve bastante repercussão junto aos sindicalistas presentes, tendo levado a uma mudança na postura dos delegados ao congresso, pois, até aquele momento, o que se discutia - relacionado com o tema da organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho - era a demanda por delegados sindicais no interior das fábricas.

"De outra parte (...) essa nova corrente sindical que se formou no ABC paulista, a partir da prática junto ao operariado no interior das empresas e a sua preocupação pela organização de bases, estava chegando a conclusões idênticas às que apareciam junto aos ativistas da Oposição Sindical. Em resumo, existia certa convergência de concepção e prática sindical, no momento em que eclodiram as greves, entre estas duas correntes sindicais que serão o estuário por onde vão correr as águas do "Novo Sindicalismo". Cf. RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores, Sindicalismo...* op.cit. pp.76 - 77.

que militavam no movimento operário brasileiro. Avaliam que o fato de esses grupos católicos terem tido forte influência no interior das duas variantes em questão, contribuiu de forma decisiva para a aproximação de ambas. Iram Jácome, por exemplo, sugere que “...apesar de todas as diferenças entre esses dois padrões de ação sindical, aparentemente o que os [aproximava] em suas formas de atuação [era] a estreita relação com a igreja católica em ambas as correntes do movimento operário”⁶³.

Dado o enfoque privilegiado que parte da bibliografia, que aborda o movimento sindical brasileiro, tem dado à atuação de setores da Igreja Católica no mundo do trabalho nas décadas de 60 e 70, faz-se necessário mencionar, aqui, ainda que em linhas muito gerais, alguns aspectos dessa atuação.

O PAPEL DA PASTORAL OPERÁRIA

Como já foi assinalado anteriormente, a ascensão dos movimentos populares no Brasil, no início da década de 70, se deu sob a influência e cobertura da Igreja Católica⁶⁴, através da criação de várias pastorais (Pastoral da Terra, Pastoral do Migrante etc.) que visavam organizar as queixas da população carente. Nesse período, em que a ACO e a JOC

63. RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores...* op.cit.pp.78

64. Acerca da intervenção de setores da Igreja Católica nos movimentos populares que emergiram, no Brasil na década de 70, ver especialmente: MARTINS, Heloisa de Souza. *Igreja e o Movimento Operário no ABC: Raízes do Sindicalismo Autêntico e de Base no Brasil*. XV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 15 a 18 de outubro de 1991. (mimeo) TELLES, Vera Silva. “Anos Setenta”: Experiências e Práticas Cotidianas. in: KRISCHKE, Paulo e Main Waring (org), *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974 - 1985)*. Porto Alegre, L e PM Ed.,1986.

encontravam-se desarticuladas pela ação da repressão política, passa a ser organizada, principalmente na periferia de São Paulo, uma Pastoral voltada para questões ligadas ao mundo do trabalho: a Pastoral Operária "PO". A criação de pastorais, assim como de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), se insere num projeto de redefinição de estratégias, levada a efeito pela Igreja Católica a partir da década de 50, que previa uma nova forma de relacionamento com os movimentos sociais e com a sociedade.⁶⁵

No Brasil dos anos 70, a Pastoral Operária nasce estreitamente relacionada com o quadro social e econômico do país (achatamento salarial, desemprego, deterioração das condições de vida da classe trabalhadora etc.), e com o objetivo de realizar um trabalho de esclarecimento e organização junto aos movimentos populares. Inicialmente constituída por pequenos grupos operários que reuniam-se para discutir seus problemas, a Pastoral Operária aos poucos foi se organizando nos bairros, nas cidades, chegando a estruturar-se nacionalmente. Em seu interior muitos trabalhadores tiveram seu primeiro contato com questões relacionadas ao direito trabalhista, à função e funcionamento de sindicatos, a estrutura sindical oficial etc. Tratava-se de organizações inicialmente miúdas que iam se alargando gradativamente na medida em que acolhiam cada vez mais militantes. Várias lideranças sindicais formaram-se, enquanto tal, militando nessa entidade ligada à Igreja Católica.

O trabalho da Igreja Católica neste sentido era facilitado pelo acesso quase natural desta instituição junto às populações mais pobres. "No que tange aos vários movimentos de base surgidos no país, nesse período, a igreja funcionou como uma imã, a um só tempo como centro irradiador e aglutinador dos multifacetados organismos que desenvolviam-se no

65. Cf. MARTINS, Heloísa de Souza. *Igreja no Brasil...* op.cit

país”⁶⁶. E, com relação ao movimento operário - na medida em que a maioria dos sindicatos dificultava a participação dos trabalhadores em seu interior e que o trabalho militante nas fábricas tornava-se inviável dado a repressão política - a “PO” constituiu-se num espaço possível para onde afluíam vários grupos que vinham se formando ao longo da década de 60.

A Igreja Católica representou, neste contexto, um suporte institucional para a ação militante e um canal legitimador das lutas reivindicativas. Alguns autores enfatizam a importância da atividade desses setores ligados a Igreja Católica, no sentido de elaborar uma nova prática e um novo discurso político que teriam influenciado fortemente os rumos do sindicalismo brasileiro. Nesta perspectiva, Heloísa de Souza Martins afirma, por exemplo, que as atividades dos militantes católicos “... influenciaram nos rumos do sindicalismo *autêntico* no ABC, pela sua proposta e prática democrática, pluralista e autônoma”⁶⁷. Observa a autora, que várias práticas políticas atribuídas ao *Novo Sindicalismo* já estavam presentes desde o início dos anos 60, na militância católica. Ao atuar tanto no interior do sindicalismo que se desenvolvia em São Bernardo do Campo, quanto junto as oposições sindicais, essa militância teria, segundo alguns autores, influenciado decisivamente na elaboração das novas posturas presentes nessas duas forças sindicais.

A aproximação de interesses e propostas tão diferenciadas (“OS”, “Autênticos” e Igreja Católica) é atribuída, por alguns autores⁶⁸, à convergência de certos valores

66. Cf. RODRIGUES, Iram Jácome: *Trabalhadores...* op.cit.pp.86.

67. Cf. MARTINS, Heloísa de Souza. *A Igreja no Brasil...* op.cit.pp.224.

68. Jácome destaca neste sentido, a análise de Michael Löwy. “O que representa esta nova visão da Igreja e o que permite sua influência junto às classes trabalhadoras? As explicações são várias... Para Michael Löwy, por exemplo, alguns eventos das últimas décadas - entre eles “o novo movimento operário e popular no Brasil - são incompreensíveis e inexplicáveis se não se levar em consideração a profunda modificação da cultura católica latino-americana resultante da integração, por importantes setores da Igreja, de temas essenciais do marxismo.” Utilizando o conceito weberiano de *afinidade eletiva* que serviu para compreender a relação de reciprocidade entre a

constitutivos de tais setores. Isto é, alguns valores presentes no pensamento de Karl Marx estariam em conformidade com determinados valores cristãos: valorização da comunidade, crítica ao individualismo, sentimento anticapitalista etc..

O fato é que, no Brasil, setores da Igreja Católica em consonância com as redefinições políticas que se processavam nesta entidade desde a década de 50 e frente aos novos problemas sociais - que refletiam-se na efervescência social e no surgimento de novas atitudes políticas em oposição à política institucional -, fizeram sua *opção pelos pobres* e interviram de forma proeminente nos movimentos sociais. Essa intervenção dos setores progressistas da Igreja Católica nos movimentos sociais emergentes no Brasil, sobretudo na década de 70, adquiriu, nos parece, especial importância e grande proporção na medida em que ajudou a acobertar e legitimar práticas políticas não toleradas pelo regime. Frei Beto ao referir-se a essa questão assim se manifesta: "...nessa coisa que a repressão tratava com indiferença, muita gente de esquerda foi se hibernar. Em 1970, essa esfera pastoral já havia se transformado na grande sementeira dos movimentos populares"⁶⁹.

É inegável, portanto, a presença marcante de setores vinculados à Igreja Católica nos movimentos sociais no Brasil dos anos 60 e 70, assim como também é inegável que suas atividades tenham influído na elaboração de uma nova concepção e prática sindical no período, posto que eram parte integrante da vida sindical. Entretanto, com relação a

ética protestante e o espírito do capitalismo, Löwy destaca algumas áreas de correspondências recíprocas entre marxismo e cristianismo, quais sejam: 1) A libertação dos escravos e oprimidos; 2) A valorização do pobre; 3) O universalismo; 4) A crítica do individualismo; 5) A valorização da comunidade; e 6) O anticapitalismo.

"Estes aspectos, que possuem bastante aproximação tanto no marxismo quanto na doutrina cristã seriam pois pontos de convergência que ajudaram a construir o que o autor define como afinidade eletiva entre esses dois campos de pensamento aparentemente opostos." JÁCOME, Iram. *Trabalhadores...* op.cit.pp.80.

69. Frei Beto. *O que é Comunidade de Base*. São Paulo, Brasiliense, 1981. Citado por JÁCOME, Iram. *Trabalhadores...* op.cit.pp.82.

semelhança das propostas sindicais dos “Autênticos” com a da “OS” (e por consequência a aproximação de ambas), parece que algumas circunstâncias concretas, para além da atuação da Igreja Católica, foram responsáveis e determinantes na realização dessa semelhança. Os “Autênticos”, face a necessidade de representar sua base de trabalhadores e diante dela adquirir representatividade, enfrentaram obstáculos que os conduziram inevitavelmente à crítica, por exemplo, à estrutura sindical oficial, e nesse aspecto foram ao encontro das propostas da “OS” acerca dessa questão. Do mesmo modo, a “OS” valorizando o *trabalho de base* foi também ao encontro dos “Autênticos” quando neles observou essa forma de trabalho sindical, mesmo que no interior da estrutura sindical oficial. Somado a isso e a outros elementos (crítica à política econômica vigente no período, ao sindicalismo pré-64 etc.) que agiram no sentido de aproximar “Autênticos” e “OS”, havia ainda, no início dos anos 80, uma luta aberta pela hegemonia no movimento sindical brasileiro que, por certo, acelerou essa aproximação no sentido de fortalecer o polo mais combativo desse movimento.

Os setores da Igreja Católica inseridos nas duas frentes sindicais (“OS” e “Autênticos”) identificavam-se e interagiam com suas propostas. De tal forma que talvez fosse mais apropriado dizer que houve uma simbiose entre os três segmentos, na qual todas as contribuições, com igual peso, resultaram num novo tipo de sindicalismo. Isto é, se os militantes católicos inauguraram um discurso e uma prática sindical, o fizeram, em grande medida, absorvendo os valores da esquerda, da “OS” e dos “Autênticos”. Ao mesmo tempo estas duas últimas forças sindicais, diante de uma nova realidade social, criavam também novidades em sua atividades militantes.

De modo que a atuação de destaque da Igreja Católica no movimento operário dos anos 60 e 70, no Brasil, parece ter sido mais enquanto centro aglutinador e legitimador das

várias atitudes sindicais emergentes, do que na conformação das opções ideológicas desse movimento, ainda que dele também participasse.

De qualquer forma os “Autênticos” e a “OS”, contando cada qual com a presença de militantes católicos em seu interior, serão os dois grandes setores sindicais urbanos responsáveis pela criação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983, e o amadurecimento de suas propostas é que polarizará o debate político no interior dessa entidade nos anos subsequentes. Essas duas propostas sindicais (“Autênticos” e “OS”), convertidas mais tarde em duas vertentes sindicais claramente distintas - Articulação Sindical e CUT pela Base respectivamente - , caracterizarão as divergências ideológicas presentes na central ao longo de sua história, embora a elas agreguem-se outros grupos minoritários. Nos embates travados entre essas duas grandes correntes sindicais no interior da CUT, é possível observar traços de continuidade das concepções políticas elaboradas respectivamente ou pela “OS” ou pelos “Autênticos”, nas décadas de 60 e 70. *Ou seja, a natureza das divergências sindicais, políticas e ideológicas que marcaram a CUT durante o processo de sua consolidação, parece encontrar suas motivações também na elaboração original tanto do ideário da Articulação Sindical (“Autênticos”) quanto da CUT pela Base (“OS”).*

Embora as possibilidades e os limites da Central Única dos Trabalhadores não se esgote na polêmica existente entre suas tendências, o embate travado no seu interior “...entre socialistas e social-democratas (...) terá um peso decisivo em sua definição e consolidação de sua trajetória”⁷⁰. Daí a relevância de se observar o desenvolvimento dessas duas vertentes sindicais desde suas origens, procurando apreender os pontos de diferenciação entre ambas e o amadurecimento de suas respectivas posturas.

70. Cf. ANTUNES, Ricardo. *Teses e Idéias para o Sindicalismo Brasileiro*. In: *O Novo Sindicalismo...* op.cit.pp.83.

Os “Autênticos” e a “OS” ao unirem-se em 1983, com o objetivo de fundar a CUT, desconsideraram provisoriamente suas diferenças ideológicas, mas a partir de meados da década de 80 quando - superada a fase de resistência- “... tornou-se necessário para os sindicatos em suas tendências nacionais, oferecerem alternativa num quadro que não era mais aquele ditatorial. Isto os jogava para um universo explicitamente político e ideológico. E quer pela direita, quer pela esquerda, novas situações foram criadas e novas exigências foram colocadas”⁷¹.

Neste contexto as várias tendências político-ideológicas alojadas na Central Única dos Trabalhadores passaram gradativamente a expor a essência de suas divergências. Tornou-se comum vir à público as graves discordâncias internas da Central, em momentos importantes da vida sindical: eleições para renovação de diretorias sindicais, decisão acerca de participar ou não de acordos com os governos, decisão sobre encaminhamentos para realização de greves gerais ou mesmo greves localizadas, discussão a propósito de como efetivar a democracia sindical etc. Em momentos como esses as várias tendências cutistas acusam-se mutuamente e revelam os valores de fundo que alimentam as fissuras existentes na entidade. Quando duas chapas da CUT disputam a diretoria de um mesmo sindicato, por exemplo, ambas as chapas não poupam adjetivos, denúncias e acusações no sentido de denegrir a imagem da chapa adversária. E nos seus programas de chapa exprimem suas diferenças mediante a elaboração de projetos sindicais distintos.

Mas, nos Congressos Nacionais que a CUT realiza é que a sua diversidade ideológica evidencia-se de forma acentuada. Nesses congressos estão presentes todas as correntes sindicais contidas na central e, de acordo com suas posturas, estas correntes aliam-

71- *Ibid.* pp.82

se umas as outras com o objetivo de fazer valer suas propostas. Todas as divergências entre as várias tendências cutistas (acumulados no dia a dia do trabalho sindical), nos congressos nacionais ampliam-se acirrando os ânimos. Ao contrário do que postula Leôncio Martins⁷², nos Congressos Nacionais da CUT o duelo ideológico não se efetua "... numa arena momentaneamente isolada do resto do mundo e tendo como referência apenas as fronteiras do próprio Congresso" onde "predominam, o simbólico, o expressivo e o espetáculo"⁷³. Os delegados que para lá se dirigem, por ínfima que seja a tendência da qual fazem parte, representam alguma base de trabalhadores e carregam consigo experiências reais vividas no cotidiano dos sindicatos, além dos anseios e necessidades das bases que os elegeram. Alimentam, esses delegados, a expectativa de que a aprovação de suas propostas em congresso poderá conferir maior organização, coordenação e legitimidade aos seus trabalhos sindicais.

Na verdade, as disputas ideológicas que se expressam de forma, por vezes, exasperadas nos Congressos Nacionais da CUT, estão presentes do mesmo modo no cotidiano dos sindicatos onde atuam várias vertentes cutistas. Apenas nos Congressos elas adquirem maiores proporções, uma vez que nestes estão presentes um número maior de ativistas sindicais pertencentes a várias correntes políticas e representantes de um número também maior de trabalhadores de categorias diversas.

Assim, os Congressos Nacionais da CUT não são algo "isolado do resto do mundo", deslocado da realidade cotidiana dos sindicatos, são, antes, a extensão dessa realidade. É nos CONCURTs que os militantes cutistas procuram resolver coletiva e democraticamente os

72. MARTINS, Leôncio. CUT Os Militantes e a Ideologia...op.cit.

73- Ibid.pp.11

problemas político-ideológicos com os quais convivem cotidianamente nos sindicatos e que dizem respeito, prioritariamente, ao papel a ser desempenhado pelo sindicalismo cutista na sociedade brasileira.

De modo que os Congressos Nacionais da CUT são importantes objetos de análise, posto que refletem de forma ampliada, acentuada e mais elaborada as divergências e as contradições que permeiam o cotidiano ideológico dos militantes vinculados a essa entidade. Informam também estes congressos, sobre as possibilidades, as expectativas e o limites das duas grandes vertentes sindicais cutistas, a partir das quais torna-se possível delimitar os diferentes pólos da central: Num polo pode-se identificar uma concepção mais moderada que congrega basicamente dirigentes sindicais independentes e mais pragmáticos, que destacaram-se atuando por dentro da estrutura sindical oficial e , no outro polo, atuam militantes com experiência em organizações clandestinas e oposições sindicais.

Estas duas vertentes, em várias ocasiões, mas principalmente nos Congressos Nacionais da CUT, encaminham propostas distintas, as quais trazem à tona discordâncias que, em 1983, em certo sentido, motivaram a cisão entre o *Bloco Combativo* e a *Unidade Sindical*. Hoje, como no passado, as questões que separam os agrupamentos sindicais brasileiros derivam fundamentalmente das opções ideológicas divergentes, ou mesmo opostas, que caracterizam estes agrupamentos. No interior da CUT, o ponto nodal que permanece dividindo as posições refere-se a seguinte indagação: Deve ou não a CUT integrar um projeto político que aponte para uma sociedade que vá além do capitalismo? Esta é a problemática que os militantes da CUT enfrentam e pela qual confrontam-se.⁷⁴

74- A esse respeito Ricardo Antunes observa que a diversidade ideológica da CUT "...tinha avançado desde o II CONCUR, realizado em 1986, no Rio de Janeiro, para uma convergência em torno de ideais socialistas, convertendo-se, a nível de sua propositura, numa central com claros contornos anticapitalistas. Havia sido, então, uma decisão congressual importante, embora genérica. Posteriormente, a partir do III Congresso, realizado em Minas Gerais, em 1978, este debate

Se as divergências entre os agrupamentos da CUT acerca deste ponto tornaram-se óbvias a partir do II CONCURT/86, elas já estavam sutilmente presentes desde os primeiros anos de vida desta entidade, quando conformaram-se e definiram-se as condições de desenvolvimento de todos os traços que viriam caracterizar a central. O rastreamento de alguns aspectos desse processo, a partir de sua manifestação nos primeiros Congressos Nacionais da CUT, poderá confirmar esta hipótese. É o que buscaremos realizar no próximo capítulo.

retornou, expressando uma contradição vivenciada no ideário e na prática da central, e que pode ser sintetizado na existência [dos] dois grandes blocos no seu interior": A Articulação Sindical e a CUT pela Base. Cf. ANTUNES, Ricardo. Os Contornos da CUT... op.cit.pp.53.

A POLÊMICA NO INTERIOR DOS CONGRESSOS SINDICAIS

Às vésperas do seu 4º Congresso Nacional, a CUT apresentava uma composição ideológica bastante heterogênea, marcada por um forte embate de posições. Durante todo o processo de construção e consolidação dessa entidade, o debate de idéias sempre esteve presente, uma vez que no seu interior alojavam-se agrupamentos políticos diversos. Havia, não obstante, inicialmente, todo um "...esforço concentrado para dar os primeiros passos na organização da entidade, que sofria concorrência de outras articulações intersindicais".¹ Isto contribuía para que os grupos cutistas secundarizassem suas divergências, as quais só se tornariam explícitas três anos após a fundação da central, em 1986.

No 2º CONCUR/86, realizado no Rio de Janeiro, formaram-se três chapas cujo objetivo era disputar a direção da Central. A chapa 1 - vencedora com 59,2% dos votos - foi encabeçada por Jair Meneguelli e reuniu, de um modo geral, aqueles sindicalistas que mais tarde organizariam a vertente Articulação Sindical.² A chapa 2 - composta por militantes da OSM/SP, do Partido Comunista Revolucionário (PRC- que dissolveu-se posteriormente), da Causa Operária entre outros grupos partidários - obteve 26,6% dos votos e daria origem a corrente sindical CUT pela Base. Finalmente a chapa 3 - integrada por sindicalistas vinculado a Convergência Socialista (atual Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

1 - Cf. BORGES, Altamiro. Como Atuou e Quais as Propostas das Principais Correntes da CUT, in: *Debate Sindical*, novembro de 1991, nº 9, pp.5

2 - De acordo com Altamiro Borges, a estruturação formal, oficial da Articulação Sindical só ocorreu na segunda metade de 1990, num encontro realizado em Belo Horizonte. Entretanto, extra oficialmente os militantes desta vertente, ainda que de forma um pouco diluída, já atuavam juntos anteriormente a essa data. Cf. BORGES, Altamiro. Como Atuou... op.cit.pp.8

- PSTU) e a extinta vertente Força Socialista - contou com 19,9% dos votos.³ Essa foi a primeira das inúmeras circunstâncias nas quais as diferentes facções cutistas passariam a expor clara e abertamente suas profundas diferenças.

A maioria dessas vertentes sindicais atuava no interior da CUT desde de sua origem e mantinha, também, estreitos laços com o Partidos dos Trabalhadores (PT), na primeira metade dos anos 80. "Essa vinculação partidária foi inclusive uma das razões apontadas por outras tendências atuantes no sindicalismo para não se incorporarem ao processo de construção da central".⁴ Atualmente a CUT acolhe, além dos agrupamentos petistas, setores do PDT, PSDB, PSB, PCB e PC do B,⁵ embora a corrente Articulação (petista) mantenha-se majoritária.

3 - A formação destas três chapas no 2º CONCUR/86, foi resultado do movimento de aproximação entre grupos que apresentavam afinidades ideológicas e também de definição e distanciamento das várias tendências divergentes. Como assinala Giannotti, membro da CUT pela Base "... se verificou essa aproximação a propósito de posições políticas que se ligavam diretamente à visão do papel da central na construção do socialismo. É desse Congresso que saíram estruturadas as duas principais tendências da CUT: a "Articulação Sindical", que deu-se (*sic*) esse nome pouco depois, e a "CUT pela Base" que já vinha usando esse nome desde os Congressos Estaduais que antecederam esse II CONCUR. As diferenças de enfoque apareceram em vários debates". Cf. GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. CUT Ontem e Hoje ... op.cit.pp.42.

4 - Cf. BORGES, Altamiro. Como Atuou ... op.cit.pp.5

5 - O PCB e o PC do B, em 1983, romperam com o sindicalismo pró-CUT e aliaram-se ao *peleguismo* dando origem, em novembro daquele ano, à CONCLAT/CGT. Posteriormente estes dois partidos passaram por um processo de exclusão no interior do sindicalismo CGT que os levou à adesão do sindicalismo/CUT. Como informa Leôncio Martins Rodrigues: No interior da CGT "...digladiavam-se tendências separadas por divergências muito profundas: PCB, PC do B, MR-8 e mais correntes do "Sindicalismo de Resultados", que, ao assumir explicitamente a defesa da economia de mercado, rompia com uma longa tradição do tipo corporativo, nacionalista, socialista ou comunista predominante no interior dos setores militantes do sindicalismo brasileiro. O conflito entre o "Sindicalismo de Resultados" e os comunistas do PCB e do PC do B, tornou-se inevitável. Em fins de janeiro de 1988, numa plenária da entidade realizada em São Paulo, a facção de Medeiros e de Magri conseguiu derrotar o PC do B. Seus militantes abandonaram à reunião e criaram em agosto do mesmo ano, em São Paulo a Corrente Sindical Classista. Em fevereiro de 1989, a CSC realizou no Rio de Janeiro o seu Primeiro Congresso Nacional, reunindo oficialmente 2.563 delegados representando 703 entidades. (Embora desejando permanecer como corrente sindical, a CSC optou por aderir à CUT e participar do IV Congresso Nacional dessa central)". Cf. RODRIGUES, Leôncio Martins. As Tendências Políticas Na Formação das Centrais Sindicais, in BOITO, Armando (org.). O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80... op.cit.pp.15 e 16. O PCB também optou por aderir à CUT depois de ter sido derrotado num segundo congresso da CGT,

A Articulação, diz Vicente de Paula (o Vicentinho, presidente Nacional da CUT e membro dessa corrente), "...surgiu como resposta ao aparecimento de várias outras tendências internas (...), nós já atuávamos no movimento de massas, tínhamos vários pontos de identificação, mas éramos débeis na defesa de nossas teses. Mais adiante veio a necessidade de enfrentar o debate político com outras tendências, que eram mais formadas que nós."⁶ Questionada em suas posturas e práticas, pela maioria dos grupos que compõe a CUT, essa vertente sindical permanece majoritária no interior da Central porque detém sindicatos de inquestionável representatividade (Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, por exemplo), alia-se circunstancialmente a outros grupos cutistas e, segundo seus opositores, utiliza-se de expedientes de ordem burocrática para assegurar sua expressão numérica. "Entre todas as correntes que se opõem à atual política majoritária, duas questões são consensuais: a primeira é de que a Articulação vem adotando uma linha sindical social-democratizante, que resulta em alterações na sua prática cotidiana e em seu discurso. A segunda é de que esta nova linha está em processo de elaboração. A Articulação não possui homogeneidade na sua concepção, encontra resistência internas e também desconfianças nas suas bases - que foram forjadas no jogo das lutas sindicais dos últimos anos".⁷

realizado em maio de 1989, por Rogério Magri que assumiu a presidência da Central Geral dos Trabalhadores. Os sindicalistas vinculados ao PCB abrigaram-se na CUT sob a denominação de Unidade Sindical e aliam-se freqüentemente à Articulação Sindical.

6 - Cf. Vicente de Paula da Silva. Citado em BORGES, Altamiro. Como atuam ... op.cit. pp.5

7 - Cf. BORGES, Altamiro. Como Atuam ... op.cit.pp.6. E prossegue o autor: "Nesse processo de definição, a Articulação tem tomado algumas iniciativas e defendido propostas que geram críticas contundentes de todas as demais correntes internas da CUT. Sua trajetória recente tem reforçado a tese de social-democratização. A ação que gerou maior controvérsia foi a decisão de participar do chamado *entendimento nacional*, proposta pelo governo Collor de Mello no segundo semestre do ano passado (1990). Em plenária nacional da CUT, realizada em agosto, em Belo Horizonte, os sindicalistas presentes haviam rejeitado a idéia do pacto social e aprovado pauta de 13 reivindicações para ser encaminhadas ao governo. Mesmo assim, numa votação restrita à

As críticas destinadas à Articulação Sindical não são algo recente no interior da CUT. Desde o 2º CONCUT/86, esse agrupamento vinha tentando introduzir algumas mudanças nos Estatutos da Central que visavam, entre outros objetivos, restringir a participação das Oposições Sindicais nos Congressos da entidade e, com isso, diminuir - como argumentavam aqueles que a ela se opunham - a influência dos grupos cutistas mais à esquerda.⁸ Aprovadas no 3º CONCUT/88, tais modificações foram, posteriormente, reforçadas no 4º CONCUT/91, quando este congresso rejeitou a proposta de *proporcionalidade qualificada*.⁹ Dentre as várias críticas, enfrentadas pela facção cutista majoritária, aquela que recebe especial atenção de seus opositores diz respeito à democracia interna da CUT.¹⁰ Esta vertente é frequentemente acusada de desrespeitar decisões

executiva da central, em reunião ocorrida em setembro, foi aprovada a participação no tal *entendimento* - os oito integrantes da executiva pertencentes à Articulação votaram nessa proposta, ganhando por uma diferença de apenas um voto.

"Como se sabe, o tal *entendimento* não deu em nada. Serviu apenas, para confundir os trabalhadores, deixar suas lutas atomizadas e passar a idéia de que Collor era um estadista, um governante acima dos conflitos de classe. (...)

"Essa conduta, entretanto, não foi isolada (...). Antes, os sindicalistas da Articulação já haviam defendido uma aliança com setores do patronato, representados pelo PNDE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais), para pressionar o governo, do qual participou o sindicalista Luís Antônio Medeiros. Na mesma plenária de Belo Horizonte, algumas lideranças da Articulação apareceram com idéias estranhas. Condenaram o que batizaram de *sindicalismo reativo e fase de guerrilha* e propuseram uma nova etapa para o movimento sindical, a do *sindicalismo propositivo e participativo*. Em entrevista à imprensa, Jair Meneguelli explicou o novo modelo "É preciso deixar de dizer apenas não e começar também a dizer sim, apresentando propostas propositivas".

8 - "Antes do Congresso abriu-se a discussão sobre uma série de mudanças estatutárias que a tendência majoritária da CUT queria introduzir. (...) Esta proposta não chegou ser apresentada no congresso do Rio de Janeiro. Ela foi retirada de circulação, pela tendência majoritária, pois viu-se claramente que ela não passaria". Já no 3º CONCUT/88 a mudança estatutária ocupou o centro das discussões. Cf. GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. CUT, Ontem... op. cit pp.43.

9 - Uma descrição detalhada acerca da polêmica que envolveu a votação da proposta relativa a *proporcionalidade qualificada*, apresentada no 4º CONCUT/91, pode ser encontrada em GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. CUT, Ontem... op. cit.

10 - Vários grupos cutistas de oposição à Articulação Sindical têm imputado à essa vertente a responsabilidade de estar afrontando a democracia interna da central. Alguns episódios, frequentemente citados a fim de ilustrar o comportamento antidemocrático dessa corrente sindical, tiveram lugar no 4º CONCUT/91. Duas análises podem servir de exemplo: "Esse Congresso teve problemas desde sua preparação, na qual muitos sindicatos forneceram um número

congressuais, de manipular números e dados para compor maioria nos congressos e encontros, além de priorizar alianças "...com correntes que não escondem seu projeto reformista e conciliador".¹¹

O que chama a atenção nas diversas críticas dirigidas à Articulação é que a maioria delas avalia que esse agrupamento - ao aproximar-se dos projetos políticos reformistas, conciliadores, social-democratas enfim, - estaria rompendo com seus ideais socialistas e passando, portanto, "... por um processo de profunda mudança".¹² (grifo meu) A trajetória dessa vertente sindical parece não confirmar esse raciocínio, uma vez que toda a problemática que envolve o debate acerca da ação transformadora da classe trabalhadora

inchado de seu quadro de sócios, visando aumentar o número de delegados de sua corrente. Com o mesmo objetivo foi aplicado um estranho caso de "reductor" no número de delegados de dois estados de grande peso no CONCUR: Minas Gerais e Bahia. Finalmente, pela primeira vez, num Congresso Nacional da CUT, a tendência majoritária, na iminência de perder uma votação, não quis terminar a apuração dos votos". Cf. GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. CUT, Ontem... op cit pp 69. E numa outra análise: "... a CUT ainda não é uma central sindical na acepção plena do termo. Daí decorre que ela não possui critérios realmente sindicais para estruturar-se organicamente e construir suas instâncias. O controle que sobre ela exerce a corrente Articulação, pelo conteúdo, forma e método como é praticado, está paulatinamente tornando-a uma entidade burocrática, distante das bases e das massas. Esse controle (...) se manifesta numa concepção administrativa da central, que passa a viver com base em medidas estatutárias, com suas normas e regulamentos. Esse "sistema legal" resulta que a central se volte para dentro, para o seu regulamento interno, despolitizado, cheio de armadilhas "estatutárias", pretensamente legais, que têm como único objetivo garantir a maioria da Articulação na CUT.

"Para exemplificar o que foi dito basta citar o caso recente da cassação de quase 50% dos delegados de Minas Gerais e Bahia para o Congresso Nacional (4º CONCUR/91). Antes da cassação desses delegados, a Articulação Sindical e seus aliados possuíam cerca de 49% dos participantes do 4º CONCUR. Através [de] "medidas administrativas" passaram para 51% dos delegados (...). Maioria (...) obtida na base de manobras e manipulações escancaradas e injustificáveis." Cf. FREITAS, Ronald. Democracia Interna e Representatividade: Chaves para o Êxito, in: Debate Sindical. op.cit.pp.13.

11 - Cf. BORGES, Altamiro. Como Atuou ...Op.cit. pp.8. E o autor acrescenta: "No caso da aliança com o PCB, criou-se inclusive um certo mal estar entre os ativistas da Articulação. A história recente dessa organização não ajuda seus companheiros a manter a âurea de combatividade. Foi a direção deste partido, por exemplo, que na heróica greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1980, soltou um documento taxando-a de aventureira, afirmando que ela colocava em risco a abertura democrática encenada pelo regime militar".

12 - Cf. BORGES, Altamiro. Como Atuou...Op.cit.pp.8.

sempre fôra tratada por ela com pragmatismo, senão com descaso.¹³

A liderança da Articulação Sindical - cuja origem, como vimos anteriormente, remonta ao sindicalismo "Autêntico", erigido a partir do ABC paulista - desde o início da década de 80, passando pelos dois CONCLATs e pelos dois primeiros CONCURTs, sempre atuou, de um modo geral, atendo-se à luta imediata dos trabalhadores, ou mesmo rejeitando explicitamente a discussão ou uma elaboração política mais teórico-ideológica. Tratava-se, pois, no início dos anos 80, de uma atitude de rechaço e ruptura - com as vertentes vinculadas a esquerda tradicional brasileira - que conferia as novas lideranças "Autênticas" a responsabilidade de estar forjando algo novo no interior do movimento de trabalhadores. Juarez Guimarães, em sua pesquisa sobre o Partido dos Trabalhadores¹⁴, refere-se a essa questão: "Quando o PT nasceu, em rupturas e atritos com as vertentes mais tradicionais da esquerda brasileira, tornou-se senso comum a idéia de que o partido inaugurava o novo na luta pelo socialismo. Em algumas versões esta apologia do novo quase dava as costas com arrogância à tradição, ao esforço de gerações passadas."¹⁵

De acordo com Guimarães "... a idéia de que o nascimento do PT significou uma ruptura com as idéias de Marx sempre foi afirmada e ganhou credibilidade por várias razões". Entre estas razões está o fato de o PT ter nascido "... sob a crítica e a oposição dos

13 - Ilustra bem esta hipótese aquele episódio - de repercussão nacional - no qual Luís Inácio da Silva (Lula) ao ser questionado acerca de sua afiliação político-ideológica (se marxista, leninista, etc.), respondeu que era "torneiro mecânico". (Debate entre os candidatos ao governo do Estado de São Paulo em 1982). Havia, no início dos anos 80, uma clara rejeição ao debate mais politizado por parte das lideranças vinculados ao sindicalismo "Autêntico" e que posteriormente se tornariam líderes da Articulação Sindical.

14 - Esse partido, formado basicamente pela iniciativa das lideranças "Autênticas", constituiu-se, tal qual a CUT, num desdobramento do movimento grevista de 1978/80.

15 - GUIMARÃES, Juarez Rocha. Claro Enigma: O PT e a Tradição Socialista. Dissertação de Mestrado/UNICAMP,1990.

partidos, organizações e quadros que se reclamavam do marxismo a partir de várias tradições”.¹⁶ A tradição Stalinista (PCB, PC do B, e MR-8) que supunha uma “... relação vertical e substitucionista entre vanguarda e massa” e recusava “... o princípio de independência política de classe - do qual o PT era projeção - em nome de uma frente orgânica e legal com os liberais”; e a “... esquerda marxista que recusava-no como alternativa partidária estratégica a partir de uma interpretação do Leninismo que concebia a construção do partido através da expansão de um núcleo de quadros bem definido ideológica e programaticamente.”¹⁷

Esta ruptura, por parte das lideranças petistas, com relação as correntes ideológicas tradicionalmente presentes no movimento de trabalhadores no Brasil,¹⁸ caracterizou também - guardadas as diferenças que há entre ação sindical e comportamento partidário - o desenvolvimento ideológico da CUT. Como vimos, a esquerda vinculada a tradição stalinista não partilhou da fundação dessa Central Sindical. Porém, outros grupos da esquerda brasileira integraram-se ao projeto de sua construção, ainda que críticos e em conflito com o pragmatismo e a pretendida *independência* teórico-ideológica de seus parceiros “Autênticos”.¹⁹

16 - Ibid. pp.7.

17 - Ibid.pp.7. Guimarães, neste trabalho, após uma série de comparações entre o PT e o movimento Cartista Inglês do século XIX, e entre discursos de Lula e algumas elaborações de Marx, conclui que na verdade o PT não trazia, na sua origem, elementos de ruptura com o marxismo, embora parecesse ao senso comum, que essa fosse uma característica desse partido. Nas palavras do autor: “... ao contrário do que se pretendia, a concepção de partido que marcou a criação do PT guarda uma enorme semelhança com as idéias desenvolvidas por Marx durante as suas relações com o movimento Cartista, na sua militância na liga dos comunistas e na 1ª Internacional”.pp.8.

18 - Embora as lideranças “Autênticas” sofressem pressão das várias correntes partidárias, existentes no período (1978/80), no sentido de aderirem a uma ou outra concepção ideológica, essa liderança procurou manter sua independência elaborando um discurso característico, desvinculado tanto do ideário defendido pela esquerda stalinista quanto pela esquerda *marxista* brasileira.

19 - Membros da Oposição Sindical, críticos à atuação dos “Autênticos”, referiam-se a esta

Essa *independência* ideológica, tão cara aos "Autênticos", abriu possibilidades, nos parece, para o desenvolvimento da postura social-democratizante que hoje é imputada à Articulação Sindical. Uma vez que, ao se oporem aos grupos tradicionais da esquerda, os "Autênticos" estavam, segundo se acreditava, inaugurando uma via - pura e sem os vícios da antiga esquerda - para o socialismo, a independência teórico-ideológica do agrupamento em questão parecia legitimar-se.

Entretanto, o alcance da atuação desse grupo de sindicalistas, que mais tarde daria forma e conteúdo à vertente Articulação Sindical, já podia ser questionado no início dos anos 80.²⁰ E, segundo a maioria das análises recentes acerca do sindicalismo cutista,

vertente da seguinte forma: "Sem dúvida, o movimento de oposição sindical deve compreender todos os setores que atuam contra o peleguismo e o sindicato atrelado. Por outro lado, as oposições sindicais são os únicos pólos de aglutinação dos operários que despertam para a luta. Os novos sindicalistas têm dinamizado a atividade sindical e são os que estão hoje com as iniciativas mais importantes (fundo de greve do ABC, Congresso de Operários, debates e encontros operários, etc.).

"Se há críticas à atuação desses sindicalistas na condução das lutas, na falta de propostas organizatórias que levem em conta uma efetiva participação da base, etc., isso não deve impedir as oposições de vê-los como parte de um movimento sindical amplo na luta contra o atrelamento sindical. O fato das oposições terem um programa mais avançado não significa que no campo da prática sejam as forças mais conseqüentes. Nesse sentido, uma prática unitária de setores da oposição junto aos sindicatos combativos deve ser buscada. A começar pelo convite à participação desses sindicalistas no Encontro das Oposições e pela necessidade da participação das oposições em reuniões como a de Poços de Caldas. "O fortalecimento de um pólo combativo no movimento sindical, dentro da busca de uma unidade possível entre as oposições e sindicalistas autênticos, se torna ainda mais importante na medida em que a grande maioria dos sindicatos se encontra nas mãos dos pelegos." Cf. Companheiro, São Paulo, Avante, 1980, pp.49.

20- Já no princípio da década de 80, antes mesmo de ter sido criada a CUT, alguns analistas já observavam os limites desta postura. Ricardo Antunes, no início de 1983, ao analisar os problemas sindicais de então, referia-se à liderança "Autêntica" da seguinte forma: a corrente sindical "... ligada ao sindicalismo combativo, mais pujante, é ideologicamente débil e vai rechaçar a concepção do sindicalismo revolucionário. Poderá ter forte influência do socialismo reformista, da social democracia, da ideologia cristã (...). Esse é o quadro do movimento sindical hoje: existem os setores pelegos, os atrasados e os combativos. Essa última categoria - os combativos - também é vaga. Ela se baseia na prática do sindicalismo de São Bernardo, que tornou-se um marco do novo sindicalismo brasileiro. Mas é uma categoria também insuficiente. Por exemplo, muitos dos chamados combativos foram contra a realização do CONCLAT em agosto de 1982. E muitos deles seguiram uma concepção sindical antimarxista, não assumem uma concepção baseada no socialismo revolucionário de Marx, o que é um contra-senso e um retrocesso. São combativos no plano da luta imediata, mas conservadores no plano ideológico. O Lula, que é a liderança operária mais significativa surgida nos últimos anos e talvez de toda história do movimento sindical brasileiro foi, no plano sindical, uma liderança brilhante, inquestionável. Quem viu o Lula em 1977/1980 sabe o que quero dizer. Porém, no plano político e ideológico suas debilidades aparecem crescentemente:

as características ideológicas presentes nesse grupo, evoluíram no sentido da social-democracia, ou seja, no sentido não socialista. Ainda hoje a questão relativa a elaboração de um ideário para a CUT que contemple a possibilidade de emancipação política da classe trabalhadora é tratada por esta vertente de maneira bastante imprecisa. É esta imprecisão que faz, por exemplo, com que Jair Meneguelli (membro destacado da Articulação Sindical) se proclame socialista, embora não almeje construir uma central sindical de corte socialista. É também esta imprecisão que permite ao Gilmar Carneiro (outro expoente da vertente em questão) - ao responder às críticas que seu grupo recebe de estar se social-democratizando - fazer a seguinte redução: "Eu defendo um socialismo com economia de mercado. O importante é que a sociedade civil organizada controle a iniciativa privada, os pequenos e também os grandes grupos econômicos. Para mim socialismo quer dizer controle social sobre a iniciativa privada. (...) A esquerda precisa superar a visão maniqueísta da luta de classes, de que a luta principal é entre o Capital e o Trabalho. Para mim, a luta principal é pela cidadania. (...) Na medida em que se conquista a democracia na sociedade, a esquerda tem que apresentar propostas alternativas para superar a crise. Não basta dizer não. Esse negócio de que é impossível resolver os problemas dos trabalhadores no capitalismo é um desvio. Mostra apenas a incapacidade de uma parcela da esquerda e também sua visão golpista."²¹

ele não assume uma ideologia operária. Compare-se o Lula, líder sindical até 1979 e o Lula líder partidário do pós 80 e a diferença é gritante.

"Estou procurando mostrar que mesmo a categoria de sindicalismo combativo é insuficiente. É preciso ir além das lutas imediatas. É preciso inserir as lutas cotidianas num projeto que vá além da sociedade atual. Esse tipo de liderança operária, combativa e portadora de uma consciência de transformação social, de uma consciência socialista, está praticamente dando seus primeiros passos no Brasil". Cf. ANTUNES, Ricardo. A Construção da CUT. in Crise e Poder. São Paulo, Cortez, 1986, 4ª edição, pp. 78/79 e 80.

21 - Cf. Gilmar Carneiro, citado em BORGES, Altamiro. Como Atuou ... op.cit, pp.6.

A fala de Gilmar Carneiro reflete - posto que é líder -²² as aspirações de amplos setores da Articulação Sindical. Setores que pretendem uma organização social *socialista com economia de mercado*, na qual à sociedade civil caberia o controle das grandes e pequenas empresas. Traduz também o núcleo das divergências presentes na CUT, onde o debate é intenso, as acusações são recíprocas e cada lado procura - ora de forma mais, ora menos elaborada - defender-se. Nas palavras de Leôncio Martins: “No entrechoque das acusações e denúncias recíprocas, para legitimar suas posições, as facções recorrem aos princípios e valores inquestionáveis no meio sindical. Burocratismo e sectarismo, tal como oportunismo e aventureirismo, são fantasmas que assombram habitualmente o movimento sindical em particular e a esquerda em geral”.²³

No caso específico da CUT, embora as críticas e as acusações sejam recíprocas, há um quase consenso, tanto na esfera sindical quanto na bibliografia que trata o tema, de que a facção majoritária desta central esteja mesmo em processo de afirmação de uma postura reformista e conciliadora, e que tal processo encontra oposição nas outras facções cutistas. Ainda na análise de Leôncio Martins: “... Situação e Oposição (ou Oposições) expressam concepções políticas e ideológicas que implicam diferentes visões do sindicalismo: uma majoritária, que pretende fazer da CUT uma central de organizações sindicais, o que significa, inexoravelmente e qualquer que seja a retórica, aceitar os parâmetros da economia de mercado e da ordem legal; outra minoritária, que pretende fazer da CUT uma central de luta contra o sistema capitalista”.²⁴

22 - Gilmar Carneiro foi presidente do Sindicato dos Bancários/SP e secretário geral da CUT.

23 - Cf. RODRIGUES, Leôncio Martins. CUT: Militantes ... op.cit.pp.22.

24 - Ibid.pp.23. Martins, verifica com simpatia o processo de social-democratização da Articulação Sindical (como veremos em outra parte deste trabalho).

É importante enfatizar que, embora seja possível visualizar a presença de dois grandes agrupamentos atuando na CUT, em campos opostos, ambos os agrupamentos certamente não são estanques. Militam no interior de cada um deles *subgrupos* (ou mesmo indivíduos) que conjunturalmente migram de um campo para outro. Assim, alguns agrupamentos, ou militantes, que no passado integraram a oposição sindical, ou a esquerda *radical* - atualmente de posse da *máquina* sindical - podem eventualmente estar ligados à Articulação e vice-versa. Essas migrações ocorrem, muitas vezes, mais em função de questões locais do que devido a afinidade ou discordâncias ideológicas com relação aos grandes grupos em questão. Isso reforça o caráter marcadamente heterogêneo de cada um dos dois grandes grupos cutistas e dificulta uma análise segura de suas respectivas posições ideológicas. Não elimina, contudo, suas características mais gerais.

Assim, tomando-se como objeto de observação o comportamento das duas grandes tendências cutistas em suas manifestações mais amplas, ao nível nacional, e abstraindo-se suas variantes internas, torna-se possível identificar os dois lados da CUT e também a gênese dessa divisão. Se hoje a tese de que num pólo da CUT encontra-se a Articulação Sindical - envolvida na defesa de projetos reformistas, conciliadores e mais distantes, portanto, dos interesses históricos da classe trabalhadora brasileira em sua totalidade - é consensual, em outros tempos comportou controvérsias. Os próprios grupos (sobretudo aqueles ligados a Oposição Sindical e a esquerda *radical*) que sempre lhes foram críticos só definiram-se claramente enquanto oposição, passando a distanciar-se dessa corrente, a partir do 2º CONCUR/86.

Na virada dos anos 70 para os anos 80 - quando os sindicalistas que hoje são líderes da Articulação Sindical, ainda eram identificados como “Autênticos” - um processo inverso dava origem ao projeto de construção da Central Única dos Trabalhadores. Nesse período

Oposição Sindical e “Autênticos” foram lentamente aplacando suas desconfianças mútuas e iniciando um movimento de aproximação entre si. Conforme já foi mencionado na primeira parte deste trabalho, os acontecimentos que antecederam (e os que sucederam) a CONCLAT/81, aceleraram essa aproximação e influenciaram na formação do *Bloco Combativo* em oposição ao *Bloco Reformista* ou *Unidade Sindical*. Com a formação do *Bloco Combativo* iniciava-se, na verdade, a grande cisão do sindicalismo brasileiro da década de 80 (*Bloco Combativo* x *Bloco da Reforma*) e, também a história da construção da CUT com todos os conflitos que lhes seriam intrínsecos.

Se a CONCLAT/81 e a CN-PRÓ-CUT evidenciaram, no início dos anos 80, a impossibilidade de convivência entre “Combativos” e “Reformistas” num mesmo campo, a consolidação da Central Única dos Trabalhadores demonstrou a viabilidade da união entre socialistas e social-democratas (o que historicamente poderia parecer improvável). Entretanto, demonstrou também que tal união só tornou-se possível, no quadro do sindicalismo brasileiro, em condições específicas na qual ambos os lados - ainda em processo de definição e elaboração de suas posturas - desenvolveram -se politicamente a partir de contradições e embates que, sob forte tensão, marcaram (e marcam) a feição da CUT. É a singularidade dessa convivência que procuraremos expor a seguir.

A CONCLAT/81 E A CONSOLIDAÇÃO DO “BLOCO COMBATIVO”

A história da CONCLAT/81, começa em 1977, quando a realização de um congresso patronal (4º Congresso Nacional das Classes Produtoras - CONCLAP) suscitou em alguns setores ligados a classe trabalhadora a idéia de reunirem-se em caráter nacional. Tal idéia

foi ventilada nas cúpulas das Confederações e Federações profissionais que se adiantaram em encampar a proposta visando amenizar os conflitos sociais que se anunciavam²⁵. Em 1977, apesar da intensidade da campanha pela reposição das perdas salariais, havia ainda uma crença de que se poderia manobrar facilmente os interesses dos trabalhadores. A opinião de Luís Inácio da Silva (Lula) acerca da Conferência, na ocasião, já assinalava uma discordância na maneira de conceber tal encontro, que se acentuaria e se estenderia nos anos subsequentes.²⁶ De sorte que, em condições desfavoráveis, a idéia morreu logo em seguida para retornar com conotação diferente, no final de 1978, com o ascenso grevista.

A partir de 1978 surgiram aquelas várias articulações políticas sindicais ("US", subsequentes).²⁶ De sorte que, em condições desfavoráveis, a idéia morreu logo em seguida para retornar com conotação diferente, no final de 1978, com o ascenso grevista.

A partir de 1978 surgiram aquelas várias articulações políticas sindicais ("US", ENOS, ENTOES, ANAMPOS) que passaram a aventar a possibilidade de organizar a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora. Inicialmente, as várias articulações sindicais a fim de alcançarem uma ação conjunta, promoveram diversos encontros de composição bastante plural. Assim, a "US" atuou, na sua origem, em parceria com os "Autênticos" e esteve também inserida nos grupos de oposição sindical de então. De modo que a situação dos grupos - que ora participavam de uma articulação e ora de outra - parecia indefinida e

25 - Como deixava transparecer alguns discursos de determinados sindicalistas: "Acho (...) que a CONCLAT poderia ajudar o General Figueiredo a escolher melhor seus ministros da área econômica e do trabalho, não apenas atendendo os interesses empresariais, mas também os trabalhadores, conseguindo uma harmonização. A CONCLAT ajudaria a sedimentar o pensamento econômico do General Figueiredo." Entrevista concedida pelo presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, Hugo Perez Martinez, ao jornal O Globo, janeiro de 1978.

26 - "A idéia da CONCLAT já nasceu morta. Começou de forma errada a partir do momento que passou a ser ventilada pelas cúpulas sindicais e pelos ministérios. (...) Para se criar alguma coisa por cima é preciso que se verifique antes o suporte. Vale dizer, tudo deveria começar pelas bases." Lula, A Tribuna Metalúrgica, São Bernardo do Campo, dezembro de 1977.

assim permaneceu até a CONCLAT/81, quando desfêz-se a confusão. Essa Conferência que reuniu quase todas as tendências do movimento sindical brasileiro, tornou evidente as diferenças e as proximidades ideológicas existentes entre as várias tendências sindicais do período e colocou, de um lado, o *Bloco Combativo* e, de outro, o *Bloco da Reforma* ou “US”.

No período imediatamente anterior à CONCLAT/81, apesar dos inúmeros fatores que agiam no sentido de aproximar “Autênticos” e “OS”, essas duas forças sindicais percebiam-se enquanto forças distintas, ainda que “... as únicas (...) capazes de propor (juntas) um rumo diferente...”²⁷ que revertesse o reformismo na Conferência. A denominação *Bloco Combativo*, expressão da unidade entre essas duas correntes sindicais, era ainda incipiente e só assumiu contornos mais significativos durante a experiência da CN-PRÓ-CUT, face aos desacordos que acabaram apartando esse bloco da *Unidade Sindical*.

A CONCLAT/81, realizou-se entre os dias 21 e 23 de agosto, com o objetivo de “...discutir amplamente as condições de vida, trabalho e salário dos trabalhadores da cidade e do campo (...), fixar posições unitárias e as formas de luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses (...) e avançar na forma de organização dos trabalhadores visando adequar o movimento sindical unitário à nova realidade política, social e econômica”²⁸ Neste sentido as reivindicações contidas nas Resoluções dessa Conferência contemplavam:

1- “Direito ao Trabalho”. Nesse item foi incluído a defesa de um Código Nacional do Trabalho, da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e das liberdades democráticas nos seguinte termos: “...os trabalhadores brasileiros exigem um código Nacional do Trabalho elaborado através de amplas discussões feitas pelos trabalhadores e

27 - Cf. Boletim da Corrente Sindical ANAMPOS. São Paulo, fevereiro de 1982, pp.1.

28 - Cf. Tudo Sobre a CONCLAT. A Caminho da Central Única dos Trabalhadores. São Paulo, CIDAS, 1981, pp.13.

seus sindicatos (...). A classe trabalhadora, no entanto, está convencida de que a solução de seus problemas não depende somente do poder judiciário ou simplesmente de uma coleção de leis. A solução das questões que interessam aos trabalhadores depende fundamentalmente da queda do regime militar, antinacionalista, antipopular e das conquistas das mais amplas liberdades democráticas. A solução das questões que interessam aos trabalhadores depende de seu nível de mobilização e organização, implementados por um sindicalismo autêntico e construído pela base”²⁹

2- **“Sindicalismo”**: Aqui destaca-se a defesa da liberdade e autonomia sindical, embora admita-se a permanência do Imposto Sindical. “...os sindicatos devem ser independentes do Estado, do patronato, das confissões religiosas, dos partidos e outras associações políticas” e “ enquanto existir a contribuição sindical, sendo ela dinheiro do trabalhador, deve ser destinada unicamente em seu benefício. Assim reivindicamos que os 20% da Contribuição Sindical, destinada ao Ministério do Trabalho reverta em favor da categoria”.³⁰

3- **“Política Econômica”**: Item com reivindicações bastante pretensiosas tais como: “Implantação de uma política energética com vistas a redução da dependência do petróleo (...), estímulo a produção dos gêneros alimentícios, congelamento de seus preços e fim do intermediário na comercialização desses gêneros (...). Reforma Tributária com incidência maior de impostos sobre os ganhos de Capital (...), congelamento da dívida externa (...), congelamento dos aluguéis e prestações relativas a habitações populares (...), monopólio estatal dos recursos minerais e energéticos sob controle efetivo dos trabalhadores (...), nacionalização dos bancos estrangeiros e das empresas multinacionais (...), incentivo à

29 - Cf. As Resoluções Oficiais da I CONCLAT. In Tudo Sobre a CONCLAT. A Caminho ... op.cit.pp.1 a 4.

30 - Ibid. pp.5 a 7.

pesquisa científica e tecnológica, através de projetos voltados aos interesses dos trabalhadores e ao atendimento da política econômica definida no 1º CONCLAT (...). Fim do governo militar para garantir a aplicação dos pontos acima definidos”³¹

4- **“Reforma Agrária”**: Item extremamente detalhado reivindicando providências radicais com relação à questão da terra. “...exigimos do governo a imediata decisão política de implementação da Reforma Agrária Radical, ampla, massiva, imediata e com a participação dos trabalhadores rurais, visando promover a melhor distribuição da terra, uso e propriedade, a fim de atender os princípios de justiça social e do aumento da produtividade.”³²

São também abordados, com bastante detalhe, as questões relativas à **Saúde e Previdência Social e Política Salarial**. As Resoluções da CONCLAT/81 são finalizadas com uma avaliação dos **Problemas Nacionais** e com um **Plano de Lutas** contendo um calendário que previa as seguintes atividades: Dia 1º de outubro; data de entrega das reivindicações definidas na CONCLAT ao Presidente da República. Este dia deveria ser para os trabalhadores um **Dia Nacional de Luta**. Dia 16 de novembro; fim do prazo dado ao governo federal para que respondesse às reivindicações à ele encaminhadas. Este dia deveria ser também marcado por manifestações e reuniões dos trabalhadores - à nível regional, estadual e nacional - no sentido de avaliar as condições de deflagração de uma greve geral.³³

Como se vê, para o movimento sindical brasileiro, cuja experiência progressista recente se fizera sob severa repressão, as Resoluções do CONCLAT/81 significavam

31 - Ibid. pp.19 e 20.

32 - Ibid. pp.21 a 25.

33 - Ibid. pp.27 e 28.

inestimável avanço. Era preciso, portanto, efetivá-las, pelo menos em parte. Tais resoluções denotavam - além do profundo sentimento anti-autoritário que permeava a classe trabalhadora brasileira no período - a disposição do movimento sindical de participar das decisões políticas do país. De tal forma que o conjunto de reivindicações aprovado na Conferência de 1981 estavam mais próximas de ser "...um plano de governo que um simples programa para o movimento sindical."³⁴

A abrangência das Resoluções da CONCLAT/81 refletia, na verdade, a vitória, no plano ideológico, dos setores "Combativos" sobre os setores "Reformistas" do sindicalismo brasileiro. Contudo, essa vitória, no plano ideológico, não se confirmou no momento de compor a CN-PRÓ-CUT. Nesta comissão os setores "Combativos" não conseguiram perfazer maioria devido - segundo suas próprias avaliações - a forma desarticulada com que se apresentaram à CONCLAT/81. Argumentavam os "Combativos", que os "Reformistas" "...se apresentaram nas várias Comissões bem organizados e com uma [base] bem articulada no plenário. Perderam as propostas nas comissões mais importantes [porque] não contavam com o apoio dos trabalhadores. O outro pólo (autênticos + oposições sindicais) apesar de todo processo anterior (Monlevade, São Bernardo, Vitória e novamente São Bernardo) que chegou a algumas propostas, foi completamente incapaz de se apresentar nas assembléias de

34 - Cf. RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores ... op.cit.pp.97*. Ainda referindo-se ao conteúdo das Resoluções da CONCLAT/81, Jácome pondera que: "Refletindo a composição do encontro, que levou a plenária a uma divisão profunda (praticamente meio a meio) entre os dois principais contendores desse evento - de um lado, o bloco dos combativos, de outro, aqueles alinhados com o chamado bloco da reforma, ou da unidade sindical - que se mostrará crucial para a comissão Pró-CUT, que tinha como principal objetivo levar adiante as Resoluções tiradas e preparar, em agosto de 1982, o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, que criaria a Central Única dos Trabalhadores - , a 1ª CONCLAT não conseguiu avançar sobre vários aspectos concretos, especialmente nos termos sindicais mais específicos. Manteve a defesa da unicidade sindical e, por extensão, da contribuição sindical. Além disso, quando se trata da organização dos trabalhadores no seu local de trabalho e menciona a comissão de empresa observa que seus estatutos devem ser aprovados em assembléia dos sindicalizados (grifo do autor) da empresa. Ou seja, não seria exatamente Comissões de Fábrica e sim comissões sindicais de base."pp.98.

forma organizada. A articulação dos vários grupos nas assembleias foi quase inexistente e a reavaliação constante do processo (que era fundamental) não aconteceu (...). Não houve nenhuma preparação orgânica (...) as propostas (dos “Combativos”) quase sempre foram vitoriosas nas comissões e nas assembleias gerais porque realmente respondiam mais aos interesses dos trabalhadores presentes, e não por (...) organização.”³⁵

Diante dessa constatação, as forças sindicais “Combativas” (“OS” e “Autênticos”) passaram, a partir do CONCLAT/81, a priorizar uma atuação conjunta mais articulada e organizada, como sugere a seguinte autocrítica feita pela OSM logo depois da CONCLAT/81: “...não demos a mínima importância à CONCLAT. Para nós não passava de um amontoado de pelegos e reformistas. Superestimamos a força da Reforma + Pelegos e subestimamos a nossa força, da articulação de Monledade. Não se via as repercussões que o fato de juntar 5 mil trabalhadores numa conferência, teria sobre os rumos da classe operária no Brasil. O clima geral no nosso meio, era de que esse tipo de articulação não interessa a classe operária (...).

“Antes de tudo não vimos a importância da CONCLAT. Não se preparou propostas pensadas e articuladas. O pouco que se preparou dois dias antes foi correto (foi incluído totalmente no plano de lutas), mas saiu da cabeça de meia dúzia de pessoas só. Não tivemos a preocupação de nos articular com um bloco que naturalmente estava com a gente (como os motoristas do ABC, motoristas de São Paulo, Metalúrgicos de São José dos Campos, pessoal de Goiás, pessoal de Vitória ...). Nos preocupamos, sem conseguir, em fazer nosso bloco isolado da Oposição, não nos preocupamos em voar mais alto, em assumir o papel de articuladores de uma força bem maior que estava totalmente sem direção”.³⁶

35 - Cf. Anotações Primárias Sobre a CONCLAT. op.cit.pp.2.

36 - Ibid.pp.2.

Apontando nesta mesma direção, também alguns documentos de avaliação da CONCLAT, produzidos pela ANAMPOS, fazem inicialmente uma autocrítica e posteriormente sugerem uma maior articulação entre os grupos sindicais “Combativos”. A título de exemplo: “A CONCLAT mostrou que existem dois blocos no movimento sindical: o bloco da conciliação e o bloco combativo. O bloco da conciliação (...) mostrou sua capacidade de manobras e conchavos na CONCLAT. O bloco combativo que não foi articulado à CUT (grifos no original) ganhou maioria esmagadora das propostas nas comissões e plenárias, mas na hora de formar a comissão pró-CUT não teve o mínimo de articulação para exigir que a composição da comissão correspondesse a combatividade e democracia demonstrados no plenário. Este resultado frustrou centenas de companheiros que esperavam poder varrer os conciliadores e pelegos. Nós participantes da Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindical decidimos criar este boletim de circulação nacional que permite atingir o conjunto do movimento sindical. Este Boletim servirá para que a corrente combativa do movimento sindical divulgue sua circulação, suas propostas classistas e facilite sua articulação nacional”.³⁷

Se a coincidência de propostas e a proximidade entre “Autênticos” e “OS” já eram uma realidade desde final dos anos 70, posto que, embora de forma desordenada, ambas as vertentes atuavam juntas em várias circunstâncias, os problemas enfrentados com a *Unidade Sindical* na CONCLAT/81, e conseqüentemente na CN-PRÓ-CUT, vieram estreitar essa proximidade e incentivar a atuação em *bloco* destas duas forças sindicais. Os desacordos com o *Bloco Reformista* contribuíram para a consolidação do *Bloco Combativo*, do mesmo modo que a formação deste também incidiu no comportamento daquele. Assim, por exemplo,

37 - Cf. Boletim da Corrente Sindical ANAMPOS. op.cit.pp.2.

no primeiro semestre de 1981, o *Bloco Reformista* manifestou intenção de criar uma central de trabalhadores já na CONCLAT/81. Joaquim dos Santos Andrade (o Joaquinzão) seria o *cabeça* dessa CUT. “Seria uma CUT pela cúpula na mão da reforma”.³⁸ Entretanto com a realização dos ENCLATs (além de derrotas sofridas pela “US” em vários sindicatos) percebeu-se que o quadro não era favorável para os “Reformistas”. “A partir daí o plano mudou. A reforma passou a querer uma CONCLAT sem CUT”³⁹ e essa, entre outras, foi uma questão polêmica que se estendeu para CN-PRÓ-CUT e polarizou as opiniões.

De modo que a CONCLAT/81 realizou-se sob a explosão de graves divergências, as quais cristalizaram-se na CN-PRÓ-CUT. Discordâncias com relação a criação de uma central única de trabalhadores independente dos patrões, dos credos religiosos, das opções partidárias, da estrutura sindical oficial etc., a realização de uma greve geral como forma de pressionar o governo a atender as reivindicações da CONCLAT, a participação dos trabalhadores no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, a ser realizado em 1983, mesmo que seus sindicatos não houvessem convocado assembléias para eleger delegados foram suficientes para promover a consolidação do *Bloco Combativo* em oposição ao *Bloco Reformista*, e a criação de duas centrais sindicais, no Brasil, em 1983: a CUT e a CONCLAT/CGT.

38 - Cf. Anotações Primárias Sobre a CONCLAT. op.cit.pp.2.

39 - Ibid.pp.2.

O CONCLAT/83 E A CRIAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Em 1983, "... no dia 23 de agosto, uma quarta feira, chegaram à São Bernardo as delegações de trabalhadores rurais da região de Santarém, Pará, e dos gráficos do Ceará. No dia seguinte, véspera do Congresso, a movimentação de delegados vindos dos mais diversos pontos do país, nas imediações do Pavilhão Vera Cruz, era intensa. O 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora se tornava uma realidade. (...) Num enorme esforço de mobilização, mais de cinco mil delegados tiveram presentes no Congresso. Apesar de cansados, depois de vários dias de viagem e grandes sacrifícios, traziam na bagagem muita disposição de luta e, aos poucos, a agitação começava a tomar conta do pavilhão de exposições da extinta Cia Vera Cruz. Os ônibus iam estacionando e cada trabalhador que chegava tinha uma história para contar".⁴⁰ No domingo, "... o CONCLAT aproximava-se de seu final (...), a plenária teve início as 10 horas (...) e se estendeu até as 19 horas. Depois de três dias que efetivamente marcaram a história do movimento sindical brasileiro, os delegados começaram a se retirar do pavilhão Vera Cruz com a certeza de que tinham participado de uma etapa fundamental da luta dos trabalhadores"⁴¹: a fundação da CUT.

A realização do CONCLAT/83 e a criação da Central Única dos Trabalhadores concretizaram a divisão pré-existente no movimento sindical brasileiro, e representaram "... uma significativa vitória dos "Combativos" na luta para sair na frente e ocupar o espaço político criando sua própria central sindical tendo, a partir daí, um organismo nacional para

40 - CFI CONCLAT (I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora) São Paulo. Tempo e Presença, 1984, pp.66 e 78.

41 - Ibid. pp.84/85

veicular suas propostas, tanto políticas quanto sindicais”.⁴² Isso explica, em parte, o clima profundamente democrático e fraterno com que fôra encerrado o congresso de 1983. Se algumas divergências houve, estas foram democraticamente debatidas e acalmadas.

Destacou-se nesse congresso a divergência acerca de como deveria ser organizada a direção da central sindical que seria criada naquela oportunidade. Uma parte dos delegados do CONCLAT/83 queria uma direção colegiada, e outra parte defendia uma estrutura presidencialista. Aqueles que defendiam a eleição de um colegiado acreditavam que para “... o conjunto do movimento sindical do país (...), a CUT não [deveria] ser um cargo ou um nome que ocupa esse cargo. O movimento, no campo ou na cidade, [precisava] ter um instrumento e esse instrumento [seria] a Central Única dos Trabalhadores (...). Não estava em jogo a questão do cargo ou da função, mas sim a criação de um organismo, um instrumento”.⁴³

Por outro lado, aqueles que preconizavam a eleição de uma diretoria com nomes e cargos definidos, argumentavam que a diretoria da CUT deveria ser um referencial para a luta dos trabalhadores e não um colegiado diluído sem responsabilidades definidas. Se as tarefas e as responsabilidades, em algum momento, deveriam ser divididas, que o fossem ali no plenário do CONCLAT; o que - segundo os defensores desta proposta - seria mais democrático.

O Congresso dividiu-se em torno destas duas propostas. Mas uma intervenção de Olívio Dutra (na época, dirigente do sindicato dos bancários do Porto Alegre), buscando um termo médio entre as duas propostas, pôs fim ao impasse. A composição da Direção da

42 - Cf. RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores ... op.cit.pp.99*

43 - CONCLAT (I Congresso Nacional ... op.cit.pp.166

recém-criada CUT se efetivaria a partir de "... um conjunto de nomes com definições de algumas funções e responsabilidades que serviriam como referência a nível nacional".⁴⁴

Assim, o CONCLAT/83 realizou-se sem grandes polêmicas. Na verdade, os "Combativos" haviam-se preparado para um novo embate com os "Reformistas" neste Congresso. Neste sentido, a ANAMPOS promoveu inclusive uma reunião, em São Paulo (30 e 31 de julho de 1983), para preparar os delegados ao Congresso. Ao debaterem sobre o estatuto da central que seria criada no CONCLAT, os membros presentes nesta reunião fizeram a seguinte análise: "No CONCLAT a discussão deverá ser proposta contra proposta. Há riscos de nos perdermos na discussão de nossas próprias emendas. Precisamos ter medidas que unifiquem a nossa intervenção para aprovar nosso projeto no CONCLAT, sem entrar nos detalhes técnicos (...). O que é possível fazer é defender no CONCLAT a aprovação de normas estatutárias que definam o funcionamento da Comissão Provisória da CUT (...). Antes dos estatutos, o que temos que aprovar são os princípios. E o que vai acontecer no CONCLAT é uma discussão de princípios, sendo que vai ser uma votação de proposta contra proposta e a aprovação de uma ou outra vai depender do confronto de nossas forças com as deles. Portanto, o que temos de fazer agora é aprovar os princípios básicos...."⁴⁵

44 - *Ibid* pp.166

45 - Relatório do Encontro da ANANPOS. São Paulo, julho/83 pp.16. Como se sabe o *Bloco Reformista* não participou do CONCLAT/83. A CUT foi fundada e um estatuto provisório para a central foi elaborado e aprovado neste Congresso pelo "Combativos". Acerca deste estatuto Leôncio Martins observa que "O estatuto provisório da nova central, aprovado nesse CONCLAT, insistia em três pontos importantes: a autonomia e liberdade sindical, organização por ramo de atividade produtiva e a organização por local de trabalho. A aprovação desses pontos marca uma separação muito forte entre esse e o outro bloco, que não partilhava das mesmas posições com relação à estrutura sindical, mesmo porque os dirigentes das federações e confederações não tinham a intenção de defender mudanças que resultariam, se levadas à prática, na eliminação das instituições que dirigiam." Cf. MARTINS, Leôncio. CUT: Militantes ...op.cit.pp.4

Como se vê, os esforços dos “Combativos”, no período pré-CONCLAT, estavam concentrados no sentido de articularem-se para derrotar as propostas dos “Reformistas” no tocante as características da futura CUT. Para tanto a coesão do *Bloco Combativo* era imprescindível e secundarizava suas próprias diferenças internas. E quando os “Reformistas” decidiram ausentar-se do Congresso de 1983, as atenções dos “Combativos” voltaram-se totalmente para o objetivo de viabilizar a criação da CUT. De modo que, nesse momento de afirmação da postura “combativa” no interior do sindicalismo brasileiro, a “OS” e os “Autênticos” lograram realizar, em clima de harmonia, o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora e fundar a primeira central sindical brasileira que se pretendia livre, autônoma, democrática e enraizada na base.

Durante o Congresso, logo após a aprovação do Plano de Lutas, entrou em pauta a criação da CUT. Afóra a divergência a propósito da direção provisória da nova central, este tema foi tratado sem percalços. Quanto ao Plano de Lutas, também aprovado por unanimidade, pode se observar a introdução (a exemplo do que já havia ocorrido na CONCLAT/81) de temas cujo conteúdo marcariam o discurso cutista nos anos subsequentes; quais sejam: luta pelo fim da política econômica do governo, rompimento dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), reforma agrária *radical, ampla, massiva e sob o controle dos trabalhadores*, coletivização das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais, não pagamento da dívida externa, por um governo controlado pelos trabalhadores etc.

Além dessas demandas de dimensões mais amplas, foram abordadas também no Plano de Lutas, com bastante detalhe, questões mais específicas, mais diretamente ligadas ao cotidiano dos trabalhadores, ou seja, fim do regime militar, eleições diretas para presidente, liberdade e autonomia sindical, liberdade de organização política, fim da Lei de Segurança

Nacional, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho sem redução salarial, extinção das horas extras etc.

O Plano de Lutas do CONCLAT/83 foi enviado a Presidência da República e fixou-se um prazo (14 de outubro de 1983) para que o governo respondesse às reivindicações. Caso estas não fossem atendidas, a direção da CUT deveria começar a mobilizar os trabalhadores para a deflagração de uma nova greve geral. A CONCLAT/81 havia aprovado um Plano de Lutas, bastante amplo, cuja a efetivação fôra prejudicada - segundo argumentavam os "Combativos" - pela atuação reformista da *Unidade Sindical* ou *Bloco Reformista*. A partir do CONCLAT/83 a realização do Plano de Lutas aprovado no plenário desse Congresso caberia aos "Combativos". E a avaliação do processo de concretização (ou não) desse Plano será feita um ano depois, no 1º CONCUT/84, pelos próprios "Combativos".

O 1º CONCUT/84

Passado um ano, a contar do Congresso de sua fundação, a Central Única dos Trabalhadores reuniu, novamente em São Bernardo do Campo, mais de cinco mil ativistas sindicais (1.590 eram representantes de trabalhadores rurais e 3.632 representantes de trabalhadores urbanos sendo 1.357, destes últimos, trabalhadores ligados ao setor de serviços e 1.227 representantes de associações pré sindicais - sobretudo do funcionalismo público - e o restante trabalhadores da indústria) e mais 38 observadores, num total de 5.260 participantes. Tratava-se do 1º Congresso Nacional da CUT (CONCUT/84), cuja realização tinha por objetivo avaliar: os avanços alcançados pela entidade no tocante a sua implantação, a concretização do Plano de Lutas aprovado no CONCLAT/83, a situação

política econômica e social do país e, a partir disso, definir estratégias para a sua consolidação.⁴⁶

No que se refere a fundação da CUT, em 1983, a avaliação geral dos congressistas era de que havia sido uma atitude acertada, dado a sua importância para a organização da luta da classe trabalhadora brasileira. Quanto a implantação da Central, a nível nacional, no primeiro ano de sua existência, os participantes do 1º CONCUT/84 julgavam ter conseguido, na medida do possível, um bom resultado. A CUT chegava ao seu 1º Congresso contando com 13 CUTs estaduais, 27 CUTs regionais e mais 10 (regionais) em processo de formação.⁴⁷

A propósito da realização do Plano de Lutas, definido no CONCLAT/83, a avaliação dos cutistas no CONCUT/84 foi, de um modo geral, negativa. O Plano de Lutas não havia, segundo a análise da própria direção da CUT, se concretizado, como demonstra o seguinte documento: “O 1º CONCLAT deliberou sobre um plano de lutas listando as principais reivindicações e apontando para a greve geral como principal instrumento para chegarmos às conquistas dos trabalhadores. Contudo, a CUT, a nível nacional, teve dificuldades para interferir no movimento prático que os trabalhadores vêm realizando setorialmente (arrocho salarial, terra, etc.) ou centralizadamente (Diretas Já) de tal maneira que a partir dessas mobilizações a greve geral fosse deflagrada.

“A CUT, embora estivesse presente nessas lutas localizadas e gerais (greves,

46 - Cf. Jornal da CUT. Ano II, setembro de 1984. Nº 1

47 - Em agosto de 1984, estavam formadas as seguintes CUTs estaduais: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Maranhão, Pará, Amazonas, Distrito Federal, Alagoas e Piauí. CUTs regionais: 5 em São Paulo, 1 no Rio de Janeiro, 3 no Espírito Santo, 6 em Minas Gerais, 3 no Ceará, 3 na Bahia, 3 no Maranhão e 3 no Pará. (Além disso 10 regiões encontravam-se em processo de formação de suas CUTs). Cf. 1º Congresso Nacional da CUT. Tese ao CONCUT: Executiva da CUT do Estado de São Paulo e Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, e Diadema. 1984, pp1.

tomada de terras, Diretas Já, etc.) não conseguiu fazer este movimento avançar no sentido de uma ampliação a nível nacional. Foram feitas duas tentativas: uma no dia 25 de outubro puxada pela CUT, contra o arrocho salarial e outra no dia 26 de abril, puxada pelo conjunto dos setores reunidos no Comitê Suprapartidária pelas Diretas Já. Ambas as tentativas não conseguiram sucesso”.⁴⁸

Outros agrupamentos cutistas também elaboraram documentos (teses, contribuições, etc.) contendo avaliações acerca da concretização do Plano de Lutas do CONCLAT/83. Tais documentos além da constatação de que o Plano de Lutas não havia sido concretizado, traziam, em seu conteúdo, críticas à atuação da direção da CUT no processo de encaminhamento do Plano em questão. Eram críticas incipientes, tímidas e contraditórias, mas que já apontavam o núcleo das divergências - na maneira de conceber a ação política e sindical - entre os vários agrupamentos contidos na Central.

Neste sentido, um documento intitulado “Declaração ao 1º Congresso da CUT” traz uma análise que parece sintetizar o espírito de vários agrupamentos presentes ao Congresso e, por isso, merece ser reproduzido aqui: Diz o documento: “ A CUT nasceu em oposição ao bloqueio exercido pelos pelegos da CONCLAT ao movimento operário e para aglutinar as massas em torno de uma direção unificada nacionalmente. A sua fundação correspondia e corresponde à tendência de ascenso dos trabalhadores num quadro de crise do regime político e brutal miséria . Decorrido [um] ano e muitas lutas, se verifica que a CUT não compareceu no centro das batalhas dos trabalhadores como uma direção e não norteou a trajetória do movimento operário.

“Este fato reflete as profundas dificuldades da direção eleita em desenvolver uma

48 - Ibid.pp.1

linha de independência de classe e enfrentar as pressões da classe inimiga e dos seus agentes no movimento operário (CONCLAT). De um lado, o levantamento da greve geral em momentos decisivos e, de outro, o fato de submeter a proposta de greve à decisão do Comitê Supra Partidário, dominado pelos políticos burgueses, demonstraram a enorme oscilação da direção mediante as pressões da burguesia democratizante, que esteve na direção do movimento das diretas. Também é questionável o fato de não ter traçado nenhuma forma de luta local e nacional, quando as greves estão pipocando por todos os lados e as massas passando por privações jamais vistas.

“Como a inércia imperou na CUT, os militantes ficaram dispersos e uma nova geração de ativistas não teve como se organizar para formar a “CUT pela base”. Sem dúvida não se pode esperar que a direção nacional da CUT nasça pronta, nem tão pouco que não tivesse que enfrentar duros obstáculos como as hostilidades da CONCLAT, porém, uma condição essencial para superar as debilidades iniciais é exercer uma forte intervenção no movimento das massas. Portanto, a tarefa de construir uma direção operária independente continua em pé, esta deve ser a meta colocada pelo congresso”⁴⁹

O que se observa nesta análise é que, embora a não realização do Plano de Lutas do CONCLAT/83 seja atribuída à inércia da direção da CUT, as críticas (à direção) são ainda bastante brandas. As debilidades dessa direção são entendidas, nesse momento, como consequência de sua inexperiência, de seu caráter inacabado, e não propriamente como resultado de posturas políticas hesitantes. Outros vários documentos, produzidos por agrupamentos cutistas e destinados ao 1º CONCUT/84, confirmam esta noção: “Nosso

49 - Uma crítica necessária e a formação de uma direção de combate para o movimento operário, in Declaração ao 1º Congresso da CUT. Causa Operária, agosto de 1984, pp4.

Congresso de fundação apontou claramente para a greve geral como a forma de luta que deveríamos organizar. Por duas vezes seguidas - 25 de outubro e 25 de abril - a direção nacional suspendeu as greves marcadas. Isto desgastou a política de greve geral e a própria CUT... .

“Não se pode deixar que a oposição burguesa decida pelos trabalhadores como no dia 25 de abril, quando a direção da CUT aceitou o recuo do CNPD (ou seja: do PMDB, do PT e setores do PDS) e suspendeu a greve. A greve geral, como a própria direção da CUT reconheceu na época, era possível com a disposição de luta e a expectativa nacional em torno da votação da emenda. Era possível ter colocado abaixo de vez o governo em crise. Tancredo, Montoro e Brizola não vão fazer greve nunca, não podemos pedir aos patrões a autorização para fazer greve geral, por que eles estão a favor de um acordo com os militares. (...).

“Na realidade o que está ocorrendo é que os trabalhadores estão indo à greve por questões salariais e não está existindo um plano de lutas para unificar estes movimentos rumo à greve geral, o que deixa muitos dessas greves isoladas à própria sorte. (...) A CUT poderia ter se transformado no organismo centralizador das lutas dos trabalhadores se tivesse aplicado a política de greve geral votada em seu congresso de fundação. Mas mesmo assim, a CUT tem se fortalecido no último período graças, principalmente, as oposições sindicais e a formação de comissões de empresas que se somaram à formação das CUTs estaduais e regionais (...).”⁵⁰

50 - Ao 1º Congresso da CUT. Tese, assinam as diretorias dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem; da Associação dos funcionários da Universidade Federal do Pará; do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Bernardo do Campo, Comissão de Fábrica da ALPS Metalúrgicos de São Paulo e mais dois sindicalistas (um do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e Mobiliário de São Caetano do Sul e outro do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos).

Nesta perspectiva, várias vertentes sindicais manifestaram-se no 1º CONCUR⁵¹, expondo suas insatisfações com relação à atuação da força dirigente da central. *Entretanto, como a dimensão das divergências, entre as várias correntes internas à CUT, ainda não era perceptível a seus militantes e como a própria direção da entidade, naquele momento, estava disposta a fazer uma autocrítica e a debater democraticamente sobre o encaminhamento a ser dado à luta dos trabalhadores a partir do Congresso, o debate se travou de forma acalorada, mas não tensa.*

Uma nova direção nacional, composta, outra vez, maioritariamente por lideranças vinculadas ao sindicalismo “Autêntico”, foi eleita no CONCUR/84. Também um Plano de Lutas muito semelhante ao do CONCLAT/83, foi aprovado neste Congresso: Luta pelo não pagamento da dívida externa, pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores,

51 - Praticamente todas as teses e contribuições apresentadas no 1º CONCUR, após avaliarem como acertada a opção de se criar a entidade, destinavam críticas à atuação de sua direção eleita no CONCLAT/83. A título de exemplo pode-se mencionar algumas: 1 - “Cabe destacar a frustração em que constitui a prática da CUT. A impotência de sua direção em articular e mobilizar as bases, e o fato de se sentar à mesa de negociação com os pelegos, reproduzindo experiências negativas anteriores, acabou levando ao esvaziamento da Central Única dos Trabalhadores. Dentro desse quadro, a CUT ficou extremamente vulnerável e sua consolidação bastante mais difícil. Entretanto, entendemos que em 1984 os trabalhadores precisam consolidar sua central sindical, como instrumento capaz de influir nas decisões do país e de construir, de maneira efetiva, sindicatos livres, desatrelado do Estado.” Cf. A Caminho da CUT pela Base. Tese/1º CONCUR/84. 2 - “Seja á nível nacional ou local, foram verificadas fragilidades nas direções das CUTs, dificuldades políticas da Central Sindical e de sua direção; além dos problemas de orientação política, houve outros problemas, em particular, na direção nacional, como: a ausência de reuniões sistemáticas, dispersão pelos estados, ausência em mobilizações importantes, incapacidade de alguns dirigentes em implantar a CUT em seus estados ou em seus sindicatos.” Cf. O Papel das Direções, in Jornal da CUT, Ano II, nº 1. 3 - “Foi no bojo do ascenso das lutas de massas no Brasil que nasceu a CUT. O nascimento da CUT expressa a compreensão que os setores mais avançados do movimento tiveram da necessidade de um instrumento capaz de unificar, em escala nacional, a resistência dos trabalhadores à política da ditadura. No momento em que a crise do capitalismo se acentua, acentuando-se a exploração dos trabalhadores, e que se articula a transição conservadora, cresce a importância e responsabilidade históricas da direção da CUT (...). Nessa perspectiva caberá à CUT a tarefa de organizar a resistência a nível nacional, tendo que levar em conta inclusive que outros setores do movimento sindical darão maior apoio efetivo ao novo governo. Na nossa visão a CUT só cumprirá sua tarefa se fizer uma profunda avaliação do que realizou até agora, o que lhe permitirá propor planos e lutas que ajudem o movimento sindical avançar e acumular no sentido político e organizativo.” Cf. Algumas Reflexões Sobre o Congresso da CUT. Contribuição de representante da direção nacional da CUT em Goiás.

tributação dos lucros, contra a privatização das empresas estatais, pelo salário desemprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução salarial, pelo fim das intervenções nos sindicatos, pela liberdade de organização política e partidária etc.

Um assunto acirrou os ânimos no 1º CONCUR: a elaboração do Estatuto da Central que, desta feita, deveria ser definitivo. No CONCLAT/83, este tema já havia suscitado controvérsias, mas como o Estatuto aprovado, na ocasião, era provisório e seria reformulado no 1º Congresso da Central, o debate mais intenso ocorreu neste último congresso. Várias propostas foram apresentadas e o item que polarizou as posições referia-se ao critério de filiação à CUT.

Desde o final da década de 70, os problemas relacionados à estrutura sindical oficial brasileira vinham obtendo especial atenção dos sindicalistas “combativos”, sobretudo daqueles ligados à oposição sindical e/ou à esquerda organizada. Embora parte desses setores tivesse - a par da experiência (considerada positiva) dos “Autênticos” no interior da estrutura sindical - reavaliado o papel do sindicato oficial na organização e luta dos trabalhadores não havia, contudo, abandonado a idéia de desmontá-lo, ainda que agindo no seu interior. Esses setores viram na criação da CUT, uma oportunidade para iniciar a edificação de um sindicalismo livre e independente e, neste sentido, propuseram uma série de medidas. O critério de filiação à CUT era um elemento importante nesta discussão, uma vez que poderia permitir à central edificar-se à revelia da estrutura sindical oficial.

Uma das propostas relativas a filiação na central apresentada, no 1º CONCUR, defendia a filiação individual como forma de abarcar a totalidade da classe trabalhadora sem o risco de excluir aquelas categorias cujos sindicatos não se identificassem com a CUT. Diz a proposta: “A construção da Central Única dos Trabalhadores foi uma conquista, ao representar um avanço na organização política da classe trabalhadora. Porém, hoje temos

uma direção que não tem o que dirigir (...). Havia uma estratégia que foi por terra. Primeiro porque os pelegos recusaram-se a unificar os dirigentes sindicais. Segundo porque a CUT, por conta de seu sistema de relacionamento com as bases, perdeu os sindicatos que poderiam sustentá-la e não tinha uma estrutura alternativa para se manter. Ainda que hoje os trabalhadores estejam retomando seus sindicatos, passou-se um ano sem sua sustentação maior.

“O estatuto aprovado para a CUT não contempla a filiação da base, nem relacionamento com as comissões de fábricas já que apenas sindicatos e associações podem, na prática, se filiar. Ficou muito fácil para o governo controlar as centrais. Basta promover a intervenção e a cassação das diretorias que estivessem dando sustentação à CUT, no momento em que o governo decidir que a CUT está incomodando.”⁵²

Outros agrupamentos sindicais, presentes ao 1º CONCUT, embora divergissem da filiação individual, discordavam também do Estatuto da CUT, com relação a esse item, nos termos em que fôra aprovado no CONCLAT/83 e sugeriram a filiação à Central por categoria e não por sindicatos. “A CUT deve estar aberta à participação de todas as categorias. Acharmos que o atual critério de participação na CUT restringe e exclui da participação mais de 50% dos trabalhadores brasileiros. Isso porque, hoje muitíssimos sindicatos estão dominados por direções pelegas que boicotam a participação de suas categorias na CUT com mil manobras.

“A CUT até hoje tem tentado superar esse obstáculo. A CUT, neste sentido, permite a participação, na sua direção, de membros de oposição ou representantes de base. Mas isto não garante a participação destas categorias na construção e na aplicação do plano de

52 - Cf. A CUT Hoje.in A Caminho da CUT Pela Base. op.cit....

luta da CUT.

“Precisamos de um processo de massa que garanta a participação dos trabalhadores das várias categorias na vida da CUT. Esse processo não pode ser individual, deve ser coletivo. (grifos no original). É preciso permitir que milhares de trabalhadores participem do processo de construção e sustentação, inclusive financeira da CUT.”⁵³

Tanto a proposta de filiação individual quanto de filiação por categoria foram rejeitadas no CONCUR/84. A proposta, defendida pelos grupos ligados à direção da central, de filiação a partir das entidades sindicais - dando margem à participação das oposições sindicais - foi vencedora.

Apesar de o item sobre a filiação à central estar diretamente vinculado a opção de relacionamento com a estrutura sindical oficial, este último tema foi tratado separadamente. Aprovou-se no 1º CONCUR uma série de princípios que deveriam orientar a discussão acerca da criação de uma nova estrutura sindical.⁵⁴ A partir da discussão desses princípios a CUT ensaiou algumas alternativas à estrutura sindical brasileira criando, por exemplo, os departamentos (de metalúrgicos, bancários, químicos etc.) que deveriam substituir o sistema

53 - E o documento contém a seguinte proposta: “Nas categorias onde a diretoria não quer participar da CUT, a filiação dos trabalhadores desta categoria deve ser um processo em massa. Para isso é preciso um trabalho de vários meses desenvolvido por um núcleo inicial ligado à CUT-Regional. Esse núcleo desenvolverá um trabalho de massa (*site*) para garantir a filiação de um número mínimo de trabalhadores que coletivamente se filiarão à CUT.” Cf. Filiação Coletiva à CUT, Nas Categorias Onde A Direção Sindical É Contra A CUT. Documento apresentado ao 1º Congresso da CUT por um grupo de metalúrgicos de São Paulo.

54 - De acordo com estes princípios, a Direção Nacional da CUT deveria preparar um anteprojeto com base nas diferentes teses já existentes e sugestões recolhidas da base até 31 de janeiro/1985. O anteprojeto deveria ser enviado à todas as CUTs regionais para serem discutidos até dia 31 de março/1985. As CUTs estaduais, com base no anteprojeto e nas propostas apresentadas pelas CUTs regionais deveria discutir e apresentar propostas até 30 de setembro/1985 e enviá-las para a direção nacional, órgão ao qual caberia criar condições para implantação de tal estrutura sindical a nível nacional. A estrutura sindical que seria criada a partir destas discussões deveria ser democrática, classista e de luta, com liberdade e autonomia sindical e organizada por ramo de produção. Cf. Por Uma Nova Estrutura Sindical. in Ao 1º Congresso Nacional da CUT ...op.cit.pp.4

de Federações e Confederações. No entanto, ao optar por estruturar-se sobre os sindicatos submetidos a esta estrutura, a CUT já havia previamente comprometido sua independência e autonomia.⁵⁵

De qualquer forma algumas controvérsias, enfocando a questão da estrutura sindical oficial, marcaram presença no 1º CONCUT. As relações sindicato/partido, sindicato/Estado, sindicato greve, sindicato/democracia, sindicato/base etc. constituem-se temas polêmicos que sempre permearam o desenvolvimento do movimento sindical em geral e, portanto, acompanharam também o processo de formação da CUT. Em especial dois desses aspectos figuraram (e figuram), com destaque, nos debates ideológicos travados no interior da Central e também, nos debates acadêmicos, são eles: o problema da estrutura sindical atrelada ao Estado e a questão da necessidade de elaboração de uma política sindical cutista que aponte alternativas para os trabalhadores na sociedade brasileira.

55 - A esse respeito, Armando Boito ressalta que: "A criação da CUT, em 1983, dá-se num quadro em que a sua força dirigente já caminhava para opção de integrar-se ao sindicato oficial. O Congresso de Fundação derrotou as propostas que previam alguns tipos de filiação à CUT por fora da estrutura sindical oficial, para os trabalhadores cujos sindicatos oficiais estivessem controlados por pelegos. O III Congresso da CUT, em 1988, reforça essa integração ao diminuir a representatividade das oposições sindicais nos congressos da Central. A CUT é hoje parte da estrutura sindical oficial. Sua única opção de crescimento é eleger correntes cutistas nos sindicatos oficiais rivais para incorporá-los à CUT.

"A CUT, portanto, está, ou pelos menos, suas correntes majoritárias estão sob o impacto da ideologia do legalismo sindical (...). De 1983 até o presente, a CUT vem, ao nível do discurso, promovendo sucessivas fissuras na ideologia da legalidade sindical. No Congresso de Fundação, de 1983, aprovam-se resoluções que apresentam apenas declarações genéricas de defesa da liberdade e da autonomia sindical. No I CONCUT, de 1984, dá-se um passo a frente. A plataforma de luta aprovada no Congresso apresenta como objetivo a revogação do Título V da CLT - que é onde se encontravam, na época, as normas que impunham a unicidade sindical e as contribuições sindicais compulsórias (...). O grande avanço, ao nível do discurso cutista, vem, contudo, as resoluções sobre a estrutura sindical aprovada no II CONCUT, em 1986. Pela primeira vez, três anos após a sua formação, a CUT declara, em documento oficial aprovada em Congresso, ser contrária a unicidade sindical, definida, no documento, como sendo o sindicato único imposto por lei. É esse tipo de declaração que começa a superar, pelo menos ao nível do discurso as formulações genéricas em defesa da autonomia sindical (...). O problema é complexo, contudo, porque essas formulações do discurso cutista, que sugerem uma evolução em direção a superação da ideologia da legalidade sindical, estão em contradição com diversas propostas específicas da CUT para o movimento sindical, e, principalmente, estão em contradição com a prática efetiva do sindicalismo cutista." Cf. BOITO, Armando. *Reforma E Persistência Da Estrutura Sindical*, in BOITO, Armando. (org.) *O Sindicalismo Brasileiro Nos Anos...* . op.cit.pp.80 e 81.

Na verdade, ambos os temas estão interligados, uma vez que a problemática que envolve a estrutura sindical brasileira atravessa toda a discussão acerca da opção ideológica da CUT. Os agrupamentos que se opõem à política da facção dirigente da Central, por exemplo, acusam-na de utilizar-se dessa estrutura para limitar a democracia interna e a ingerência da *esquerda socialista* na entidade. Isto é, ao adotar o critério de filiação a partir dos sindicatos e ao restringir a participação das oposições sindicais, por exemplo, a tendência majoritária da CUT estaria buscando fortalecer e consolidar sua proposta política *reformista*, mediante a exclusão *burocrática* daqueles setores mais à esquerda.

É interessante notar que no 1º CONCUR este tipo de crítica à facção dirigente da Central já se fazia presente, como se pode constatar no seguinte texto: “A principal discussão, hoje, no movimento sindical, cujo desfecho deverá ocorrer no CONCUR (...), é sobre a filiação direta dos trabalhadores à CUT.

“Há alguns sindicalistas que são terminantemente contrários à filiação direta. Aham que apenas os sindicatos, associações, federações e confederações devem filiar-se à CUT. Isto significa acreditar em construir uma Central de Trabalhadores que passe pela estrutura sindical fascista e anti-operária, tornando-se um apêndice da mesma. Outros colocam algumas questões - equivocadas, por sinal - que não contemplam a filiação como avanço dos trabalhadores na sua organização e mobilização: somente a discutem em função do controle da Central, que pode vir a ser exercido caso a CUT acolha a filiação direta dos trabalhadores.

“As questões que estão colocadas por esses setores conduzem mais para um confronto com as tendências políticas que, segundo tais colocações, começariam a filiar e organizar o trabalhador fora do sindicato, com o objetivo apenas de influir na CUT. Com esse nível de questão, o que está realmente apresentado, e não discutido, é a hegemonia

dentro da Central Única dos Trabalhadores. E o que se percebe com esta argumentação é o medo se perder o controle de uma organização de trabalhadores que se está ainda implantando, embora não esteja no meio dos trabalhadores, ou seja, na boca do povo. É inadmissível essa argumentação devido a grande penetração dos membros da direção da CUT no meio da classe.”⁵⁶

No 1º CONCUR (e nos posteriores congressos da entidade) os grupos minoritários não conseguiram aprovar as propostas que visavam iniciar o desmonte da estrutura sindical oficial e garantir a participação dos trabalhadores, independentemente da opção de seus sindicatos, nas decisões da Central. Não conseguiram, tampouco, quando de posse da *máquina* sindical, realizar um sindicalismo substancialmente diverso daquele praticado por aqueles grupos os quais criticavam. Atuaram (e atuam) nos sindicatos a que tiveram acesso usufruindo das *vantagens* que a estrutura sindical oferece: Imposto Sindical, Investidura, Contribuição Sindical etc. Não evoluíram, portanto, mais que os “Autênticos”, neste aspecto.

Seria difícil avaliar se as forças minoritárias da CUT - caso conseguissem compor maioria nas instâncias decisórias da Central e não apenas atuassem como eventuais direções de sindicatos isolados - imprimiriam outras características organizativas à entidade, de forma torná-la autônoma, livre e mais democrática. Mesmo porque, ao nível do discurso a vertente majoritária também se reivindica favorável à democracia, contra a estrutura sindical atrelada ao Estado e integrada ao objetivo socialista.

De todo modo, o problema referente ao papel que a CUT deve desempenhar na sociedade brasileira - com todos os elementos a ele relacionados (manutenção da estrutura

56 - Cf. *Sindicalistas e a Filiação Direta dos Trabalhadores à CUT. Contribuição ao 1º CONCUR, 1984.*

sindical, democracia interna, relacionamento com as bases etc.) - já estava presente no 1º CONCUT dividindo as posições. Decidir sobre questões de ordem prática, tais como construir a CUT tendo como base os sindicatos oficiais e restringir, ou não, a participação das oposições sindicais nos CONCUTs, implicava numa opção com relação a finalidade, ao objetivo estratégico dessa entidade. Por isso, em torno dessas questões mais diretamente vinculadas a forma organizativa da CUT, os vários agrupamentos cutistas foram definindo-se e amadurecendo suas posturas para, depois, explodirem em divergências.

No 1º CONCUT, as diferenças na forma de conceber a política sindical, entre os vários grupos cutistas - secundarizadas por um breve espaço de tempo - reemergiram tímida, mas definitivamente. Um ano depois, no 2º Congresso Nacional da Central, já se falava abertamente, no interior da CUT, na atuação de dois blocos opostos: o bloco comandado pela executiva nacional e o bloco *classista*. O *Bloco Combativo* já não existia mais, havia se fragmentado em vários setores que reagrupavam-se em redor de propostas, por vezes, radicalmente distintas. Nos congressos estaduais que precederam o 2º CONCUT, as discordâncias já estavam fortemente colocadas e esse congresso só veio referendá-las.

O 2º CONCUT/86

Algumas polêmicas que caracterizaram o 2º Congresso Nacional da CUT já se faziam notar nos congressos estaduais (CECUTs) e regionais que o precederam. No 2º Congresso Regional da CUT/Grande São Paulo, por exemplo, verificou-se a presença de algumas divergências políticas, as quais vinham se estruturando no interior da Central desde o seu 1º

Congresso Nacional. Tais divergências, cuja natureza extrapolava as motivações locais, projetaram-se para o 2º Congresso Estadual da CUT/SP⁵⁷, onde a polarização das posições tornou-se inevitável. A representatividade de ambos os pólos que configuraram-se neste Congresso Estadual, evidenciou a existência de uma divisão objetiva de opiniões acerca do papel a ser desempenhado pela CUT na luta dos trabalhadores. Temas como: dívida externa, Constituição brasileira, democracia operária e socialismo foram abordados sob perspectivas bastante distintas.⁵⁸

Acerca da dívida externa, a tese apresentada ao 2º CONCUR/86, pela Executiva da CUT estadual/SP (estritamente vinculada à direção nacional da entidade) defendia que a luta dos trabalhadores, com relação a este problema, deveria incluir a *união dos governos dos países devedores*". Discordando desta posição, a tese intitulada *CUT pela Base* argumentava que seu conteúdo previa "... uma mudança nas relações de troca dos países imperialistas, bem como a cooperação econômica entre países capitalistas atrasados"⁵⁹. Tratava-se, de acordo com a tese *CUT pela Base*, de uma política que colocava "...a luta imperialista sob a direção da burguesia [abrindo] um campo de cooperação entre o movimento operário e os governos burgueses que [realizavam] demagogia em torno da dívida externa"⁶⁰.

No tocante a Constituição brasileira, a diferença de enfoque também não deixava

57- O 2º Congresso da CUT estadual de São Paulo, realizou-se em São Bernardo do Campo, nos dias 4, 5 e 6 de julho de 1986.

58- Cf. 2º Congresso da CUT/SP. *As Divergências no Movimento Operário*, in *Luta Sindical*, 1986, pp.6.

59- *Ibid.*, pp.6

60- *Ibid.*, pp.6

dúvidas sobre as discordâncias. A tese da *CUT pela Base* criticava aquilo que considerava “... o eixo central da tese da Executiva Estadual...”: a luta pela participação dos trabalhadores “...entendida como forma de modificar a correlação de forças e o caráter antidemocrático da constituinte”. Para os setores agrupados em torno da tese *CUT pela Base* “... os parlamentares comprometidos com os interesses dos trabalhadores [deveriam] voltar sua atenção prioritariamente para estimular e fazer avançar a luta concreta desses trabalhadores.”⁶¹

Quanto a democracia operária - examinando esta questão também sob a ótica daqueles que opunham-se à Executiva estadual - a principal divergência verificada neste CECUT/SP referia-se a proposta de alteração nos Estatutos da Central. A CUT estadual, em consonância com a direção nacional, estaria defendendo mudanças nos Estatutos da entidade com vistas a eliminar a proporcionalidade dentro das executivas regionais, estaduais e nacional, visando assegurar o controle da direção da Central. Também, com este objetivo, a Executiva da CUT estadual/SP pretenderia aprovar uma proposta de ampliação dos prazos entre um congresso nacional e outro. Nas palavras de um participante do CECUT/SP, identificado com as posturas da tese *CUT pela Base*: “Tanto uma proposta como outra visam assegurar o controle da direção da CUT pela facção majoritária, com a exclusão das minorias divergentes, e limitar a influência das bases sindicais sobre a direção das centrais (regionais, estaduais e nacional). Trata-se de uma proposta da maior gravidade que, se aprovada no Congresso Nacional, representará um claro retrocesso na construção da CUT como organização de luta baseada na democracia operária.”⁶²

61- *Ibid.*, pp.7

62- *Ibid.*, pp.7

A proposta da direção da CUT, de alteração nos Estatutos da Central, não chegou a ser apresentada ao 2º Congresso Nacional da entidade, mas a questão da luta pelo socialismo, embora tenha sido polêmica nos CECUTs, foi tratada com ênfase neste Congresso Nacional. No 2º CECUT/SP, alguns setores agrupados em redor da tese da direção executiva estadual, colocaram-se contra o posicionamento da CUT à propósito deste tema. Argumentavam que esta era uma questão a ser tratada pelo *partido* e que não cabia a uma central sindical posicionar-se a respeito, a não ser de maneira formal e genérica.⁶³

Contraopondo-se a esta idéia defendida pela direção Executiva da CUT/SP, o agrupamento opositor fez a seguinte análise: “No 2º Congresso Regional da Grande São Paulo este foi o centro do debate (...) e de todo debate posterior, tanto no movimento sindical como nos encontros sindicais do PT. A recusa em que a CUT coloque como sua perspectiva estratégica o socialismo e o governo dos trabalhadores, configura claramente uma tendência oportunista que pretende circunscrever a luta sindical aos limites das instituições do Estado burguês, retirando-lhe seu potencial revolucionário.

“Este conjunto de divergências (...), caracteriza claramente (...), duas perspectivas opostas no interior da CUT, onde o setor classista luta por formular um programa de caráter revolucionário para servir de base à construção de um organismo de luta dos trabalhadores que seja capaz de superar as limitações economicistas e corporativas da luta sindical.”⁶⁴

Com este nível de divergência - já cristalizada e exposta no 2º CECUT/SP - abriu-se o 2º Congresso Nacional da entidade. O período inaugurado com a criação desta Central foi marcado pela vitória do sindicalismo/CUT - no que se refere a seu acesso a importantes

63- *Ibid.*, pp7

64- *Ibid.*, pp7

sindicatos antes dominados por pelegos - e pela fundação de várias CUTs Estaduais e Regionais. Em 1986, a CUT estava implantada nos principais pontos do país. Seu significativo crescimento e sua implantação em várias regiões, ampliaram também as polêmicas em seu interior, uma vez que suas diferentes forças constitutivas passaram a ter representação própria em suas instâncias.

O 2º CONCURT abarcou essas polêmicas e dirimiu dúvidas sobre as divergências, na medida em que neste Congresso as vertentes cutistas expuseram, sem receio e claramente, suas diferenças e discordâncias, ao apresentarem três chapas para concorrer à direção da Central. Este Congresso, tal qual a 1ª e o 2º CONCLATs e o 1º CONCURT, reuniu mais de cinco mil trabalhadores da cidade e do campo⁶⁵ e contou com acalorados debates, sobretudo em torno do tema socialismo. As Resoluções deste Congresso contemplaram também todas aquelas questões abordadas nos encontros anteriores (CONCLATs e 1º CONCURT) :

Sobre a Conjuntura Política e Econômica do País: O Congresso posicionou-se a favor da realização de “Campanhas em defesa das estatais; campanha de denúncia dos crimes contra diretores sindicais; campanha em defesa da liberdade de organização; campanha pelo não pagamento da dívida externa” e também pela “democratização da ação do Estado, combate ao pacote econômico do governo e ao confisco de salário; pela participação dos trabalhadores na Constituinte, pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores” etc.⁶⁶

65- “Estiveram presentes neste encontro 5.564 delegados, sendo 3.923 de base e 1.641 de diretoria, o que significa cerca de 70% e 30% respectivamente. A participação dos sindicatos de Trabalhadores Rurais chegou a 35% do total do congresso, os Trabalhadores Industriais perfazem aproximadamente 21% e o setor de serviços conta com 26% do conjunto dos delegados.” Cf. RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores ...op.cit.pp.107*

66- Cf. Resoluções do 2º Congresso. Caderno Especial, Agosto de 1986.

Sobre a Estrutura Sindical: Determinou os princípios básicos para uma nova estrutura sindical com o seguinte objetivo : “Todos nós concordamos que a estrutura sindical fascista que está aí deve ser extinta . Todos nós concordamos que, por outro lado, devemos criar uma estrutura sindical que esteja de acordo com a vontade, interesses e necessidades organizativas dos trabalhadores. A nova estrutura sindical não deve permanecer no papel. Nosso objetivo é desencadear um processo que garanta sua real implantação. Nosso esforço, portanto, deverá caminhar no sentido de criar todos os mecanismos e condições para implantar a nova estrutura sindical. Este foi o espírito da Resolução do 1º Congresso Nacional da CUT ...”⁶⁷

Sobre o Estatuto da CUT: Introduziu-se algumas alterações sem maiores consequências. Foram abordadas ainda questões relativas ao salário, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho sem redução salarial, salário desemprego, etc.

Alguns pontos contemplados nestas Resoluções foram tratados no Congresso, de 1986, em clima tenso. Aqueles aspectos que haviam polarizado as posições no 2º CECUT/SP, permaneceram dividindo a militância da CUT neste 2º Congresso, sob a mesma argumentação apresentada anteriormente.

Em dois aspectos a esquerda da CUT (*bloco classista*) obteve importante vitória: a CUT optou formalmente pelo socialismo (assunto que havia suscitado polêmica no CECUT/SP) e a proposta de alteração nos Estatutos da Central - cujo o conteúdo comprometeria a participação das oposições sindicais nos congressos da Central - nem chegou a ser colocada ao Congresso, posto que sentiu-se que seria derrotada.⁶⁸

67- *Ibid.*, pp.47

68 - A esse respeito, Iram Jácome assinala o seguinte: “Este congresso teve significado muito grande para os debates no interior da CUT. Nesse aspecto, poderíamos dizer que a esquerda

No que tange a estrutura sindical brasileira, o fato de não haver um só documento produzido pelo ENOS, ENTOES, ANAMPOS e pela própria CUT, que não contemple o problema da atrelamento sindical ao Estado, e a constatação de que a bibliografia ao analisar o sindicalismo brasileiro, o faz, em sua maioria, referindo-se frequentemente à sua estrutura organizativa atrelada, sugerem que este elemento seja decisivo para o sindicalismo/CUT.

Como vimos, no 1º CONCUR a facção dirigente da Central conseguiu fazer com que o Congresso rejeitasse as propostas que visavam possibilitar a construção da entidade à margem da estrutura sindical oficial, excluindo, com isso, um largo contingente de trabalhadores submetidos à diretorias não identificadas com a CUT. Também, no 2º CONCUR, a vertente majoritária ensaiou introduzir algumas mudanças nos Estatutos da Central visando claramente restringir a participação das oposições sindicais (mudanças posteriormente aprovadas no 3º CONCUR). Mais tarde, adiantando-se aos obstáculos que uma eventual extinção do Imposto Sindical poderia acarretar às suas finanças, vários sindicatos filiados à CUT lançaram mão da taxa assistencial compulsória⁶⁹. Enfim, uma série

socialista teve um peso significativo nesse encontro. Não foi apenas a inserção da defesa de uma sociedade socialista nas resoluções (grifo do autor) desse encontro que mostrou a força dos setores mais à esquerda. Outro ponto importante se relacionava com as modificações dos estatutos propostas pela tendência majoritária. Aparentemente, a esquerda contratualista sentia que seria difícil, naquele momento, aprovar tais modificações, que iam na direção de transformar a CUT numa central, de fato, de sindicatos, com uma estrutura verticalizada e dando espaço de tempo maior entre um congresso e outro: ao invés de dois anos, passaria para três, bem como diminuía radicalmente a participação das oposições sindicais, à medida que criava uma série de dificuldades à presença desses ativistas. Isto representava, em última instância, relativizar a influência da esquerda socialista no interior da central." Cf. RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores ...* op.cit.pp.

69 - A cobrança da taxa assistencial pelos sindicatos é uma expediente utilizado para auferir fundos, que em essência não se diferencia do antigo imposto sindical. Enquanto direito, garantido por lei aos sindicatos, a cobrança desta taxa data de 1988, a partir da promulgação da Constituição brasileira. Contudo, já vinha sendo cobrada há mais tempo, por decisão em assembléia das categorias profissionais. Veja-se BOITO, A., *O Sindicalismo de Estado no Brasil*, op.cit.

de expedientes intrínsecos à estrutura sindical atrelada ao Estado, foram (e são) utilizados pela CUT, e pelos sindicatos a ele filiados, e, na prática, inviabilizam a autonomia e liberdade sindical por ela defendida.

Alguns setores minoritários atribuem à corrente majoritária da Central a responsabilidade por essa situação. Argumentam que suas propostas (da vertente majoritária) objetivam limitar a influência da base de trabalhadores e das oposições sindicais no interior da Central, com vistas a manter-se majoritária. Ou seja, a facção dirigente estaria priorizando aqui, o relacionamento da CUT com o sindicato oficial, em detrimento de suas bases - através de atitudes *burocráticas* - com o objetivo de garantir sua condição majoritária sustentada pelos sindicatos à ela aliados. Na medida em que a CUT foi reafirmando e se *beneficiando* da estrutura sindical oficial, várias críticas à sua atuação surgiram. Tais críticas incluem o comportamento das vertentes minoritárias da Central⁷⁰ - quando estas atuam em sindicatos -, mas referem-se principalmente à sua vertente majoritária.

Os agrupamentos que se opõem à direção da CUT vinculam as propostas defendidas por esta direção - no tocante a estrutura sindical - ao seu posicionamento político *reformista*.⁷¹ Assim, referindo-se a trajetória dos "Autênticos"/Articulação, um documento

70 - As tendências mais à esquerda da CUT, não atuam, quando de posse do sindicato oficial, de forma essencialmente diferente da corrente majoritária. Algumas delas fazem, inclusive, uma autocrítica buscando apreender as causas dos limites de sua ação sindical. À título de exemplo: "... o método cupulista de ação está presente na prática de todos as correntes que atuam dentro da CUT. Ele é fruto não rompimento com a estrutura sindical corporativa e atrelada ao Estado que, entre outras coisas, criou enormes aparelhos sindicais, extremamente burocratizados." Cf. Unir a Cidade e o Campo numa CUT de Classe e de Luta. in: Tese ao 4º CONCUR, dezembro de 1991, pp.33.

71- Para os grupos minoritários da CUT, a adesão desta Central à estrutura sindical oficial, ocorreu principalmente dado o esforço da corrente majoritária em mantê-la no sentido de realizar seus interesses, como demonstra o seguinte texto: "Sete anos de CUT são o suficiente para provar que o caminho adotado pela Articulação, que vê a CUT como central de sindicatos, e portanto que não tem papel determinante para a transformação socialista da sociedade brasileira, leva a CUT para a burocratização, para a administração dos conflitos de classe, para o esforço do

produzido em 1.991 faz a seguinte análise:

“Na sua origem, a CUT já trazia uma discussão sobre a estrutura sindical. Naquela ocasião, praticamente todas as correntes opinião dentro da CUT eram unânimes na crítica ao corporativismo, ao atrelamento e dos limites da estrutura sindical brasileira. Aliás, um dos principais motivos do racha com os setores que depois formaram a CGT era a participação dos delegados de oposições sindicais, que poderiam ser eleitos para o Congresso da CUT caso as direções de seus sindicatos não convocassem assembléia para isso.

“Mas a própria crítica à estrutura sindical brasileira na verdade tinha muitos limites, ou seja, não era acompanhada de uma prática sindical que buscasse romper com a estrutura corporativa e cupulista. O próprio sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que surgiu como modelo de sindicalismo combativo contra o peleguismo tradicional, apresentava as contradições do sindicalismo atrelado ao Estado burguês (...).” O documento conclui reportando-se às razões que levaram o movimento sindical a divisão, em 1.983, e afirma que tal cisão não ocorreu em função de princípios segundo os quais as oposições sindicais deveriam ter democraticamente um espaço na CUT, mas sim em função “...de que seus delegados, eleitos na base, seriam fundamentais para determinar quem

corporativismo, para a exclusão da massa trabalhadora das decisões e para tornar a CUT um instrumento dócil e perfeitamente adaptável ao sistema de exploração em que vivemos. Tudo isso são fenômenos que não ocorrem de forma isolada. É o fruto da concepção e prática política de que sindicato e central são instrumentos para a reivindicação e as conquistas meramente econômicas da classe trabalhadora. Ora, excluir o caráter classista da CUT e do movimento dos trabalhadores é abrir portas para o carreirismo e outras práticas políticas que verificamos hoje dentro da própria CUT.” Cf. Unir a Cidade e o In: Tese para o 4º CONCUT, op.cit, pp.33. Ou ainda como analisa uma outra tese: “A Articulação em São Bernardo não segue a tradição democrática da própria CUT. Não há proporcionalidade na eleição dos delegados para o congresso da CUT, regra seguida em geral pelos sindicatos da Central. É preciso resgatar os princípios democráticos que nortearam a fundação da CUT, em franca oposição à prática burocrática dos pelegos que dominaram durante décadas o sindicalismo brasileiro.” Cf. Convergência Socialista Sindical, in: Tese para o 4º CONCUT, Setembro de 1991, pp.44. Cf. Unir a Cidade ... op.cit, pp.32.

teria maioria e quem teria minoria no Congresso de fundação da Central.”⁷²

De fato, no início da década de 80, aqueles setores alinhados com o sindicalismo “Autêntico” discordavam da *Unidade Sindical*, e seus aliados, fundamentalmente quanto ao posicionamento destes em relação a estrutura sindical brasileira, e defendiam a democracia sindical e a participação das bases em seus órgãos de representação. Qualificavam de *Reformistas* a atitude de apego às decisões de cúpula e a *máquina* sindical, presente na *Unidade Sindical* que tinha, segundo os “Autênticos”, “...como ponto de partida e base de organização dos trabalhadores a própria estrutura sindical: Confederação, Federação, sindicatos sob controle.”⁷³

E esse agrupamento sindical - crítico à *Unidade Sindical*, com relação ao apego desta à estrutura sindical oficial - ao qual coube a direção e a execução das propostas e plano de lutas aprovados por mais de cinco mil delegados, tanto no CONCLAT/83 quanto no 1º CONCUT, - chega ao 2º CONCUT sofrendo críticas cujo conteúdo pouco se diferencia daquele contido nas críticas, as quais outrora destinavam ao *Bloco Reformista*: sindicalismo burocrático, antidemocrático reformista etc. Em sua trajetória, ao longo do processo de construção da CUT, propôs e obteve vitória em questões como: a edificação da Central sob as entidades sindicais *sob controle* (1984); a restrição da participação das oposições sindicais; portanto das bases nas instâncias decisórias da entidade (1988) e a rejeição da proposta de *proporcionalidade qualificada* (1991) .

Em 1986, no 2º CONCUT, esse agrupamento cutista majoritário obteve também vitória com relação a composição da direção da Central. Saiu derrotado, no entanto, no

72- Ibid. pp.32

73- Cf. ANAMPOS, *Duas Propostas de CUT*. “Diferenças ... op.cit.pp.3.

plano ideológico, pois esse Congresso aprovou, à revelia de sua resistência, a proposta de inserção da CUT na luta pelo socialismo.

Ressalte-se que o 2º CONCUT contou com a participação de delegados majoritariamente de base, fato que talvez explique, em partes, a vitória da minoria socialista com relação ao objetivo político da Central. Como destaca Jácome: “É interessante observar que este II CONCUT foi o que contou com a maior presença de delegados da base: mais de 70% dos representantes com direito a voto eram delegados de base, contra aproximadamente 66% no I Congresso e cerca de 51% no II CONCUT. Este fato aliado à conjuntura em que vivia o movimento sindical em 1986 quando da realização desse Congresso - às vésperas das eleições constituinte - talvez nos ajude a entender essa virada mais a esquerda da Central Única dos Trabalhadores no II CONCUT.”⁷⁴

O Congresso de 1986 marcou, então, uma orientação à esquerda da CUT e aprovou uma Resolução que declarava “... como compromisso histórico da CUT: impulsionar a luta sindical dos trabalhadores na perspectiva de construir uma sociedade socialista.”⁷⁵ E afirmou que “A CUT faz avançar a luta de classe quando consegue articular a luta econômica com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe e apontar para a construção de uma sociedade socialista.”⁷⁶

Entretanto, como vimos, esta resolução não tem sido, ao longo história da CUT,⁷⁷ assimilada e acatada integralmente, pela totalidade de seus membros. Também alguns

74- Cf. Rodrigues, Iram Jácome. *Trabalhadores...* op.cit.pp.111.

75- Resoluções do II Congresso Nacional da Central... op.cit.pp.6.

76- *Ibid.*pp.7.

77- Conforme já se fez referência na primeira e terceira partes deste trabalho, alguns dirigentes da CUT rejeitam o caráter socialista da Central aprovado no 2º CONCUT. Ver páginas 32 e 96.

estudiosos ao refletirem acerca do projeto político da CUT, procuram desautorizar esta Resolução congressual. Neste sentido, o trabalho de Leôncio Martins Rodrigues, por seu conteúdo polêmico, merece ser mencionado nesta ocasião.

Leôncio M. Rodrigues ao procurar explicar o teor ideológico da CUT, reporta-se as questões da caráter geral e específico do sindicalismo contemporâneo. Considera, então, inviável a sobrevivência de um sindicalismo de perfil socialista na atualidade, uma vez que o amadurecimento do movimento sindical de um modo geral, cria necessidades as quais o projeto socialista se opõe. Avalia que nas sociedades democráticas o desenvolvimento e consolidação do sindicalismo implica numa ampliação de sua parte institucional e conseqüentemente, num fortalecimento de seu lado mais pragmático.

Especificamente a propósito da Central Única dos Trabalhadores, o autor compreende que a presença do ideário socialista em seu interior se liga à motivação anti-capitalista que move determinados setores constituídos por assalariados médios intelectualizados. E, analisando o comportamento político destes grupos, argumenta que sua proposta convivem hoje com elementos (sindicalismo corporativo, crise ideológica do Leste europeu, democratização da sociedade brasileira etc.) que as inviabilizam por completo. Observa ainda que a *retórica radical* alcançou, no Brasil, nas décadas de 60 e 70, algum grau de legitimidade e penetração devido a luta contra a ditadura militar e pela consolidação do processo democrático, mas que ao final desta, seu poder mobilizatório esvaziou-se.

Conclui, Leôncio M. Rodrigues, que há uma tendência geral de declínio da ideologia socialista, a qual deverá manifestar-se também na CUT. De tal forma que para que esta Central possa exercer efetivamente um papel na defesa dos trabalhadores deverá superar sua fase de predominância do ideário socialista. Nas palavras do autor: "A CUT, como as demais instituições da sociedade brasileira, sofrerá impactos de uma próxima década

carregada de incertezas.⁷⁸ Para sobreviver numa situação de mudanças as instituições necessitam aumentar sua capacidade de adaptação, o que exige, antes de tudo, flexibilidade nos objetivos e mobilidade de atuação. Nas condições atuais, isso significa menos dogmatismo e mais pragmatismo.”⁷⁹

Leôncio M. Rodrigues constata ainda que através da vertente majoritária da CUT (Articulação), já se manifesta uma forte tendência a ampliação e fortalecimento de uma concepção não socialista na Central, a qual permitirá sua consolidação enquanto entidade sindical capaz de dialogar e negociar com o patronato e o governo dentro dos parâmetros de uma economia de mercado.

Das teses centrais defendidas pelo autor, interessa reter, neste momento, aquela que se refere à composição da ala socialista da CUT. O autor sugere que o perfil socialista constitutivo da Central (até o 2º CONCUT/86, pelo menos), se relaciona com a presença, no interior da entidade, dos assalariados médios e intelectualizados, em geral, procedentes do movimento estudantil. Inúmeros documentos relativos a Central trazem dados que permitem questionar tal afirmativa. Porém, para dar forma concreta ao questionamento, a exposição de fatos referentes ao 2º CONCUT será suficiente para esclarecer sobre a discordância.

Com efeito, por ocasião do seu 2º Congresso, a Central Única dos Trabalhadores vivenciou seu momento de maior e mais intensa manifestação socialista, sem que para tanto os assalariados médios constituíssem a maioria dos Congressistas. Na verdade, o 2º CONCUT caracterizou-se enquanto congresso de massas onde a representação de base se fez majoritária, sendo distribuído da seguinte forma: Setor Rural (com grande índice de

78- Leôncio M. Rodrigues refere-se a década de 90, uma vez que este trabalho foi publicado em 1990.

79- RODRIGUES, Leôncio Martins. CUT: Os Militantes... op.cit.pp.10

analfabetismo) = 366 entidades (36,06%) = 1.953 delegados(35,10%); Trabalhadores da Indústria = 182 entidades (17,93%) = 1.201 delegados (21,59%); ao funcionalismo público e aos profissionais liberais intelectualizados coube a representação de 144 entidades (11,24%) e 76 entidades (7,55%), respectivamente 616 e 330 delegados. Ressalte-se ainda que dos 5.564 delegados presentes ao Congresso, 3.923 (70,51%) correspondia ao número de delegados de base e 1.641 (29,49%) ao número de delegados vinculados a diretorias sindicais.⁸⁰

A menção a estes dados contribui no sentido de situar o questionamento que se faz a Leôncio M.Rodrigues quando afirma que "... o hábito de botar no papel uma gama amplíssima de demandas, que devem constituir o plano de lutas da entidade, decorre, em parte, da necessidade, nem sempre manifesta, de construção de uma entidade através da afirmação de posições que diferenciam a CUT de outras centrais sindicais e, em parte, das disputas internas à própria CUT. É impossível deixar de relacionar esse aspecto á motivação anti-capitalista e anti-liberal que move boa parte dos delegados nos congressos da entidade. Apesar da presença de lideranças de origem operária, mais pragmáticas, a CUT e, em comparação com as demais centrais, uma entidade fortemente intelectualizada"⁸¹ E, também, quando o autor coloca que nos congressos está a nata dos ativistas da CUT e que neles "...se trava o confronto ideológico que exige armas intelectuais: conhecimentos, informações, domínio da teoria, ou seja, muito saber. (...) As lideranças mais intelectualizadas das associações e sindicatos de classes média, em geral mais à esquerda, assim como os delegados dos pequenos grupos radicais, alimentam a ilusão de que a aprovação de suas

80- Resoluções do II CONCUR ... op.cit.pp.72.

81- RODRIGUES, Leôncio Martins. CUT: Os Militantes... op.cit.pp.36.

teses significa a sua realização”.⁸²

A composição do 2º CONCUT não autoriza, nos parece, a conclusão de Leôncio M. Rodrigues, segundo a qual os setores médios intelectualizados seriam responsáveis pela opção socialista da Central, uma vez que este Congresso, que explicitou esta opção da entidade, contou a com a esmagadora maioria de trabalhadores de base não intelectualizados. Por outro lado, se o raciocínio deste autor se mostrasse correto, a CUT deveria, depois do 2º CONCUT, evoluir no sentido socialista - posto que o número de trabalhadores vinculados aos setores médios *intelectualizados* tendeu a aumentar em seu interior⁸³ - e não manifestar “... uma forte tendência a ampliação de uma concepção não socialista...”⁸⁴.

O 2º CONCUT foi o último grande encontro em que a esquerda da Central logrou obter importantes vitórias. Como assinala Jácome: “A partir daí, independentemente das questões políticas e organizativas, aqueles setores que poderíamos chamar de esquerda sindical ou contratualista (a Articulação e seus aliados), passam a definir mais concretamente o jogo político-sindical no interior da CUT. Foi assim no III CONCUT e, -

82- Ibid.pp.36.

83- “Os delegados do setor de serviços somados ao funcionalismo público e finanças (bancários, sobretudo) perfazem cerca de 41% do total de participantes (3º CONCUT), dado indicativo do peso das entidades de empregados de escritórios e outras categorias de classe média no interior da CUT.

“Em relação ao setores econômicos e profissionais, a comparação com o terceiro Congresso com os anteriores indica que os sindicatos do setor rural mantiveram uma participação estável: 33% no I CONCUT; 36,1% no II CONCUT e 32,4% no III CONCUT. As entidades do setor industrial tiveram um aumento constante: 15,4% no primeiro congresso; 17,9% no segundo e 20,1% no terceiro. Porém, o maior crescimento foi do setor do funcionalismo público. No primeiro congresso, as associações de funcionários públicos perfaziam somente 7,2% do total. Em 1986, quando do II CONCUT, chegaram a 11,2% e 1988 subiram para 16%. Por sua vez o setor de serviços, no seu conjunto (abrangendo aí os profissionais liberais, os bancários e as entidades do setor de transporte), esteve assim representado: 26,2% em 1984; 34,8% em 1986 e 31,5% em 1988. Comparativamente, a representação que mais cresceu foi a de funcionalismo público seguido da indústria e do serviço.” Cf. RODRIGUES, Leôncio Martins. CUT: Os Militantes... op.cit.pp.18.

84- Ibid.pp.10.

apesar das dificuldades - também no IV CONCURTO”.⁸⁵ Com o Congresso de 1986, encerra-se a fase de consolidação da CUT no país e inicia-se uma nova etapa, na qual os vários setores responsáveis pela sua criação seguirão atuando no mesmo campo, mas com posições posições nitidamente demarcadas, as quais passarão, então, a construir uma outra história. Terminava a fase de forte unidade entre a “OS” e os sindicalistas “Autênticos” e iniciava uma nova fase, na qual os embates de antes retornavam, agora com mais intensidade.

85- RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores...* op.cit.pp.112.

CONCLUSÃO

Como vimos, no início deste trabalho, o movimento de trabalhadores que emergiu no Brasil, na virada dos anos 70 para os anos 80, trouxe à tona demandas para as quais o sindicalismo então vigente não comportava respostas. O sindicalismo implementado no pós-64, ao perder sua função, cedeu lugar à uma nova qualidade política para a classe trabalhadora e, conseqüentemente, à manifestação de posturas forjadas e contidas no decorrer das décadas de 60 e 70, as quais viriam compor a área sindical brasileira nos anos 80. Indefinidas, inicialmente, estas posturas foram gradativamente demarcando seus espaços de atuação no interior do movimento sindical e dando modalidade a projetos político-sindicais radicalmente distintos. O processo de definição destes projetos políticos contou com acirradas disputas, entre os vários agrupamentos sindicais, nas quais temas relacionados à organização dos trabalhadores, à democracia sindical, à liberdade e autonomia sindical etc. ganhavam progressivamente destaque. As discordâncias acerca destes temas levaram a militância sindical à formação, em 1983, de dois blocos sindicais opostos: o *Bloco Reformista* e o *Bloco Combativo*, sendo que este último daria origem à Central Única dos Trabalhadores.

Criada, pois, em decorrência deste processo de definição e distinção de posturas - desencadeado a partir do surto grevista inaugurado em 1978, no ABC paulista -, a CUT pôde estruturar-se, mediante o esforço de várias vertentes sindicais que convergiram para este objetivo comum. No conjuntura de início dos anos 80, a união de diversas forças políticas, no empenho de criação da CUT, tornou-se possível - como já foi aqui enfatizado - devido a proximidade de propostas entre as duas grandes vertentes fundadoras da Central e, foi acelerada, sobretudo, dado a necessidade sentida por estas vertentes, de consolidar o *Bloco*

Combativo em oposição ao Bloco Reformista. Consolidados ambos os blocos, a pluralidade ideológica que cada um deles abarcou pôde, então, manifestar-se.

No que diz respeito à CUT, alguns elementos - que distinguiam, desde suas origens, os dois grandes setores sindicais urbanos que atuaram com destaque na sua fundação - reemergiram, tão logo encerrou-se o período de sua implantação, e seguiram, ao longo dos anos 80, tensionando a convivência entre os agrupamentos internos à esta entidade. Se no CONCLAT/83 as diferenças existentes no interior do bloco sindical pró-CUT, foram quase desconsideradas, em função das divergências maiores que separavam este bloco do *Bloco Reformista*, a partir do 1º CONCUT/84 elas retornaram e evoluíram a cada congresso realizado pela Central. Na verdade, no CONCLAT/83 as controvérsias a propósito da forma que deveria assumir a direção da Central (colegiada ou presidencialista), já apontavam uma diferenciação, na maneira de conceber a ação sindical e nos objetivos com relação à CUT, entre os vários agrupamentos cutistas. E, no CONCUT/84, tal diferenciação assumiu contornos mais nítidos e a militância cutista expôs, de forma mais clara, o conteúdo de suas polêmicas ao tratar, por exemplo, do tema relacionado à filiação dos trabalhadores à Central.

Mas é no 2º CONCUT/86, com a formação de três chapas para concorrer a presidência da Central, que a argumentação dos distintos agrupamentos não deixa dúvidas sobre a natureza das divergências que, a partir de então, passariam a definir os dois lados da entidade. As polêmicas que vinham sutilmente marcando o sindicalismo/CUT desde o CONCLAT/83, evoluíram e revelaram com clareza suas motivações de fundo no CONCUT/86. A menção feita ao tema socialismo, de forma absolutamente direta neste congresso, evidenciou, de certa forma, as opções ideológicas das diversas vertentes cutistas

e as colocaram em campos distintos. A partir daí, os debates travados no interior da Central passaram a ter sempre como referência este tema mais amplo.

Os setores socialistas da CUT, minoritários, passaram a atribuir às propostas elaboradas pela tendência majoritária, a partir de uma concepção não socialista, os problemas enfrentados pelo sindicalismo/CUT. Com relação a estrutura sindical oficial, por exemplo, estes setores minoritários passaram a acusar a facção majoritária de querer preservá-la com intuito de manter-se dirigente, dificultando, com isso, a realização do perfil socialista da Central.

A esse respeito, a bibliografia tem se posicionado e algumas análises vinculam também à permanência da estrutura sindical oficial brasileira a dificuldade da CUT em assumir, na prática, seu caráter socialista. Armando Boito¹, em sua obra inteiramente dedicada ao estudo do alcance e do significado da estrutura sindical brasileira, desenvolve um raciocínio segundo o qual esta estrutura sindical aparece como elemento determinante das dificuldades organizativas do movimento sindical do Brasil. De acordo com sua análise, a estrutura sindical oficial introduz o sindicato no interior do Estado (burguês), imputando-lhe, por isso, uma função desorganizadora do movimento de trabalhadores. Argumenta, o autor, que esta estrutura, criada para conter o movimento operário, pôde reproduzir-se através da *ideologia populista* que manifesta-se no campo sindical como uma *ideologia da legalidade*. Esta - traduzida pelo apego às formas legais de atuação - induz as diferentes correntes do meio sindical a aspirarem a tutela do Estado e, portanto, à aderirem ao *sindicato de Estado*. A. Boito desenvolve sua tese buscando demonstrar o papel desta ideologia na reprodução do *sindicato de Estado* e os limites que este impõe à prática sindical ao imprimir-

1- BOITO JÚNIOR, Armando. O Sindicalismo de Estado no Brasil... op.cit.

lhe um efeito desorganizador da luta dos trabalhadores.

Ao referir-se ao movimento grevista brasileiro de 1978 a 1980, o autor evidencia a diferença entre sua perspectiva de análise e aquela que concebe a organização dos trabalhadores a partir do sindicato oficial. Considera que o sucesso ou não de uma greve ou de todo o movimento sindical depende de uma série de fatores conjunturais, mas que no caso das referidas greves, foram secundários. Enfatiza que numa primeira fase (1978) as greves foram bem sucedidas por terem sido organizadas e encaminhadas fora do sindicato oficial. E, num segundo momento (a partir de 1978), a luta grevista, ao penetrar progressivamente no sindicato oficial, sofreu um sensível refluxo. Isto se deu, segundo o autor, devido ao caráter moderador que a postura sindical *legalista* exerceu sobre o movimento ao suspender greves, por temor à intervenção estatal, ao permitir a convivência com *pelegos*, que puderam boicotar *por dentro* o movimento, ao obedecer o esquema de greves alternadas de acordo com a data base, permitindo ao patronato prever o momento da greve etc.

Em síntese, para Armando Boito, a natureza da estrutura sindical brasileira limita, através de vários mecanismos legais, a prática sindical e tal expediente torna-se possível dada a *ideologia legalista* presente no meio sindical. Essa ideologia orienta os sindicalistas no sentido de aderirem ao *sindicalismo de Estado* e a subestimarem as organizações autônomas, apesar de ensejarem, ao nível do discurso, a liberdade de organização.

Quanto à CUT e a possibilidade desta entidade definir-se, de fato, ideologicamente por um sindicalismo de perfil socialista, este autor, considera que a Central vive uma contradição entre as propostas que as impulsionam à ação de massas e os limites estruturais dados pela sua inserção na estrutura sindical atrelada ao Estado. Tal inserção se explica, segundo o autor, pela presença majoritária na Central de sindicalistas que atuam sob a *ideologia populista (ideologia da legalidade)*, a qual os induz ao apego a estrutura sindical

oficial brasileira. Este apego ao sindicalismo atrelado ao Estado implica em organizar luta operária sob a direção da burguesia, o que significa separar a luta econômica da luta política. Esta separação entre as formas de luta dos trabalhadores, afirma A.Boito, tem, no caso do *sindicalismo do Estado* no Brasil, implicado em derrota inclusive na luta reivindicativa. Acerca disto, diz o autor: “A eficácia do Tradeunionismo na luta reivindicativa é muito maior do que a do sindicalismo de Estado brasileiro. O que se passa é que, na medida em que a hegemonia burguesa sobre o movimento sindical realiza-se, no Brasil, através da integração do sindicalismo ao aparelho do Estado, esta hegemonia tem implicado a profunda desorganização da própria luta reivindicativa dos trabalhadores. O sindicalismo populista integrado ao Estado encontra-se aquém do sindicalismo Tradeunionista”.²

A.Boito argumenta ainda, que o *sindicalismo de Estado*, por sua própria natureza e estrutura, não pode conter os requisitos que permitem ao movimento sindical unir-se à luta política, pois, modera e inibe o embate, incute ilusões nos trabalhadores quanto ao papel do Estado e funciona (mediante o expediente da unicidade sindical, por exemplo) como um rigoroso mecanismo de seleção de lideranças. A hegemonia burguesa sobre o movimento sindical organizado no *sindicalismo de Estado* reflete-se, de acordo com o autor, na composição das lideranças que nele predominam. Predominam correntes sindicais burguesas, cuja ideologia se materializa numa relação difusa e inorgânica dos representantes com os representados.

De modo que para Armando Boito, a definição da CUT no sentido de uma opção socialista está comprometida em consequência da presença no seu interior de uma facção

2- BOITO JÚNIOR, Armando. O Sindicalismo de Estado no Brasil... op.cit.

hegemônica dominada pela *ideologia populista* que a leva a optar por uma atuação nos limites do *sindicalismo de Estado*. Este fato restringe a eficácia da luta dos trabalhadores sob a direção da CUT, em virtude da ação do Estado, ao qual no essencial o sindicalismo da CUT se submete e, portanto, o reitera. Assim, para este autor, não há, na prática, possibilidade de a CUT definir-se por um sindicalismo anticapitalista, uma vez que esta Central não se erigiu à margem e contra a estrutura sindical atrelada ao Estado. Admite, no entanto, a presença na entidade de setores contrários à adesão a esta estrutura. Mas pondera que são setores minoritários sem condições de superar a ala majoritária que reproduz a sua condição de corrente dirigente através de circunstâncias propiciadas pela própria estrutura sindical atrelada ao Estado.

Uma outra perspectiva de análise demonstra outra concepção da questão e, embora enfatize os aspectos negativos do atrelamento sindical ao Estado, considera que um sindicalismo independente do Estado pode encontrar-se, não obstante, subordinado à política e à ideologia burguesa. Considera que o avanço de uma política sindical, no sentido de sua independência, não se vincula fundamentalmente a sua forma organizativa, mas sim à capacidade de sua liderança de visualizar e objetivar esta independência. Assim, por exemplo, Ricardo Antunes³ ao reportar-se aos entraves que a intervenção ministerial acarretou ao desenvolvimento do movimento grevista dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1980, denota sua discordância com relação a análise de A. Boito. Atribui, então, a perda do sindicato, pelos metalúrgicos de São Bernardo, naquela ocasião, um dos motivos de organização daquele movimento de trabalhadores.

As causas da permanência do atrelamento sindical ao Estado, no Brasil, e suas

3- ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho...* op.cit.

consequências, encontram na bibliografia variadas explicações. Leôncio Martins⁴, ao voltar-se a esta problemática, assim se expressa: “Além da persistência de certos elementos político-institucionais, a estabilidade do sistema corporativo deve ser examinada também à luz de um contexto social que diz respeito às características da estrutura de classes. Nesse nível, a hipótese mais pertinente, apesar de mais comum e geral, aponta para debilidade das classes sociais modernas diante do Estado burocrático. A afirmação da fraqueza das classes sociais é um dos pontos de partida do pensamento autoritário brasileiro para legitimar o papel tutelar do poder público sobre a ‘sociedade civil’. Os defensores da organização sindical corporativa, a começar pelo seu grande teórico, Oliveira Vianna, enfatizam a inexistência de ‘classe organizadas’, a falta de ‘tradições’ e ‘sentimentos de solidariedade’ a exigir a ação corporativa do Estado. Embora esses elementos sejam aventados a fim de justificar o controle dos sindicatos, as mudanças que, na época, ocorriam parecem favorecer a análise dos ‘teóricos autoritários’. (...). Portanto, “... nossa hipótese é de que o sistema corporativo e a legislação paternalista revelaram-se mais capazes de garantir à massa de trabalhadores, especialmente aos menos qualificados, mais vantagens e proteção do que um sindicalismo independente voltado para a pressão e negociação com o patronato.”⁵

Leôncio Martins, avalia que a permanência do atrelamento do sindicalismo brasileiro ao Estado seja uma decorrência de um conjunto de *vantagens mínimas* obtidas pelos sindicalistas (garantia de sobrevivência material do sindicato) e pelos trabalhadores (possibilidade de usufruírem do assistencialismo promovido por este sindicalismo). Mas ao avaliar o sindicalismo recente nas regiões economicamente mais desenvolvidas do Brasil -

4- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e Sindicatos: Escritos de ...op.cit.*

5- *Ibid.*, pp.71

sobretudo no estado de São Paulo -, este autor aponta para a possibilidade de uma atividade sindical que “ ... se defina mais em função do patronato privado do que do Estado”⁶, diferenciando-se, neste aspecto, das outras regiões do país onde as condições econômicas não favorecem a realização de um sindicalismo autônomo. Por outro lado, assinala que mesmo nestas regiões, favoráveis a uma atividade sindical autônoma, não se observa uma orientação política efetiva, por parte dos sindicalistas, que aponte neste sentido.

Leôncio Martins argumenta que os limites que a Constituição brasileira de 1988 colocou a intervenção do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, eliminou os aspectos mais incômodos da estrutura sindical aos dirigentes sindicais, amenizando, com isso, as críticas e aumentando “... a importância dos sindicatos oficiais como instrumento de pressão dos trabalhadores, de ascensão social e política dos diretores dos sindicatos e de emprego para os burocratas das Federações e Confederações”⁷. Portanto, para este autor, a permanência do sindicalismo atrelado ao Estado, no Brasil, se explica pelas vantagens imediatas que podem auferir os sujeitos sociais à ele ligados. E, ao referir-se à questão da unicidade sindical prevista na estrutura sindical brasileira, enfatiza que “... na medida em que as lideranças sindicais rejeitam a liberdade de organização sindical, por temor de que ela conduza à pluralidade, sempre necessitarão da tutela e do intervencionismo do Estado, porque é justamente a vontade do Estado que garante a unicidade e o monopólio de representação. (...). Na verdade, nada indica que a grande maioria dos dirigentes sindicais seja contra a pluralidade sindical por receio de um eventual (e discutível) enfraquecimento da capacidade de pressão dos trabalhadores, mas sim porque só poderão gozar do

6- Ibid,pp.71

7- Ibid,pp.72

monopólio da representação e da proteção estatal através da instituição do sindicato único. Mas esse também é o caminho da servidão.”⁸

Especificamente sobre a CUT, e a sua opção ideológica, Leôncio Martins, considera inviável, na atualidade, a sobrevivência, independentemente de sua forma organizativa, de um sindicalismo integrado ao projeto socialista, uma vez que o amadurecimento do movimento sindical de um modo geral, nas sociedades democráticas, cria necessidades às quais este projeto se opõe. Quanto a presença do ideário socialista no interior da CUT, o autor compreende que este fato se vincula à motivação anticapitalista que move determinados setores constituídos por assalariados médios intelectualizados. Mas, observa que há uma tendência geral de declínio da ideologia socialista que deverá manifestar-se também na CUT e que a eficácia desta Central, na luta dos trabalhadores, dependerá de sua capacidade de superar a fase de influência do ideário socialista em seu interior. Leôncio Martins atribui à alteração da configuração da classe trabalhadora, provocada pelo desenvolvimento da automação, à crise ideológica do Leste europeu, às aspirações de consumo dos trabalhadores, à consolidação do processo democrático no Brasil, à predominância da postura social-democrata na CUT etc., a impossibilidade de realização de um projeto político que vise a independência da classe trabalhadora. Assim, na análise deste autor esta alternativa está, *a priori*, comprometida.

O debate sobre as possibilidades políticas postas para a Central Única dos Trabalhadores, ao longo de sua construção, e sobre suas opções frente a estas, ocupa lugar tanto na bibliografia quanto no meio sindical. As controvérsias contidas neste debate já adquirem nitidez e apontam para uma crescente diferenciação na maneira de avaliar a

8- Ibid.pp.72

questão. Ricardo Antunes, ao tratar do processo de social democratização da Central, introduz outros elementos à análise do tema. Insere, então, a problemática num contexto mais amplo, onde a tendência à neo-liberalização das sociedades aparece, também, como fator determinante da crise do sindicalismo no mundo todo e dos problemas encontrados no sindicalismo/CUT. Enfatiza que as mudanças verificadas no universo do trabalho, nas últimas décadas (desconcentração da produção, flexibilização da unidade fabril, desregulamentação dos direitos do trabalho, terceirização etc.) - fragmentando e heterogeneizando a classe trabalhadora - atingiu de forma intensa o sindicalismo de um modo geral.

Com relação ao sindicalismo brasileiro, o autor, considera que, embora este sindicalismo tenha, em boa parte da década de 80, contabilizado um saldo positivo⁹, na virada da década de 70 sofreu um forte recuo frente aos novos problemas colocados à classe trabalhadora. Os agrupamentos cutistas, como parte desse processo, se viram acuados frente aos problemas gerais colocados ao sindicalismo. E, face "... à emergência (no Brasil) de um sindicalismo neo-liberal, expressão da nova *direita*, sintonizado com a onda mundial conservadora (...), e às próprias lacunas teóricas, políticas e ideológicas (...) que lhe dificultavam enormemente o avanço qualitativo, capaz de transitar de um período de resistência, como nos anos iniciais do *novo sindicalismo*, para um momento superior de elaboração de propostas econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento

9- "Diria que na contabilização da década, seu saldo foi muito positivo. Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se continuidade ao avanço do sindicalismo rural, em ascenso desde os anos 70; houve o nascimento das Centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores, fundada em 1983" Cf. ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do mundo do Trabalho*. São Paulo, Cortez/UNICAMP, 1995, pp.151.

capitalista aqui existente, que pudessem contemplar a nossa classe trabalhadora”¹⁰, não lograram efetiva oposição à investida conservadora.

Essa debilidade político-ideológica, presente na CUT, permitiu, inclusive, que progressivamente ganhasse força na entidade “... uma postura cada vez menos respaldada numa *política de classe*. E cada vez mais numa política para o conjunto do país, o *país integrado do Capital e do Trabalho*.”¹¹

Quanto ao setores socialistas da CUT, o autor, indaga: “... Como é possível resistir a uma onda tão intensa? Como é possível elaborar um *programa econômico alternativo* que incorpore os milhões de trabalhadores que não participam do mercado e que vivem da miséria da economia informal? Como é possível gestar um novo modelo econômico que elimine definitivamente a *superexploração* do trabalho, que particulariza o capitalismo industrial brasileiro, cujo salário mínimo é degradante? Quais são os contornos básicos desse modelo econômico alternativo cuja lógica deverá *iniciar* a desmontagem do padrão de acumulação capitalista vigente no país? Como é possível pensar, numa ação que não impeça o avanço tecnológico, mas o faça em base reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvida em nosso país? Como é possível um caminho *alternativo* que recupere valores socialistas originais, verdadeiramente emancipadores? Que não aceite uma globalização e uma integração impostas pela lógica do capital, *integradora para fora e desintegradora para dentro*? Como é possível hoje articular valores inspirados num projeto que olha para uma sociedade *para além do capital*, mas que tem que dar respostas imediatas para a barbárie que assola o cotidiano do *ser que vive do trabalho*? Em outras palavras, como

10- Ibid,pp.152

11- Ibid,pp.153

superar o caminho meramente doutrinário e buscar a difícil e imprescindível articulação entre os interesses imediatos e uma ação estratégica, de longo prazo, de clara conformação anticapitalista?¹²

Estas são algumas questões que tornam tensa a convivência entre os agrupamentos internos à CUT. E o que este trabalho procurou demonstrar é que as polêmicas, ou mesmo dissensões, presentes hoje na Central Única dos Trabalhadores, encontram algumas de suas motivações nas condições de origem de cada agrupamento sindical que a compõe. Isto é, as profundas discordâncias que atualmente separam, no interior da CUT, suas diversas correntes sindicais, já estavam presentes no momento inicial de sua construção, quando a Oposição Sindical e os sindicalistas "Autênticos" - apesar de suas fortes diferenças - uniram-se no empenho de criar a entidade e suplantar a Unidade Sindical. Uma vez derrotado o sindicalismo da Unidade Sindical, estas diferenças fizeram aflorar, desta vez com mais intensidade, as tensões e as polêmicas que, em outros tempos, já haviam permeado as relações entre ambas as vertentes em questão.

¹² Ibid, pp.153

FONTES:

- A Tribuna Metalúrgica, São Bernardo do Campo, dezembro/1977.
- A Caminho da CUT Pela Base - Tese - 1º CONCUR/84.
- Algumas Reflexões Sobre o Congresso da CUT/Contribuição, 1984.
- ANAMPOS, Boletim/ Setor Sindical. Abril de 1982. Nº 2.
- ANAMPOS. Problemas da Unificação do Movimento Sindical: Seminário apresentado por Armando Boito e Luiz Alves de Azevedo. São Paulo, 1982. (mimeo)
- ANAMPOS. Duas Propostas de CUT. "Diferenças". Julho/85.
- ANAMPOS. Boletim Nacional, s/d.
- Ao 1º Congresso da CUT - Tese - 1984.
- Anotações Primárias Sobre a CONCLAT.1981.
- Boletim da Corrente Sindical ANAMPOS. São Paulo, fevereiro/1972.
- CEDL CUT e CONCLAT : Trabalhadores Urbanos no Brasil/82-84. São Paulo, Ed.Especial Nº 6, 1986.
- CONCLAT, História e Questões, 1987.
- CONCLAT. Resoluções. 1981.
- CONCLAT. (1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora). São Paulo, Tempo e Presença, 1984.
- CONCUR - Resoluções - Caderno Especial - CUT, agosto/1986.
- CUT Pela Base. Concepções, Práticas e Divergências. Para Onde Vai a CUT?
- Contribuição da Comissão Nacional PRÓ-CUT Para o Encontro de Goiás, 1983;
- Contribuição da Paraíba Para o Encontro do Setor Sindical da ANAMPOS, fev./1983;
- Convocatória Para Reunião Pré-CONCLAT, jul./1983;
- Como Nossos Trabalhadores Podem Caminhar Juntos, ANAMPOS, fev./1982;

- Companheiro. São Paulo, Avante, 1980.
- “Construir a CUT Pela Base”- Tese Nº 6 - 3º CONCUR/88.
- “CUT do Trabalhador”- Tese Nº 7 - 3º CONCUR/88.
- CUT/ CONCLAT. Nasce a Central dos Trabalhadores. Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1984.
- Congresso Nacional da CUT - Tese ao 1º CONCUR - Executiva da CUT do Estado de São Paulo e Sindicatos dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1984.
- 2º Congresso da CUT/São Paulo. As Divergências no Movimento Operário. Luta Sindical/1986.
- CONCLAT/83: Não à Conciliação, Fundar a CUT e Organizar Greve Geral. Boletim, s/d.
- Documento de Monlevade, jan./1980;
- Documento de São Bernardo (Taboão da Serra), jun./1980.
- Documento de Vitória, jun./1981;
- Documento de Goiânia, 1982;
- Encontro do Setor Sindical da ANAMPOS Para a CONCLAT/81;
- Encontro do Setor Sindical da ANAMPOS Preparatório Para o Encontro Nacional ;
- Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical/Regional - São Paulo.
- Histórico da ANAMPOS, 1982;
- Jornal da CUT. Ano 2, setembro/1984.
- No Caminho da CUT, Propostas Para o Primeiro CONCLAT. Vários autores, Rio de Janeiro, 1980.
- O Globo. Janeiro/1978.
- Perspectiva Para a CUT, ANAMPOS, 1982;
- Por Uma Nova Estrutura Sindical/Contribuição, 1º CONCUR/84.
- Relatório de Atividades da ANAMPOS, SET./1982;

- Relatório de Reunião, jul./1983;
- Relatório de Reunião Pré-CONCLAT , jul./1983;
- Relatório do Encontro da ANAMPOS. São Paulo, julho/1983.
- Sindicalistas e a Filiação Direta dos Trabalhadores à CUT/Contribuição, 1º CONCUT/84.
- Sobre a CONCLAT - Debate ANAMPOS, 1982;
- Temário e Funcionamento do Encontro Nacional da ANAMPOS, fev./1982;
- Texto de Análise de Conjuntura e de Avaliação da Comissão Nacional PRÓ-CUT, ANAMPOS, 1983;
- Tudo Sobre a CONCLAT. A Caminho da Central Única dos Trabalhadores. São Paulo, CIDAS, 1981.
- “Unir a Cidade e o Campo Numa CUT de Classe e de Luta” - Tese Nº 8 - 3º CONCUT/88.
- Uma Crítica Necessária e a Formação de Uma Direção no Combate para o Movimento Operário - Declaração ao 1º Congresso da CUT, Causa Operária, agosto/1984.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria H. T. de. Estado e Classe Trabalhadora no Brasil: 1930-1945. Tese de Doutorado, USP, 1979.
- _____. "Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas", in Debate e Críticas nº 6. São Paulo, Ed. Hucitec, julho de 1975.
- _____. "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança", in ALMEIDA, M.H.T. de e SORJ, B. (org.), Sociedade e Política no Brasil pós 64. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- _____. Desarrollo Capitalista Y Accion Sindical (A propósito de La Experiência de los Metalúrgicos de San Bernardo del Campo. in: Revista Mexicana de Sociologia. Vol.2, 1978. Nº 55 pp.490/491.
- ALVES, M.H.M. . Estado e Oposição no Brasil: (1964 - 1984). Petrópolis, Vozes, 1984.
- ALVES, V. M. B. Vanguarda Operária: Elite de Classe? Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1984.
- ANDERSON, P. "Alcances Y Limitaciones de La Acción Sindical", in Economía Y Política en La Acción Sindical. (vários autores), Cuadernos de Pasado Y Presente 44, México, Siglo XXI, 2º Edição, 1978.
- ANDRADE, Regis de C. "Perspectiva no Estado Populista Brasileiro", in Encontros com a Civilização Brasileira nº 7, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, jan./79.
- ANTUNES, R. (org.). "Por um Novo Sindicalismo". Cadernos de Debates 7, São Paulo, Ed.Brasiliense, 1980.
- _____. Crise e Poder. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1984.
- _____. O Novo Sindicalismo. São Paulo, Brasil Urgente, 1991.
- _____. A Rebelião do Trabalho.(O Confronto Operário no ABC Paulista: 1978/80). São Paulo, Ed.UNICAMP, 1992; 2º edição.
- _____. Adeus Ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo, Cortez/UNICAMP, 1995.
- ANTUNES R. e NOGUEIRA, A. O Que São Comissões de Fábrica. São Paulo, Brasiliense, 1981.

- BOITO Jr. Armando. O Sindicalismo de Estado no Brasil. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1988.
- _____. (org.). O Sindicalismo Brasileiro Nos Anos 80. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- BORGES, Altamiro. Como Atuou e Quais as Propostas das Principais Correntes da CUT. in: Debate Sindical, novembro/91, Nº 9.
- COSTA, Sérgio Amad. Estado e Controle Sindical no Brasil - Um Estudo Sobre Três Mecanismos de Coerção - 1960-1964. São Paulo, 1986.
- DELGADO, Lucília de A. N. O Comando Geral dos Trabalhadores: 1961-1964, Petrópolis, Vozes, 1986.
- FARIA, Hamilton J. Barreto. A Experiência Operária dos Anos de Resistência: A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário: 1964-1978. Tese de Mestrado, PUC, São Paulo, 1986.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. "Intervenções Sindicais e o Novo Sindicalismo", Revista Dados, nº 7, 1978.
- FREDERICO, C. Consciência Operária no Brasil, São Paulo, Ed. Ática, 1978.
- _____. A Vanguarda Operária. São Paulo, Símbolo, 1979.
- FREITAS, Ronald. Democracia Interna e Representatividade: Chaves Para o Êxito. in: Debate Sindical, novembro/91, Nº 9.
- GIANNOTTI, Vito. O Que é Estrutura Sindical, São Paulo, Brasiliense, 1987, Col. Primeiros Passos.
- GIANNOTTI, Vito e NETO Sebastião. CUT Por Dentro e Por Fora. São Paulo, Cortez, 1990.
- _____. CUT Ontem e Hoje: O Que Mudou Das Origens ao IV CONCURT. São Paulo, Vozes, 1991.
- GUIMARÃES, Juarez Rocha. Claro Enigma: O PT e a Tradição Socialista. Dissertação de Mestrado/UNICAMP, 1990.
- HUMPHREY, John. "Operários da Indústria Automobilística no Brasil: Novas Tendências no Movimento Trabalhista", in Estudos CEBRAP 23, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1979.
- _____. Fazendo o Milagre, Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira. Rio de Janeiro, Vozes, 1982.

- KRISCHKE, Paulo e Main Waring (org). A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985). Porto Alegre, L e PM Ed., 1986.
- MARTINS, Heloísa T. de Souza. O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil, São Paulo, Hucitec, 1979.
- _____. Igreja e o Movimento Operário do ABC: Raízes do Sindicalismo Autêntico e de Base no Brasil. XV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Outubro/91. (mimeo)
- MOISÉS, J. Álvaro. Greve de Massa e Crise Política, São Paulo, Polis, 1978.
- _____. Lições de Liberdade e Opressão, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- NOGUEIRA, Arnaldo. A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-1983). Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1990.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- PINTO, Almir P. Central Única: Porque Não?, São Paulo, Global, 1980.
- RAINHO, L. F. Os Peões do Grande ABC. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1980.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, São Paulo, Difel, 1971.
- _____. Industrialização e Atitudes Operárias, São Paulo, Brasiliense, 1970.
- _____. "Os Sindicatos na Nova Constituição", in Análise da Nova Constituição Federal ao Término do Primeiro Turno de Votação, Núcleo de Estudos Constitucionais, UNICAMP, Campinas, 1988.
- _____. Partidos e Sindicatos: Escritos de Sociologia Política. São Paulo, Ática, 1990.
- _____. CUT: Os Militantes e a Ideologia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- RODRIGUES, Iram Jácome. Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: A Trajetória da CUT. Tese de Doutorado/USP, 1993.
- SADER, Eder, e SANDRONI, Paulo. "Lutas Operárias e Táticas Burguesas: 1978-1980", Cadernos da PUC n° 7, São Paulo, 1981.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiência e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

SINGER, Paul. A Crise do "Milagre", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.